

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 8 n. 2 agosto 1980

*A desordem
documental no Brasil
Burocracia
e desenvolvimento*

0373 Clas. PER
o & Administração
2
go.1980

,00

100-2244



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

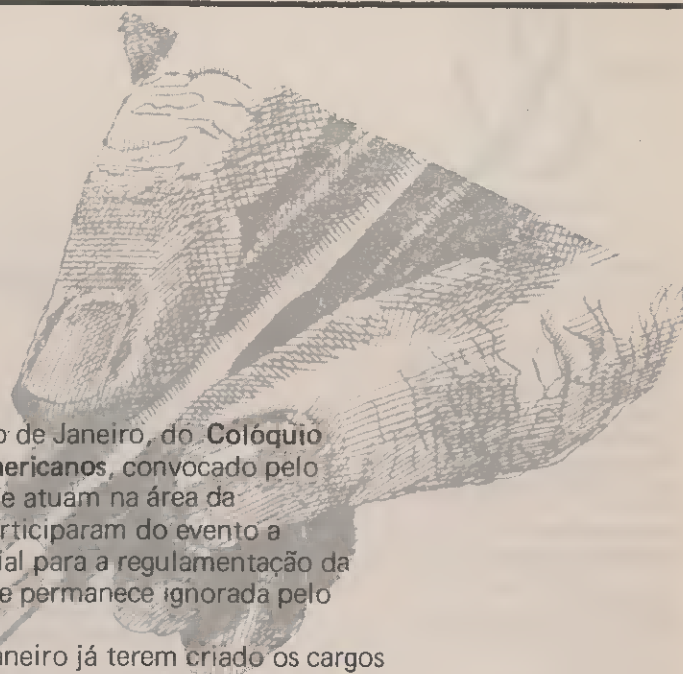
Pago aos estimados amigos
e colaboradores dedicados,
que me põem a emção
de despedidas. Muito obrigado.
Fico à disposição de
todos que continuarem
a distinguir-me com a
sua amizade.

Em 26 de maio 1980

Raul Lima

A quem parte

Dr. Raul Lima, a homenagem simples da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que dele não se despede porque continuará contando com sua presença não apenas no quadro de associados, na qualidade de sócio-honorário, como também de membro eleito do Conselho Deliberativo.



Com a realização, no período de 5 a 8 de agosto, no Rio de Janeiro, do **Colóquio sobre a Situação Profissional dos Arquivistas Latino-Americanos**, convocado pelo Conselho Internacional de Arquivos, os profissionais que atuam na área da Arquivologia esperam das autoridades brasileiras que participaram do evento a conscientização de seus problemas, com destaque especial para a regulamentação da profissão, que data de 4 de julho de 1978, e que até hoje permanece ignorada pelo governo federal.

Apesar de alguns Estados e de o Município do Rio de Janeiro já terem criado os cargos de arquivista e de técnico de arquivo, no âmbito federal os reflexos da legislação não foram ainda sequer sentidos.

Para que os arquivos possam cumprir sua nobre e fundamental missão, tirando das experiências passadas preciosas lições para o futuro, e para que de fato representem a memória de um povo em desenvolvimento, é preciso que os responsáveis pelo êxito dessa missão sejam condignamente reconhecidos.

Até quando ainda teremos que esperar?

O Diretor-Geral do DASP, José Carlos Freire, com suas palavras otimistas, proferidas durante o encerramento do Colóquio, trouxe à classe os esclarecimentos aguardados com ansiedade desde a entrega do memorial de nossa Associação àquele organismo, em junho de 1979, primeira reivindicação apresentada pela AAB ao assumirmos a sua direção.

Foi anunciado, também, que o governo, revendo seu Plano de Classificação de Cargos, com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas, terá a oportunidade de aprofundar estudos para corrigir as inúmeras distorções constatadas no enquadramento de funcionários do Serviço Público, entre as quais podem ser incluídos os arquivistas e técnicos de arquivo, casos típicos a serem considerados na revisão que ora se vem procedendo.

Ouvimos, ainda, do Diretor-Geral do DASP, que as sugestões apresentadas pelas entidades representativas das diversas categorias profissionais vêm sendo integradas aos estudos daquele Departamento, e que os profissionais de arquivo terão o enquadramento justo no novo Plano de Classificação de Cargos, juntamente com outros profissionais especializados do funcionalismo público.

Tanto na área do Serviço Público como na área das empresas é fundamental que os arquivistas ocupem cargos em níveis compatíveis com a formação exigida, a qual vem sendo ministrada em três universidades: UNI-RIO, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal de Santa Maria, RS. Mas estarão esses estabelecimentos de ensino preparados para formar adequadamente nossos arquivistas?

E as autoridades estarão sensibilizadas para reconhecer a importância dos arquivos e, por conseguinte, dos responsáveis pelos seus destinos?

Estas são questões, mais do que simples perguntas, que precisam ser analisadas criticamente, e que exigem soluções honestas e urgentes!

Regina Alves Vieira

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

sumário

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Santos
Maria Luiza S. Dannemann

Redatora-Chefe

Marilena Leite Paes

Secretária

Maria Amélia Gomes Leite

Editoração

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Compósita Ltda.
Tel.: 220-4836

Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda.

Editorial 7

Estudos

História oral: origem e expansão de um
movimento que se firma no Brasil 3

Resenha Bibliográfica

Por uma sistemática arquivística:
marginália à obra de Vicente Cortés 7

Informe 9

Desburocratização

Burocracia e desenvolvimento 23
Os caminhos da desburocratização 25

Várias

Ciclo do ouro, dois séculos de história
microfilmada 28
A desordem documental no Brasil 29
Atulhada memória lusa 31
Vida nos arquivos capixabas 33
Do ouro à arte sacra 36

Entrevista

Banco de dados de música clássica 38

Crônica

O Brasil perdeu a guerra 40

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade dos respectivos autores e não
expressam necessariamente o pensamento
da Associação dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de *Arquivo & Administração*.
Permitida a reprodução de artigos desde que
seja observada a ética autoral que determina a
indicação da fonte.

Distribuição: AAB

Desejamos permuta
Desejamos permuta
Nous désirons échange
We are interest in exchange

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-Sócios Cr\$ 120,00

Exemplar avulso ou
atrasado Cr\$ 50,00

Arquivo & Administração v.1- n.0- 1972- **R. 10313**

Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.

v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Diretoria 1979-81

Presidente:

Regina Alves Vieira

Vice-Presidente:

Rômulo Brügger Roland

1º Secretário:

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário:

Maria de Fátima Vieira Lopes

1º Tesoureiro:

Norma Viegas de Barros

2º Tesoureiro:

Aurora Ferraz Frazão

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro

Gilda Nunes Pinto

Helena Corrêa Machado

José Pedro Pinto Esposel

Maria Luiza S. Dannemann

Marilena Leite Paes

Myrthes da Silva Ferreira

Raul do Rego Lima

Wilma Schaefer Corrêa

Suplentes

Hélio dos Santos

Jaime Antunes da Silva

Janine Resnikoff Diamante

Maria Amélia Porto Migueis

Martha Maria Gonçalves

Maura Esândola Quinhões

Conselho Fiscal

Arnaldo Barbosa Cruz

Fernando Salinas

Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira de Almeida

Marilúcia Ribeiro da Silva

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v.8	n.2	p.1-40	maio/ago. 1980
-------------	----------------	-----	-----	--------	----------------

*História oral: origem e expansão de um movimento que se firma no Brasil**

Vera R. Ferreira**

O uso de testemunhos orais não é uma prática recente. Para alguns autores, o que se conceitua hoje como história oral tem suas raízes nas tradições orais — aquele conjunto de costumes e crenças que um grupo conhece de seu passado por intermédio de relatos repetidos oralmente de uma geração à seguinte. Assim considerada, a história oral seria mesmo anterior aos tempos históricos.

A idéia de colher e registrar narrativas, pode-se asseverar, é tão antiga em essência quanto a própria História. Sabe-se, por exemplo, que Tucídides e Heródoto valeram-se do relato de testemunhas oculares para realçar seus escritos. Mas, se, para reunir informações sobre as guerras persas no séc. V aC, Heródoto utilizou a história oral, como muitos de seus sucessores ele não conservou o registro textual do que lhe revelaram seus informantes, e, se o fez, essa preciosa documentação se perdeu.¹

Vale lembrar também que os ensinamentos de Cristo, nos primeiros tempos de nossa era, foram transmitidos oralmente por seus seguidores até que os evangelistas, com a finalidade de evitar a deturpação do sentido, se dispuseram a registrar, por escrito, quase sessenta anos após a ocorrência dos fatos, as passagens que julgaram mais importantes.

O conceito de história oral como técnica de coleta de informações por

meio de entrevistas é mais recente e proveio do jornalismo. Por volta de 1850, surgiram em jornais americanos as primeiras entrevistas com ex-escravos e com personalidades de destaque em eventos internacionais.² Podem esses depoimentos ser classificados como história oral?

História oral, entrevista planejada?

Parece certo que não há ainda um consenso firmado quanto à questão conceitual. Alguns autores consideram história oral uma entrevista planejada na qual um indivíduo solicita a outro que narre suas lembranças e opiniões sobre pessoas, lugares e fatos. Outros incluem na área da história oral discursos, comunicações em congressos, conversas telefônicas ou qualquer forma de comunicação humana que possa ser registrada, transcrita e afinal preservada, a fim de que se constitua em fonte primária para futuros pesquisadores. Adepto de tal corrente é o Professor J. W. Wilkie, da Universidade da Califórnia, para quem quaisquer gravações, realizadas ou não sob o controle do historiador — sejam depoimentos ditados, mesas-redondas e mesmo gravações clandestinas, como as do Caso

* Trabalho apresentado na Cadeira de Métodos e Técnicas de História Oral do Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília.

** Aluna do Curso de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília.

¹ Starr, Louis. Oral history. In: Allen Kent et alii, eds. *Encyclopedia of Library and Information Science*. New York, Dekker, 1977. v. 20, p. 440; Silvester, John D. & Stipanovich, Joseph. Introduction. In: Silvester, J.D. & Thompson, Gregory C. eds. *Ethnic in oral history*. Salt Lake City, University of Utah, 1978. p. 1.

² Silvester & Stipanovich. Introduction. op. cit. p. 1.

Watergate — podem integrar um acervo de história oral.³

A Dra. Mary Karasch, que ministrou o curso *Métodos e Técnicas de História Oral* no Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília como Professora-visitante da Comissão Fulbright, em 1978, apóia aquela colocação. Na mesma linha de pensamento, o Professor William Moss, atual Presidente da Oral History Association, assinala ser mais fácil falar sobre história oral do que estabelecer seus limites. Considerando que o assunto a ser tratado com as técnicas de história oral pode variar de modo amplo, de acordo com os objetivos de seus praticantes, pensa o autor citado que qualquer entrevista, seja feita por historiador, sociólogo, jornalista ou outra pessoa, pode tornar-se história oral. Ela é basicamente uma técnica de coleta de informação que envolve coleção, arranjo, preservação e publicação sistemáticos de relatos verbais gravados de quem haja participado de eventos que poderão ser de interesse para a pesquisa, no futuro.⁴ Analisando tipos de material-fonte utilizado por pesquisadores, o Professor Moss inclui, no nível que denomina *selective records*, todos os registros destinados a preservar e comunicar o que aconteceu em um determinado tempo, sejam esses registros sonoros, visuais ou fotográficos, notas taquigráficas de conversas ou programas radiofônicos gravados, considerando-os altamente valiosos como evidência histórica, em posição paralela à documentação formal e aos relatos de primeira mão.⁵

Os trinta anos de utilização sistemática das técnicas de história oral foram comemorados festivamente nos Estados Unidos há dois anos. Em 1948, o Professor Allan Nevins, considerado o pai da história oral, iniciou, na Universidade de Colúmbia, um projeto considerado hoje o maior desse gênero de documentação em território norte-americano.

³ Malatian Roy, Teresa M. História oral. *Estudos Históricos*, Marília, 15: 124, 1976.

⁴ Moss, William W. *Oral history program manual*. New York, Praeger, 1976. p. 6-8.

⁵ Moss, William W. Oral history: an appreciation. *The American Archivist*, 40(4): 430-1, 1977.

Utilização das técnicas de história oral.

Sem dúvida, as facilidades de acesso a equipamentos de gravação nas últimas décadas contribuiu de modo decisivo para expandir a utilização das técnicas de história oral com as mais diversificadas finalidades. Gravadores portáteis são hoje instrumentos comuns de trabalho da maioria dos jornalistas e de muitos professores. Gravar conversas com parentes, depois do sucesso de *Roots*, tornou-se, nos Estados Unidos, tão comum que as vendas de aparelhos tipo cassete cresceram de forma considerável, e os estudos de genealogia constituem-se hoje num dos maiores *hobbies* dos americanos.⁶

Entretanto, vários outros países, entre os quais a Inglaterra, a França e o México, registram programas importantes nessa nova área. Dos episódios marcantes na história contemporânea é certo que a Revolução Mexicana é dos que mais têm merecido estudos com base em depoimentos orais. A técnica de gravar entrevistas como meio de investigação foi usada no México por Oscar Lewis, antropólogo formado pela Universidade de Colúmbia. *Pedro Martínez*, livro escrito no período 1943-63, é a história da vida de uma família de camponeses durante a Revolução de 1910. Com base em depoimentos gravados são também de sua autoria os trabalhos *Antropología de la pobreza; cinco familias* (1961), *Los hijos de Sánchez* (1964), e *La vida: a Puerto Rican Family in the culture of poverty* (1966).

Ainda no México, no período 1964-65, os Professores James e Edna Wilkie, da Universidade da Califórnia, realizaram uma série de entrevistas de história oral com sete líderes que parti-

ciparam de movimentos políticos naquele país.⁷

Sobre os autores citados convém neste ponto distinguir que, enquanto as interpretações da Revolução Mexicana empreendidas por Oscar Lewis em *Pedro Martínez* se firmaram em relatos colhidos entre camponeses, as análises dos Professores Wilkie apoiaram-se em entrevistas com membros da elite. O fato evidencia a utilidade das técnicas de história oral para o conhecimento dos modos de pensar, sentir e agir tanto dos integrantes do grupo que detém o poder, quanto do homem comum.⁸

Dado o caráter interdisciplinar das técnicas de história oral, o interesse que despertam tende a expandir-se, de vez que, além de inquestionavelmente úteis à pesquisa histórica, se mostram também valiosas para o embasamento de trabalhos nas áreas de antropologia, lingüística, sociologia, e muitas outras. Considerável número de alunos de pós-graduação está empregando informações provenientes de fontes orais em suas teses.⁹ É justamente em torno da utilização dos dados oriundos de entrevistas que as controvérsias entre os pes-

⁷ As transcrições dos diálogos estão reunidas na obra *México visto en el siglo XX*, editada em 1969. Os entrevistados foram os políticos Ramon Beteta e Marte R. Gómez, o fundador do Partido Acción Nacional (PAN) Manuel Gómez Morín, o teórico e militante marxista Vicente Lombardo Toledano, o católico militante Miguel Palomary Viscarra, o ex-Presidente do México Emílio Portes de Gil e, finalmente, o economista e historiador Jesus Silva Herzog.

⁸ Em *Elitismo*, o Professor Wilkie enfatiza particularmente a utilidade da entrevista de história oral para a compreensão do papel do líder em nossa época. Analisando o comportamento da elite dirigente na América Latina, o autor assinala a existência de uma lacuna no conhecimento da história contemporânea pelo fato de não ser comum entre os líderes o relato escrito de suas memórias. O mesmo aspecto é estudado no manual de Lewis A. Dexter, *Elite and specialized interviewing*.

⁹ Na Universidade Federal de Santa Catarina havia, em 1978, oito alunos do Curso de Pós-Graduação em História utilizando técnicas de história oral como forma de coleta de dados para as respectivas dissertações de mestrado. Na Universidade de Brasília, alunos dos cursos de pós-graduação em História, Antropologia e Biblioteconomia se vêm valendo de entrevistas gravadas como fonte primária de informação para suas teses.

quisadores são mais intensas. Alguns autores sustentam que o material produzido no âmbito da história oral é e pode ser apenas suplementar, devendo, obrigatoriamente, fazer-se acompanhar de toda a documentação escrita pertinente.¹⁰ Embora para outros a transcrição de um depoimento oral constitua uma fonte primária em si, com toda a carga de valor decorrente dessa condição, parece que, também no caso, o radicalismo não é a melhor opção: os dados colhidos serão considerados primários ou suplementares dependendo da pessoa ouvida e do propósito da entrevista. Se o que se deseja é preencher lacunas em um assunto do qual existe documentação escrita, provavelmente a entrevista é realizada com o fito de se obter algo mais no terreno do *como* e do *por quê*, e ela será complementar para a pesquisa. Por outro lado, o entrevistador pode levantar informações de primeira mão junto a seus depoentes, e isso ocorre especialmente nos estudos de cunho antropológico com grupos não-lettrados.¹¹

Grande parte do problema sobre o uso da documentação oral parece ligar-se à questão da veracidade das informações prestadas pelo entrevistado. Como as lembranças apóiam-se no que a memória foi capaz de armazenar, e sendo a memória falha por natureza, é evidente que os dados garimpados em depoimentos orais precisam ser tomados pelo pesquisador com a devida precaução. Mas os cuidados exigidos no teste da evidência em um depoimento de história oral não diferem muito dos que se recomendam para a avaliação da veracidade do conteúdo de cartas, diários e outras fontes primárias.¹² O pesquisador que se preocupa com a consistência interna dos dados cons-

tantes de qualquer espécie de documento sabe que é sua responsabilidade comprová-los, contrastando-os com outras fontes — se possível, no caso do uso de entrevistas, com depoimentos de outras pessoas sobre o assunto ou a particularidade que demanda um maior esclarecimento. O exame de diferentes versões possibilita reconstituir-se o passado de uma forma capaz de resistir aos testes de evidência histórica.¹³

Facilidades de acesso e divulgação de acervos.

Mesmo considerando a carga de individualidade dos depoimentos pessoais e o fato de que são muitas vezes falhos ou incompletos, não se pode negar a riqueza de emoção, de detalhes e de colorido das narrativas orais. Assim, seja devido à facilidade de dispor-se de aparelhos de gravação, seja em face do grande êxito dos trabalhos publicados com base em entrevistas, o que é certo é que a popularidade da história oral pode ser atestada pela edição de um número crescente de livros e artigos sobre o assunto.¹⁴

Após a criação da Oral History Association, em 1967, o movimento editorial recebeu grande impulso. Os anais das reuniões que a entidade realiza anualmente constituem a base da literatura sobre história oral, somando-se a eles outras publicações patrocinadas pela OHA, como os periódicos *Oral History Newsletter*, trimestral, o anuário *The Oral History Review*, além do diretório compilado por Shumway e da bibliografia de Wasserman.¹⁵ Ultimamente observa-se o surgimento de guias voltados especificamente para o processamento técnico dos materiais,

aspecto que anteriormente mereceu pouca atenção dos autores.¹⁶

Sem dúvida a decisão da Library of Congress de incluir coleções de história oral no *National Union Catalog: Manuscript Collections*, a partir de 1970, constitui-se num passo importante para a divulgação dos acervos dos projetos de história oral em andamento. O programa da Library of Congress considera história oral um registro de informação feito em fita magnética como resultado de uma entrevista planejada. As informações a serem divulgadas no NUCMC devem ter seu registro feito em formulário próprio, distribuído pela Descriptive Cataloging Division, Manuscripts Section, Library of Congress, Washington DC 20540.

Uma promoção igualmente significativa no sentido de facilitar o acesso às informações contidas em transcrições abertas foi o estabelecimento do New York Times Oral History Program, em 1972. Hoje, grande parte da coleção de história oral da Columbia University, bem como memórias do acervo da California State University, da Hebrew University, Sangamon State University, Stanford University e outras, além das publicações editadas pela Oral History Association, encontram-se disponíveis para venda em microfiches de 35mm e em microfichas.¹⁷

Não obstante seja no Brasil um campo ainda emergente, já se registram no País várias iniciativas em franco desenvolvimento, podendo-se afirmar que o uso das técnicas de história oral expandiu-se desde a realização, em 1975, do primeiro curso sobre o tema, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Projetos diversos vêm sendo conduzidos por diferentes instituições como agências de pesquisa, museus históricos e departamentos de História em várias universidades. Todavia, a pouca divulgação dos

¹⁰ Swain, Donald C. Problems for practitioners of oral history. *The American Archivist*, 28(1):69, Jan. 1965; Hoopes, Roy. *História oral*. p. 124.

¹¹ Silvester & Stipanovich. Introduction: op. cit. p. 3-4, 7-8.

¹² O assunto foi tema de debate no Seminário sobre a Utilização de Fontes Oraís e Escritas no Estudo da Escravidão, realizado em Florianópolis, SC, nos dias 30 e 31 de outubro de 1978. Na ocasião, a Professora Mary Karasch enfatizou que o problema da comprovação dos dados existe tanto no que se refere a testemunhos gravados quanto à documentação escrita, cabendo sempre ao historiador a responsabilidade de analisar as informações de que dispõe.

¹³ Starr. *Oral history*. op. cit. p. 440-1; Starr. *Oral history: problems and prospects*. In: *Advances in Librarianship*. New York, Seminar Press, 1971. v. 2, p. 291-2; Cullom Davis et alii. *Oral history: from tape to type*. Chicago, ALA, 1977. p. 5-6.

¹⁴ A obra de Manfred J. Wasserman, *Bibliography on oral history*, publicada pela Oral History Association em 1971, listava mais de duas centenas de referências. A quarta edição, de 1975, arrola 306 itens entre livros e artigos.

¹⁵ Starr. *Oral history*. op. cit. p. 449-50.

¹⁶ É o caso de trabalhos como *Oral history: from tape to type*, de Cullom Davis et alii publicado pela ALA em 1977, e o manual, de autoria de David Lance, *An archive approach to oral history*, de 1978.

¹⁷ O folheto de 20 páginas intitulado *The New York Times Oral History in Microfilm* lista todos os materiais disponíveis para venda. Pode ser solicitado gratuitamente ao Oral History Research Office, Box 20, Butler Library, Columbia University, New York 10027.

trabalhos em curso está dificultando a indispensável troca de experiências entre as entidades.

Possivelmente muitos outros centros de estudos, além dos enumerados a seguir, estão realizando trabalhos relevantes na área. O propósito da menção é justamente estimular as instituições não citadas a divulgarem os acervos que vêm reunindo, passo inicial para o intercâmbio e a utilização dos materiais. Nesse sentido, desenvolvem-se algumas considerações sobre os programas de que se teve conhecimento. A ordenação não segue qualquer cronologia nem está baseada no volume de gravações já reunido, desde que várias das informações obtidas demandam verificação.

Centro de Memória Social Brasileira — as investigações conduzidas pelo historiador Hélio Silva desde 1953 possibilitaram a formação de um considerável acervo de documentos de interesse para o conhecimento da história contemporânea do Brasil. A intenção desse pesquisador de colocar ao alcance dos estudiosos tal documentação, e sua preocupação com a preservação física dos materiais, levou à formação do Centro de Memória Social Brasileira (CMSB).

Instituído em março de 1973, o Centro funciona na sede da Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. É um órgão da Sociedade Brasileira de Instrução para fins de documentação, pesquisa e ensino na área de história política, econômica e social do Brasil. A primeira frente de trabalho voltou-se para a localização, organização e preservação de arquivos particulares. O Centro recebe doações ou empréstimos de documentos privados com a finalidade de organizá-los de acordo com critérios de avaliação e periodização históricas e com as normas técnicas de tratamento da documentação. Essa fase é completada com a preservação dos documentos através da microfilmagem. Entre os arquivos já processados e abertos à consulta estão os documentos de Eurico Gaspar Dutra, Setembrino de Carvalho, Olímpio Mourão Filho, Ladário Pereira Teles, Antonio Carlos da Silva Muricy e José Joffily. Outra coleção de que dispõe o CMSB se constitui de documentos iconográficos. Ela reúne cerca de três mil peças tais como fotografias, caricaturas, charges e posters relativos à História

do Brasil, e também se encontra aberta à consulta.

A história oral é concebida no CMSB como uma técnica auxiliar de levantamento sistemático de informações relevantes para a pesquisa histórica. Entre outras, podem ser consultadas no CMSB as entrevistas realizadas com Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio Quadros, Tancredo Neves, Ernani do Amaral Peixoto, Amaury Kruehl, Pery Constant Bevilacqua e João Pinheiro Neto.¹⁸ Recentemente foi lançado na série Cadernos Cândido Mendes um número sob o título *A crise político-militar de 1964*, que reúne oito depoimentos gravados sobre esse evento.

Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) — funciona na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e dispõe de um Setor de História Oral cujos trabalhos tiveram início em 1975. Até meados de 1978 havia reunido um número aproximado de 700 horas gravadas para um acervo, ainda fechado a consultas, de mais de 100 entrevistas. Entre os depoentes figuram o Marechal Cordeiro de Farias, José Américo de Almeida, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e 17 signatários do *Manifesto dos Mineiros*.¹⁹

Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) — em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio e o Governo do Distrito Federal, instalou-se em Brasília, em 1975, uma equipe técnica para estudar a viabilidade da implantação do Centro Nacional de Referência Cultural, organismo que tem por finalidade a construção de um sistema referencial básico para a análise da dinâmica da cultura brasileira. No ano seguinte, foi assinado novo convênio, tendo em vista a estruturação definitiva e a institucionalização do CNRC, com a participação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos Ministérios da Educação e Cultura, da Indústria e do Comércio, do Interior, das Relações Exteriores, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Universidade de Brasília e da Fundação Cultural do Distrito Federal.

¹⁸ *Boletim da Faculdade Cândido Mendes*, n. 2, 1977.

¹⁹ Um abrigo para a História. *Veja*, 13. abril 1977, p. 4.

Funcionando em dependências da Universidade de Brasília, o CNRC tem desenvolvido vários projetos. Em 1977, publicou a monografia *Amaro de Tracunhaém*, que documenta — através de 150 fotografias, 200 diapositivos e 3 horas e 40 minutos de depoimentos gravados — o trabalho de cerâmica utilitária e figurativa do artesão Amaro, de Tracunhaém, Pernambuco, e sua mulher, Dona Berenice.²⁰

Universidade Federal de Santa Catarina — na UFSC os estudos sobre história oral tiveram início em 1974 com a inclusão da disciplina Técnica de História Oral, ministrada pelo Professor George P. Browne, no Curso de Pós-Graduação em História. No ano seguinte, coube ao Professor Vamireh Chacon, da Universidade de Brasília, a condução do curso. No mesmo ano, foi implantado o Laboratório de História Oral, cujo acervo é constituído de trabalhos realizados por alunos de pós-graduação em História com a colaboração de estudantes das Faculdades de Filosofia de Tubarão e Joinville. Em 1977, foi publicado o primeiro catálogo, que reúne 100 entrevistas sobre assuntos diversos, destacando-se as relativas à colonização estrangeira em Santa Catarina e à política regional de alguns municípios catarinenses.²¹

Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, Paraná — o programa, que teve início em 1972, dispõe de um acervo de 61 fitas gravadas num total aproximado de 230 horas.²²

Banco Central do Brasil — a possibilidade de implantação de um programa de história oral encontra-se em estudo. Para tanto, o Chefe do Arquivo, Prof. José Pedro Pinto Esposel, submeteu à Diretoria do Banco Central um projeto em cuja justificativa é lembrada a necessidade de se registrarem os eventos relacionados com a história da instituição.

²⁰ CNEC. *Relatório Técnico* n. 12. Brasília, 1976, p. 1-2; *Relatório Técnico* n. 21. Brasília, 1977, p. 1,8,23-4; Amaro de Tracunhaém. Brasília, 1957, 40 p.

²¹ Corrêa, Carlos Humberto P. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis, UFSC, 1978, p. 20.

²² Informações recebidas do Prof. José Cesar dos Reis, Chefe do Arquivo Histórico, em 22 de março de 1979.

A Universidade de Brasília, não obstante ter sido palco a partir de 1977 de vários cursos sobre o uso das técnicas de história oral, não desenvolveu qualquer programa regular até o momento.

Verifica-se, pois, que no florescente campo da história oral no Brasil já se assinalam trabalhos de algum relevo. O

movimento liderado por Allan Nevins ganha, dessa forma, uma dimensão cada vez maior. Seu sonho inicial de perpetuar, pelo registro da palavra, o pensamento e os feitos daqueles narradores pioneiros é hoje compartilhado por incontável número de praticantes das técnicas de história oral, tema já in-

cluído no programa do próximo encontro que o International Congress of the Historical Sciences realizará em Bucareste, em 1980.²³

²³ Starr, Louis. *Oral history — the first thirty years*. New York, Columbia University, 1978. p. 8. O falecimento do Professor Louis Starr foi noticiado em março de 1980.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Por uma sistemática arquivística: marginália à obra de Vicenta Cortés

Heloísa Liberalli Bellotto*

Resumo

Na reunião de seus trabalhos, publicados de forma esparsa na Espanha e América, no campo da arquivística, Vicenta Cortés Alonso, Inspectora-Geral dos Arquivos de Espanha e professora da Universidade de Madrid e da Escola de Documentalistas, concretiza um verdadeiro tratado no qual figuram conceitos, tipologia, organização, atividades e descrição de arquivos, assim como o problema da formação profissional e o da pesquisa histórica em arquivos.

A Arquivologia — englobando a arquivística propriamente dita, os aspectos históricos, legais, burocráticos, profissionais, arquitetônicos e técnicos dos arquivos — é hoje ramo das ciências administrativas e sociais dos mais florescentes e promissores. A vitalidade crescente dos congressos, sejam os de âmbito regional ou os internacionais; o crescimento de publicações, monográficas ou seriadas; a atenção que tem merecido de governos e autoridades antes indiferentes, ou mesmo ignorantes da sua existência; a atração como profissão de livre escolha entre os jovens e o reconhecimento legal de seus profissionais são provas contundentes de seu prestígio e força.

Mesmo nos países de forte tradição arquivística (e, portanto, onde houve

sempre o reconhecimento da importância do papel administrativo e cultural dos arquivos) partiu dos anos 50, 60 e 70 o caminhar para formas associativas profissionais e para a sistematização, esta em formulações possíveis, dentro do universo especial que é cada arquivo, de *per se*, obviamente.

Por esta situação são responsáveis inúmeros fatores que não cabe aqui enumerar (mas, onde é possível destacar, dada a sua relevância, a própria necessidade de racionalização, surgida do caos da vertiginosa produção documental). Porém, não obstante todo o poder que aqueles fatores pudessem exercer sobre as administrações públicas e sobre a comunidade científica e cultural, o quadro seria bem outro se não tivéssemos contado, no momento certo, com algo que vem, uma vez mais, confirmar o aforisma: *the exact man in the exact place*.

A Arquivologia não teria ampliado desta forma seu campo de domínio, nem de possibilidades de ação e atuação, não fossem alguns idealistas, com que pôde contar nos momentos mais precisos. Alguns "empunhadores de bandeiras", sem os quais a palavra da sistematização e da valorização profissionais teria percorrido caminho muito mais árduo e lento para se fazer ouvir. Longe estaria ainda de todos aqueles que trabalham e pesquisam em arquivos; ou, o que é mais grave, longe das autoridades às quais estão subordinados.

Estas considerações nos ocorrem a propósito do mais recente lançamento bibliográfico arquivístico espanhol:

Archives de Espana y America; materiais para um manual (Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1979. 382p.), de autoria de Vicenta Cortés Alonso.

É à margem da leitura dessa coletânea de alguns dos trabalhos da Inspectora-Geral dos Arquivos de Espanha, publicados na Europa e na América, ao longo de sua fecunda carreira, que poderemos sublinhar as possibilidades de uma metodização arquivística. Não normalização, desde logo não condizente com a própria natureza dos arquivos, mas as probabilidades comuns no domínio das funções, da planificação, da descrição e das atividades arquivísticas.

O pensar arquivos correntes, intermediários e permanentes como instituições a serviço da administração, da cultura, do direito, da pesquisa histórica e, como tal, verdadeiramente equipadas e instruídas, tem sido constante em todas as gestões, pronunciamentos, atuação em congressos e reuniões técnicas, publicações, cursos e conferências da Dra. Cortés. Com lógica e bom senso (este, arma indispensável diante da eterna exigüidade de verbas e recursos), sem demagogia e grandiloquência (que seria fácil armar), ela tem transmitido a colegas, a co-partícipes em reuniões, a discípulos, a alunos, a ouvintes ocasionais e, até mesmo, a inflexíveis burocratas, um incrível entusiasmo e inabalável fé no seu *métier*.

Ora, é desta fé e daquela lógica que se reveste o livro, prenúncio de um necessário manual (exigência que é imposta, agora à autora).

*Bacharel em Biblioteconomia, licenciada e doutora em História. É pesquisadora no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, onde é responsável pelo Arquivo de Literatura e História. Fez cursos sobre organização de Arquivos na Espanha e na França, lecionando atualmente Arquivística na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Antecedida por um prólogo do mais importante dos historiadores vivos de Espanha, Manuel Ballesteres-Gaibrois, onde é ressaltada a importante atuação de Vicenta Cortés no magistério, na pesquisa e na inspeção de arquivos, a obra está codificada em sete grupos de trabalhos. Inicia-se por *Função dos arquivos* e termina por *Os arquivos e a pesquisa*, percorrendo em meio a *Tipos de arquivos*, *Planificação e relacionamento entre arquivos*, *Atividades dos arquivos* e uma parte dedicada a *Arquivistas*. Claro está que a problemática discutida é, eminentemente, a espanhola e a hispano-americana, sobretudo no que concerne aos arquivos coloniais. Tal característica, no entanto, não invalida os aportes teóricos e a exemplificação de que a autora faz uso para documentar suas posições. E, como tal, podem ser perfeitamente eficazes, se reelaboradas em função de outra realidade. Mormente se ela é tão próxima da exposta, como é o caso do mundo luso-americano em relação ao hispânico.

O papel social dos arquivos e as exigências de instalação, funcionamento e recursos humanos com que deve contar são os mesmos em qualquer parte do mundo. Recolher, ordenar, conservar, descrever e tornar passível de consulta toda a documentação que lhe cabe administrar é a responsabilidade de toda instituição arquivística. Para tanto, se necessita pessoal especializado e cômico de seus deveres. Aquela responsabilidade, como é fácil de entender, explicita a autora, "necesita para su completo cumplimiento unos saberes que van más allá de leer unas listas de envíos de documentos, de localización de una signatura topográfica y de averiguación de una clave. Para poder informar y asesorar en una masa grande e pequeña de documentos hay que saber qué son éstos, cuál fué su producción, qué fines los hicieron nacer, qué autoridades tenían a su cargo el trámite, qué legislación regulaba su procedimiento y alcanzaba su valor, qué contenido encierran y su conexión con otros papeles afines; es decir, se trata de la labor técnica de un archivero" (p. 14).

O trabalho técnico do arquivista — eis aí o que se nos afigura um dos problemas maiores da arquivística. É do consenso geral a impossibilidade de uma normalização para arquivos, aos

moldes da Biblioteconomia. De certa forma, tal impossibilidade representa uma espécie de "tragédia" profissional, nada podendo ser feito sem prejuízos e deformações ainda mais trágicas no que concerne à documentação. Vicenta Alonso não alude diretamente a esta questão, mas ela perpassa por todo o volume: a adequação de recursos humanos, o emprego de certas sistemáticas, as comparações, os estudos da dinâmica interna dos arquivos podem auxiliar ao termo de um benéfico ponto comum que estructure bases para, a seguir, suportar a especificidade de cada arquivo. É como se se perseguisse uma sistemática arquivística que pudesse contar, por encima, com o bom senso e o alto conhecimento do arquivista no referente a seu próprio arquivo, para então ser aplicada.

Especial destaque é dado ao que a autora chamada *O Terceiro mundo dos arquivos* (p. 59-76). Não se trata de *Arquivos no Terceiro Mundo*, tema já tantas vezes abordado, especialmente por arquivólogos franceses. Estão em pauta, sim, aqueles arquivos que, dentro de um mesmo país, estão em condições de marginalidade por sua dependência, pobreza de pessoal qualificado e de recursos econômicos, em relação aos demais. Em Espanha, o problema patenteia-se claramente, na diferença de tratamento e recursos que recebem os chamados Arquivos Gerais ou Nacionais (o Histórico Nacional de Madrid, o de Simancas, o de Índias em Sevilha, o Geral da Administração em Alcalá de Henares) e os pequenos arquivos provinciais.

Neste mesmo capítulo sobre tipos de arquivos, não poderíamos deixar de dar realce ao artigo que mais de perto toca à Arquivologia brasileira. Trata-se de *Una experiencia archivística interesante: el Prearchivo en Brasilia* (p. 76-9). É, mais que tudo, um comentário acerca do convênio que deu início à implantação do Pré-Arquivo, que sabemos hoje já em vigência e atividade, embora sofrendo toda sorte de dificuldades no que tange a recursos e pessoal especializado. Vicenta Cortés vê no fato de se criar condições para o atendimento à consulta à documentação administrativa em locais adequados, enquanto se aguarda o prédio próprio, uma "medida inteligente para buscar salida a una situación difícil".

A real situação dos Arquivos Nacionais na América Latina e do sistema arquivístico dos vários países pôde ser constatada pela autora quando, a cargo do Programa da OEA para Desenvolvimento dos Arquivos, percorreu as várias capitais, visitando arquivos e entrevistando-se com seus respectivos diretores. O informe daí resultante, apresentado em 1979, nos é altamente esclarecedor. Dá-nos conta, especialmente, da situação arquivística da Venezuela, Brasil, Argentina, Peru e México.

A matéria restante versa, fundamentalmente, sobre arquivos de Espanha, com exceção do exaustivo trabalho sobre mapas e planos e a documentação colonial do Arquivo Nacional da Colômbia, arranjos e descritos pela autora durante a vigência de seu comissionamento naquele país.

Na medida em que aborda questões ligadas a pessoal de arquivo (seja tratando da necessidade de seleção, seja propondo currículos de ensino de arquivologia) e trata da pesquisa histórica tal como se desenvolve nos arquivos peninsulares, a obra interessa aos arquivistas brasileiros. Isto porque a Dra. Cortés apresenta os temas didaticamente, como lições teóricas nas quais cabem os exemplos (rastreados, é claro, no meio que conhece e no qual ocupa posição destacada).

Da mesma forma, chamamos a atenção para um tema pouco abordado pela Arquivologia brasileira, mas que é de fundamental importância para a satisfatória descrição dos documentos, ao se elaborar instrumentos de pesquisa. Refiro-me à tipologia documental. Nas p. 3-9 e 318, através dos tópicos *Las series documentales*, *Tipos documentales* e *Las fuentes documentales y sus posibilidades*, discutem-se os vários tipos de documentos administrativos, que nos podem ser de grande utilidade. Afinal, em Diplomática, somos todos herdeiros das Ordenações Filipinas. . .

Ao lado dos manuais da Associação dos Arquivistas de França, do da Associação Holandesa, do de Tanodi e do de Schellenberg, este *Materiales para un Manual* de Vicenta Cortés Alonso passa a integrar o elenco de leituras básicas, as quais o arquivista de nossos dias não pode, de forma alguma, dispensar, sem graves prejuízos de seu desempenho profissional.

A SBPC e a Memória Brasileira

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em São Paulo, em 1948, acaba de realizar, na UERJ, sua 32ª reunião anual.

Tendo como objetivo o estabelecimento de elos entre cientistas e técnicos, indústria e população, a SBPC vem ampliando sua política de apoio e divulgação de trabalhos e pesquisas, em todas as áreas do conhecimento humano.

Essa abrangência é, com toda a certeza, responsável pelo sucesso das reuniões da Sociedade, que congregam um público cada vez maior, no qual estão representadas todas as tendências da opinião pública brasileira.

Esses encontros anuais se transformaram em espaço livre para debate de todos os temas e reivindicações por parte de professores, universitários, pesquisadores e estudantes. O tema central do encontro de 1980 foi *Ciência e Educação para uma Sociedade Democrática*, que, por sua amplitude, proporcionou aos participantes assistirem aos mais diversificados debates. Foram abordados assuntos desde a situação do indígena brasileiro, do homossexualismo, dos favelados e do destino da Amazônia, até as multinacionais, a assistência psiquiátrica, a revisão da Lei de Reforma do Ensino e o controle da natalidade.

Em mesa-redonda realizada no dia 10 de julho, intitulada *Memória Social e Democrática*, foi proposto o lançamento de ampla campanha em defesa das instituições responsáveis pela proteção da memória nacional. Tal campanha objetiva obter financiamentos públicos para os projetos dessas instituições. A idéia da realização da mesa-redonda, no âmbito da reunião anual da SBPC, surgiu a partir de encontros mantidos com organizadores do *Archivio Storico del Movimento Operário Brasileiro de Milano* (Itália), que desejam inteirar-se das possibilidades de transferirem, para o Brasil, o acervo acumulado durante três anos de existência do Movimento no exterior. Participaram da mesa, além do Coordenador, Maurício Martins de Mello, representante do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro de Milão, Hugo Peres, presidente do DIEESE, Edgar Dedeca, do Departamento de História da Universidade de Campinas e José Sérgio Leite Lopes, do Museu Nacional.

A *Democratização da Informação Científica e a Formação de Centros de Documentação e Pesquisa* foi o tema de outra mesa-redonda realizada, no dia 9 de julho, sob a coordenação de Célia Camargo de Simone, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas.

Arquivo Nacional Tem Nova Direção

Em cerimônia realizada no dia 15 de junho no Ministério da Justiça, o Ministro Ibraim Abi-Ackel deu posse à nova Diretoria-Geral do Arquivo Nacional, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, também diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas.

Presentes ao ato personalidades do cenário Político e cultural brasileiro tais como deputados, senadores, o reitor da Universidade de Brasília, secretários de Estado, funcionários da Câmara e do Senado e ainda representantes da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional e da Associação dos Arquivistas Brasileiros, na pessoa de sua presidente, Regina Alves Vieira. Sempre a seu lado esteve o prefeito de Niterói, Wellington Moreira Franco, seu marido.

Após as palavras de saudação do Ministro da Justiça, a nova Diretora do Arquivo Nacional pronunciou o discurso que ora transcrevemos:

"Senhor Ministro, autoridades presentes, senhoras e senhores. Sinto-me honrada em ter merecido a confiança de Vossa Excelência para dirigir o Arquivo Nacional. Tomo este convite como manifestação da vontade inadiável de modernizar a política nacional de arquivos de nosso país. Na verdade, esta é uma exigência que os novos tempos impõem



A Sra. Celina Moreira Franco sendo cumprimentada pelo Ministro da Justiça Sr. Ibraim Abi-Ackel



A Diretora-Geral do Arquivo Nacional, Sra. Celina Moreira Franco, quando proferia seu discurso de posse.

a todos nós, pois o conhecimento sistemático de nosso passado é garantia mais segura para resolver os desafios do presente. E estes conhecimentos passam inevitavelmente pela guarda, preservação e acesso aos documentos históricos.

Este esforço de organização do passado, Senhor Ministro, estou convencida de que ajudará a recompor o processo de construção da nação brasileira e a buscar ensinamentos na experiência histórica já acumulada. E servirá certamente aos homens públicos, cientes de seu papel institucional de zelar pelo patrimônio histórico e dele obter os subsídios necessários à sua ação política; aos estudiosos e pesquisadores, voltados para a reflexão que desbrava novos campos do conhecimento; e ao cidadão comum, mais incentivado a uma busca de suas raízes e de seus direitos.

Nos últimos 10 anos o Dr. Raul Lima dirigiu com competência e perseverança o Arquivo Nacional. E me deixou caminho aberto para percorrer estes objetivos sem as bases por ele estabelecidas — de um posicionamento mais digno para o Arquivo Nacional no interior da comunidade administrativa e sem a projeção internacional que imprimiu à instituição como órgão central da política arquivística no Brasil — não poderíamos cogitar de trazer o Arquivo para os novos e modernos patamares que pretendemos. Sua gestão aumenta minha responsabilidade e enobrecer o desafio que ora aceito.

Trago, Senhor Ministro, para o Arquivo Nacional a experiência de sete anos na direção do CPDOC. Na Fundação Getúlio Vargas, com o apoio de seu Presidente, Dr. Luiz Simões Lopes, e de uma equipe bem qualificada e com vontade de inovar, foi criada uma instituição que introduziu quadros especializados, formas metodológicas e novas abordagens no tratamento da documentação histórica.

Estou certa de que o desempenho do CPDOC contribuiu para que Vossa Excelência lembrasse de meu nome para conduzir uma instituição como o Arquivo Nacional tão cara aos pesquisadores e à cultura brasileira.

É nossa preocupação definir algumas questões básicas para a elaboração de metas a serem encaminhadas ou atingidas. Torna-se imperativo compatibilizar as funções ideais com as possibilidades reais do Arquivo Nacional: adequar o seu formato, dimensão e estrutura institucional às suas finalidades mais amplas de guarda e preservação de documentos históricos; adaptar as necessidades de guarda e preservação de documentos históricos a uma política de custos relativos e procedimentos tecnológicos viáveis; compatibilizar a consulta e o acesso documental, com fórmulas ágeis e capazes de estimular o desenvolvimento científico da pesquisa histórica.

Não podemos, tampouco, deixar de nos referir ao posicionamento do Arquivo Na-

cional enquanto órgão central de articulação da política nacional de arquivos mediante a definição dos fundamentos jurídicos de uma política arquivística; delimitação dos aspectos metodológicos e normativos, de uma política sistêmica para os arquivos brasileiros.

Este conjunto de medidas pretende, em verdade, obedecer a uma filosofia que consiste em descentralizar os acervos documentais, mas, ao mesmo tempo centralizar as informações em um mapeamento que reflita o panorama da documentação no país.

Reconheço que são metas muito ambiciosas que deverei enfrentar nas condições que, realisticamente, me forem permitidas.

Finalmente, Senhor Ministro, agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me oferece de trazer uma contribuição profissional ao meu país, no setor público. Para mim, este é um momento importante e cheio de significado, pois pertenço a uma família que há três gerações tem tido intensa participação na vida pública. E aprendi desde cedo, por isto mesmo, que a melhor forma de realização pessoal é servir ao meu país.

De forma indireta, minha colaboração pública tem sido dada na área de promoção social em apoio ao cargo de meu marido, na Prefeitura de Niterói.

De hoje em diante, no entanto, no Arquivo Nacional, assumo pessoalmente novas responsabilidades que serão, para mim, uma inesgotável fonte de ensinamentos e um estimulante desafio. Muito obrigada."

No Rio de Janeiro, em solenidade simples que durou cerca de meia hora, realizada no dia 23 de junho, Celina Moreira Franco assumiu o cargo em presença de amigos, funcionários da casa e de seus pais, o Senador Ernani do Amaral Peixoto e Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

Em pronunciamento rápido, feito de improviso, Celina Moreira Franco disse ser prematuro estabelecer, nesse momento, um plano de trabalho detalhado, sobretudo por que esse planejamento deverá ser elaborado em estreita colaboração com os grupos que de há muito vêm se preocupando com a situação dos arquivos no Brasil.

Referindo-se às instalações do Arquivo Nacional, explicou que estudos criteriosos deverão ser feitos para estabelecer as suas dimensões ideais, e que os 2 bilhões de documentos que se acham ali custodiados são muito poucos em relação aos que realmente deveriam ter sido recolhidos. Preocupada com as lacunas e a confusão reinante na legislação que regulamenta as atividades arquivísticas no país, uma de suas principais providências será o estabelecimento de uma metodologia de trabalho que possibilite colocar, o mais breve possível, o acervo do Arquivo Nacional em condições de atender ao pesquisador e ao cidadão comum. Propôs, ainda, uma descentralização dos acervos a

nível regional, a exemplo do que acontece em outros países que visitou recentemente.

Cursos da AAB

Organização de Arquivos de Empresas

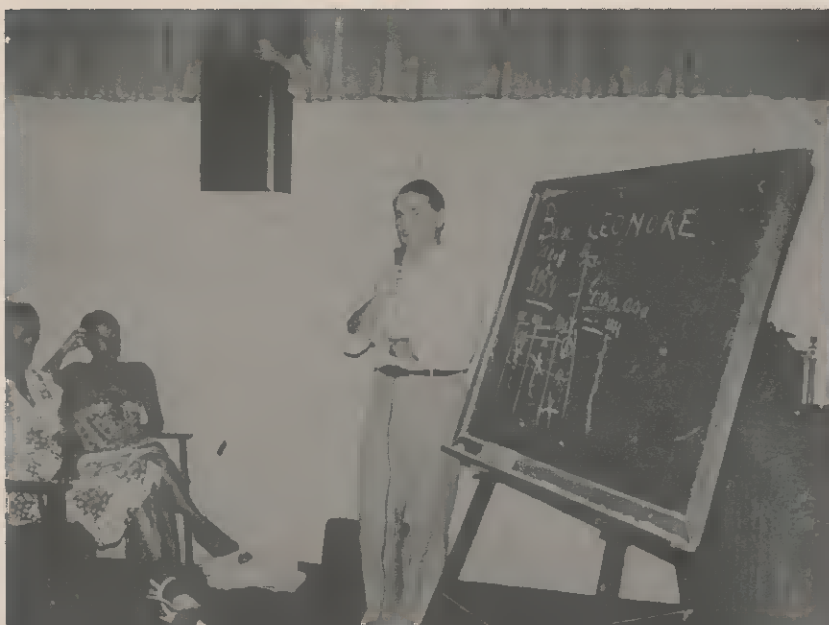
A Associação dos Arquivistas Brasileiros, dando cumprimento à sua programação para 1980, realizou, de 26 a 30 de maio, o já tradicional Curso de Aperfeiçoamento em Organização de Arquivos de Empresas, com um total de 35 horas-aula, ministradas no auditório do Arquivo Nacional. Contando com a participação de 29 representantes de empresas e instituições das mais variadas áreas de atividade do país, o curso refletiu a crescente conscientização para a problemática e importância dos arquivos empresariais.

No programa foram abordados os seguintes temas: terminologia, princípios, conceitualização e classificação de arquivos; fundamentos de organização e métodos (O&M); administração de documentos; organização de arquivos, abrangendo desde o levantamento da documentação e análise das estruturas organizacionais, até a elaboração de projetos, códigos de assunto e manuais de arquivo; recursos humanos, financeiros e equipamentos; implantação de arquivos correntes, protocolos, arquivos intermédios e permanentes; valor jurídico dos documentos e aplicação da microfilmagem aos arquivos.

Automação nos Arquivos

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, trouxe ao Brasil o Prof. Ivan Cloulas, Chefe do Serviço de Informática dos Arquivos da França. O Prof. Cloulas, que viria ao Brasil para participar do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, ou seja, em outubro de 1979, em virtude de compromissos que o retiveram em Paris, só pôde viajar no mês de março passado.

A AAB, responsável pela sua programação, organizou, primeiramente, por intermédio do Núcleo Regional em Brasília uma série de palestras sobre automação nos arquivos. De Brasília, Cloulas seguiu para São Paulo onde, assessorado pelo professor José Sebastião Witter, Diretor do Núcleo paulista da AAB, realizou uma série de visitas a arquivos, centros de documentação e de processamento de dados, além de outras instituições de caráter cultural. De São Paulo seguiu para Salvador, onde passou três dias com intensa programação. Da Bahia o Prof. Cloulas veio para o Rio de Janeiro, onde realizou, de 24 a 28 de março, um ciclo de palestras sobre automação nos arquivos, que obedeceu ao seguinte programa: Problemas gerais relativos à automação das funções arquivísticas; atendimento e orientação aos pesquisadores: Projeto Origan; indexação de repertórios gerais de fundos históricos: Projeto Igeric; organização de fichários toponí-



O Prof. Cloulas, proferindo palestra sobre o programa LEONORE referente à Legião de Honra Francesa.

micos das fontes arquivísticas: Projeto Onyx; pesquisa nos fundos arquivísticos de grande massa documental: Projetos Serac e Minotaure; aperfeiçoamento de antigos inventários: Aplicação do sistema Xia; Projeto Arcade aplicado à Secretaria de Estado de Belas-Artes da França; administração dos recolhimentos dos arquivos modernos: Projeto Priam; automação de arquivos intermediários e administração da Cidade dos Arquivos de Fontainebleau; os arquivos automatizados: Projeto Constance (conservação e guarda dos novos arquivos constituídos sobre suportes eletrônicos); os problemas gerais enfrentados pelo arquivista face à crescente automação exigida pela sociedade moderna.

As palestras foram realizadas no auditório do Arquivo Nacional e contaram com a presença de 30 participantes procedentes de vários Estados brasileiros. As tardes foram dedicadas a visitas a diversas instituições tais como Fundação Getúlio Vargas (Arquivo Central, Biblioteca e CPDOC), Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu Imperial de Petrópolis, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o próprio Arquivo Nacional, em cujo livro de visitantes Cloulas deixou assim consignada sua impressão sobre nosso país:

"Au Dr. Raul Lima et à ses collaborateurs, et à tous mes amis et fidèles auditeurs de l'Association des Archivistes Brésiliens, j'ai le plaisir et l'intérêt qu'ont représenté pour moi les "palestras" tenues aux Archives Nationales depuis le 24 mars. Je remercie tous ceux grâce à qui le Brésil s'est révélé à moi dans la splendeur de ses paysages, la gentillesse et la cordialité de ses habitants, la grandeur de son Histoire. Je forme le vœu que ces liens amicaux se poursuivent par une collaboration active et profitable à

tous dans le cadre des nouvelles techniques: l'union des archivistes français et brésiliens doit faire de l'informatique un outil au service de notre commune mission, qui est la connaissance profonde de la réalité humaine, 27 mars 1980."



Flagrante dos participantes do curso sobre Planejamento e Organização de Arquivos realizado em Brasília.

Núcleos Regionais

Brasília

O Núcleo Regional da AAB em Brasília realizou, de 16 a 27 de junho, o curso de *Planejamento e Organização de Arquivos*. Com um total de 30 horas de atividades, o curso contou com cerca de 30 alunos que, além das aulas teóricas, participaram de debates, estudos de casos, e realizaram visitas a diversos arquivos.

As aulas foram ministradas pelas professoras Astréa de Moraes e Castro, Nilza Teixeira Soares, Wilma Schaefer Corrêa e Elizabeth Andrade Pinto, no auditório do Ministério da Justiça, e obedeceram à seguinte programação: documentação, informação, arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação; a ciência pura dos arquivos, conceitualização, finalidade, importância, arquivos da 1ª idade ou correntes: características, organização e administração, pessoal, material, terminologia, métodos de arquivamento; planejamento e organização de um sistema de arquivos correntes (metodologia e técnicas); serviço de protocolo; arquivos da 2ª idade ou intermediários: definição; principais experiências no mundo; o arquivo intermediário em Brasília; construção, equipamento, localização, climatização em países tropicais; transferência, tratamento dos papéis, eliminações, recolhimento. Arquivos de 3ª idade ou permanentes e arquivos históricos: recolhimento, expurgo, desinfestação, desinfecção e preservação; arranjo; descrição: instrumentos de pesquisa; política de acesso; usuários.

Anais do 4º CBA

Já se encontra em plena atividade a Comissão Editorial dos Anais do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, que se realizou, de 14 a 19 de outubro de 1979, no Rio de Janeiro. A Comissão, designada pela Presidente da AAB, está assim constituída: Maria Amélia Gomes Leite e Eloísa Helena Riani Marques responsáveis respectivamente pelas transcrições de fitas e pelo preparo dos originais, e Robson Achiamé pela produção editorial e gráfica da publicação.

Registros Profissionais

De Jundiaí, SP, chegam informações sobre o primeiro registro de arquivista conferido naquela cidade. Trata-se de João José Rocha Carvalho, responsável pelo Arquivo do Departamento de Relações Trabalhistas da Fepasa. O arquivo, chefiado por João José, mantém em seu acervo mais de 200 mil processos individuais e importante documentação relativa às antigas ferrovias que hoje compõem a Fepasa. Ao lado do Museu Ferroviário, o arquivo de Jundiaí guarda a memória ferroviária de São Paulo.

Arquivista há 28 anos, João José Carvalho afirma ter sido o primeiro profissional no Brasil a exercer a Lei nº 6.546 que regulamentou a profissão.

Comissão de Estudos de Arquivologia

Integrando-se ao Programa Geral de Informação da Unesco, que vem elaborando um projeto de normatização e estabelecimento de diretrizes básicas na área de arquivos e arquivamento intermediário, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) constituiu uma Comissão de Estudos de Arquivologia. Convocada por Irene de Meneses Dória, Presidente do CB-14, a Comissão foi instalada, em 14 de março, e vem realizando quinzenalmente suas reuniões de estudos na sede da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Para facilitar o desenvolvimento da programação, foram constituídos três grupos de trabalho: *Grupo de Trabalho para Terminologia em Língua Portuguesa*, constituído por Maria de Lourdes da Costa e Souza, Maria Amélia Porto Miguéis e Marilena Leite Paes, representando, respectivamente, a Comissão Nacional de Arquivo, a Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Getúlio Vargas; o *Grupo de Trabalho sobre Controle e Arranjo de Documentos* está encarregado do estudo dos sistemas de controle para proceder ao levantamento e organização da documentação, assegurando o bom andamento dos trabalhos subsequentes. É integrado por Regina Alves Vieira, Presidente da AAB e representante do Arquivo Nacional, Célia Camargo de Simone, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV, e Helena Dodd Ferrez, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Helena Coriêa Machado, da Secretaria Municipal de Administração do Rio de Janeiro, José Sebastião Witter do Arquivo Pú-

blico do Estado de São Paulo, Norma de Góes Monteiro, do Arquivo Público Mineiro, Aurélio Wander Bastos, da Fundação Casa de Rui Barbosa e Barbara Levy compõem o *Grupo de Trabalho para Elaboração de Critérios de Avaliação de Documentos*, criado para estudar a formulação de tabelas de temporalidade, visando a retenção ou a eliminação dos documentos, a metodologia de preparação dessas tabelas, incluindo técnicas de levantamento e processos de eliminação, além de estabelecer critérios de avaliação.

Da Comissão participam ainda, como presidente, José Pedro Esposel; Lia Temporal Malcher, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, como secretária; Rui Vieira da Cunha, do Arquivo Nacional, como relator; Maria de La Encarnación de España Santos, também do Arquivo Nacional; e Paulo de Carvalho, da Cia. Souza Cruz.

Arquivos

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e suas Realizações

Sob a direção da Profª Lia Temporal Malcher, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro vem desenvolvendo intensa atividade na área arquivística e cultural, conforme se pode observar pela descrição que se segue:

● Exposições

De 19 de maio a 30 de junho, esteve aberta à visitação pública a exposição *A Escravidão no Rio de Janeiro*. A iniciativa despertou tanto interesse que, logo a seguir, o Arquivo da Cidade realizou a 1ª Mostra de Jornais e Revistas de Bairros da Cidade do Rio de Ja-

1ª mostra de JORNAIS e REVISTAS de bairros do Rio de Janeiro



ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

neiro, de 2 de junho a 15 de julho, apresentando exemplos dessas publicações desde o início do século até os que estão circulando hoje no espaço organizado do atual Município do Rio de Janeiro.

A mostra teve por objetivo chamar a atenção para esta imprensa que, embora de pequeno porte e de dimensões locais, tem um grande significado na apreensão da dinâmica da sociedade carioca nas suas expressões regionais. O jornal de bairro, no final dos anos 70, passou por um processo de melhoria formal, estrutural e contêdístico apreciável. Graças ao interesse de novas gerações de jornalistas, o jornal comunitário é, atualmente, uma empresa de comunicação com perspectivas de continuidade.

Em algumas áreas da Cidade surgem jornais com linha editorial realista, valorizando uma pauta centrada em assuntos de autêntico interesse comunitário. Essas publicações prestam revelantes serviços aos bairros, documentando criticamente o seu cotidiano.

● Palestras e mesas-redondas

— No dia 28 de março, fez realizar, no auditório da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, uma palestra sobre *O Rio de Janeiro há um Século*, seguida de uma audição de música.

A palestra foi proferida pelo Prof. José Luiz Werneck que, com o auxílio de material audiovisual, fez um apanhado da história da Cidade do Rio de Janeiro nos fins do século XIX e primórdios do século XX.

A parte musical esteve a cargo do pianista Hugo Braule, que apresentou composições tocadas antigamente nos salões de concerto e nos saraus, nas chácaras, casarões e sobrados. A segunda parte da audição foi executada pelo violonista Messias dos Santos e pelo baterista Sebastião Cândido da Cruz, que apresentaram ao público a música dos cafés, serestas, mercados, quintais, cozinhas, festas de rua, terreiros, senzalas, quilombos e favelas.

— Nos dias 9, 16, 23 e 30 de abril, o Arquivo Geral programou um ciclo de palestras abordando o tema *A Arquivologia em Questão*. As palestras se realizaram na sede do Arquivo Geral. Foi apresentada a seguinte programação: o Prof. José Pedro Esposel falou sobre *As Grandes Questões da Arquivologia Contemporânea*; *O Arquivamento no Município do Rio de Janeiro Face ao Decreto nº 2.477, de 25 de janeiro de 1980*, foi o tema abordado pela Prof.^a Helena Corrêa Machado; a Prof.^a Marilena Leite Paes focalizou aspectos básicos da *Organização de Arquivos*. Concluindo, foi promovido um painel sobre *Os Arquivos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro*, com a participação de representantes de diversos Arquivos e Centros de Documentação da Cidade do Rio de Janeiro.

— O Arquivo Geral realizou, ainda, nos dias 31 de março, 7, 14 e 28 de abril, seu primeiro ciclo de debates, sob a forma de mesas-redondas, sobre o tema *A História do Brasil em Debate*, abordando as linhas de pesquisa e interpretação na historiografia contemporânea brasileira. Sob a coordenação do Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos, e contando com a presença de renomados histo-

riadores, sociólogos e representantes de áreas afins, foram abordados os temas *Tem-po e História, Perspectivas de Análise para a História Social Urbana, Perspectivas de Análise para a História Social do Trabalho e Espaço Urbano e Condições de Vida*.

— *A Escravidão em Debate* foi o tema central do ciclo de palestras realizadas na Sala Restier Gonçalves do Arquivo Geral da Cidade. O evento, realizado de 19 de maio a 16 de junho, teve a coordenação da Prof.^a Lília Almeida Menezes, pesquisadora da Seção de Estudos e Pesquisas do Serviço de Apoio Cultural do AGCRJ. O programa incluiu as seguintes palestras: *O Escravidão Moderno: Historiografia e Linhas de Interpretação*, pelo Prof. Ciro Flamarion Santana Cardoso; *Economia Política e Escravidão*, pelo Prof. Antonio Barros de Castro; *A Questão Política da Escravidão*, pelo Prof. José Murilo de Carvalho; *O Trabalho Escravo na Economia e na Sociedade Brasileira do Século XIX*, pelo Prof. Luiz Carlos Soares. Constatou ainda da programação uma mesa-redonda sobre *Escravidão: Dominação e Resistência*, que contou com a participação dos Profs. Francisco S. Gomes, Gislene Neder, Lana Lage da Gama Lima e Padre João Manuel Mira.

— Dos dias 20 de maio a 24 de junho, novo ciclo de palestras e mesas-redondas foi realizado pelo AGCRJ, desta vez sob o tema *A Cultura Negra em Questão*. Coordenado pela Prof.^a Nair da Silva Monteiro, o evento teve a seguinte programação: mesa-redonda integrada pelos Profs. Helena Teodoro Lopes, Lana Lage da Gama Lima, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Paulo Roberto dos Santos e Raimundo de Souza Dantas, que debateram a *Cultura Negra: Concepções e Perspectivas*; palestra sobre *A Questão da Democracia Racial*, proferida pela Prof.^a Helena Maria Bousquet Bomeny; mesa-redonda sobre *O Negro na Música Popular Brasileira*, da qual participaram compositores, antropólogos, pesquisadores e jornalistas; mesa-redonda versando sobre *O Negro nas Artes*, integrada por cineastas, atores, poetas e artistas plásticos; conferência do Prof. José Maria Nunes Pereira sobre *Negritude e Descolonização Cultural*; e, ainda, uma mesa-redonda sobre *As Associações Negras no Rio de Janeiro*, presidida pelo Embaixador Raimundo de Souza Dantas, da qual participaram representantes de diversas instituições ligadas ao problema da cultura negra no Brasil.



O Arquivo Nacional em Brasília

A nova sede do Arquivo Nacional em Brasília já está com seu perfil arquitetônico definido pelo arquiteto Oscar Niemeyer. As obras, que deverão estar concluídas no final de 1981, já têm assegurado o seu andamento graças a uma verba inicial de Cr\$ 80 milhões. O edifício ficará situado na Esplanada dos Ministérios, entre a Estação Rodoviária e a Catedral.

O término das obras não significará a imediata transferência do acervo do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, para a Capital. Em princípio, só serão enviados para Brasília os arquivos referentes ao período posterior à fundação daquela cidade — 1960, permanecendo no Rio a memória documental do país com data posterior à Carta Régia de 1918.

O Arquivo do INPI

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial vai se transferir para novas instalações. Um edifício condizente com sua importância estava sendo concluído em Brasília quando veio uma contra-ordem: O INPI deve continuar no Rio de Janeiro, considerado como o local mais adequado às suas características de funcionamento. O prédio que ocupa atualmente na Rua Mariz e Barros, entretanto, não mais o comporta. Os técnicos constataram que as estruturas da construção não têm condições de resistir ao peso dos imensos arquivos da instituição.

Assim está tudo pronto para o retorno à sua antiga sede na Praça Mauá, edifício A Noite.

Arquivos Eclesiásticos

Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Igreja no Brasil — CEPEHIB

De um encontro realizado em 20 e 21 de dezembro de 1977, no qual estavam presentes o Padre Jamil Abib, pároco da Matriz de Rio Claro (SP), Frei Oscar Luste — professor de História da Igreja no Brasil, e Frei Romeu Dale, do SEDOC (revista da Editora Vozes consagrada à documentação sobre igrejas), surgiu a idéia da criação do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Igreja no Brasil.

Em 15 de maio de 1978, decidiu-se pela remessa de uma carta-circular a pesquisadores e estudiosos do assunto, tentando congregá-los em torno de uma série de objetivos comuns, a saber:

1. Procurar fazer um levantamento progressivo, por áreas geográficas e por assunto, dos documentos manuscritos e impressos existentes sobre História da Igreja.
2. Tentar conhecer, em seu estado atual, os arquivos eclesiais (de dioceses, paróquias, cúrias, instituições religiosas) e, se possível, obter cópias dos índices dos acervos de cada um deles.

3. Organizar um fichário capaz de fornecer aos pesquisadores elementos para localizar documentos de seu interesse, bem como fornecer dados sobre as condições de acesso a essa documentação e, em linhas gerais, sobre seu conteúdo.

4. Manter permanente intercâmbio com quaisquer outras instituições dedicadas a estudos ou pesquisas sobre o assunto.

5. Estimular a coleta, a preservação e a utilização dos documentos e de obras existentes.

6. Promover encontros, simpósios e congressos para troca de experiências e de idéias procurando, dessa forma, evitar a repetição de trabalhos e pesquisas, racionalizando e buscando uma ação em comum.

O grupo ampliou-se com a adesão de Jaelson Bitran Trindade, do IPHAN — Seção São Paulo, e de vários outros estudiosos. Passou então a se auto-intitular Centro de Pesquisas e Estudos sobre a História da Igreja no Brasil (CEPEHIB).

Como resultado concreto dos trabalhos já realizados destacam-se: a elaboração de um Projeto de Classificação de Arquivos Cúrias; o início do levantamento e catalogação de livros, revistas, artigos e outros tipos de documentos relacionados com a História da Igreja no Brasil; publicação do *Boletim do CEPEHIB* e o projeto de publicação de *Escritos Pastorais de Bispos do Brasil*, dos quais já se reuniu um acervo significativo que engloba os séculos XVIII e XIX.

Unificação dos Arquivos Eclesiásticos

A CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vem estudando, a pedido do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, um projeto de unificação dos arquivos eclesiais e históricos das arquidioceses e dioceses abrangidas pelo Regional Sul I da CNBB.

O projeto foi encaminhado pelo CEPEHIB, tendo sido objeto de debates por ocasião da Assembléia do Regional, realizada em novembro de 1959.

Formação de Arquivistas das Cúrias Provinciais

Por solicitação da Conferência dos Religiosos do Brasil — Seção São Paulo, o CEPEHIB preparou roteiro de um seminário de iniciação às técnicas arquivísticas destinado aos arquivistas e secretários dos arquivos das cúrias provinciais em todo o país. Aprovado pela Assembléia da CRB-SP, o seminário teve lugar em maio último.

Arquivo da Cúria de Mariana

Aos pesquisadores e estudiosos da História da Igreja nas Minas Gerais fazemos saber que a Cúria de Mariana é possuidora de um arquivo que contém valioso acervo da memória histórico-eclesial mineira.

O arquivo se acha instalado no subsolo do prédio da Cúria Arquiepiscopal, sob a responsabilidade do arcebispo D. Oscar de Oliveira.

Cuidadosamente tratada e preservada, grande parte da documentação já se encontra à disposição dos usuários, que são orientados pessoalmente por Dom Oscar.

O Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis

Numa tentativa de preservar os registros históricos mais antigos e, ao mesmo tempo, realizar uma pesquisa de história demográfica, uma equipe de professores da Universidade Federal de Santa Catarina vem desenvolvendo um projeto de microfilmagem dos arquivos da Cúria Metropolitana de Florianópolis.

Centro de Estudos das Raízes Religiosas do Nordeste

O Convento do Carmo do Recife (PE) vem abrigando em uma de suas alas, desde 25 de junho de 1979, o CERRENE — Centro de Estudos das Raízes Religiosas do Nordeste.

Sociedade civil, o CERRENE tem como objetivo precípua efetuar pesquisas e estudos sobre as raízes religiosas e culturais da Igreja Católica, demais igrejas cristãs e outras religiões, sejam elas de origem euro-portuguesa como também, e principalmente, africanas e ameríndias radicadas na região Nordeste do Brasil.

O Centro é a terceira associação do gênero criada no País; as outras duas têm suas sedes em São Paulo e Bahia.

São sócios-fundadores e membros do Conselho Curador da entidade: a Arquidiocese de Olinda e Recife, a Província Carmelitana de Pernambuco, o Mosteiro de São Bento, a Custódia Geral de Pernambuco e a Vice-Província Setentrional da Companhia de Jesus.

Para atingir suas finalidades, o CERRENE centralizará em sua sede todos os trabalhos de pesquisa na área, reunindo ainda todo o acervo documental existente a nível nacional e internacional.

Os Autos da Devassa

Desde o fim do século XVIII, encontravam-se em poder da família dos Condes de Galveas, em Portugal, cinco lotes de documentos contendo os Autos da Devassa por que passaram os religiosos envolvidos na Inconfidência Mineira.

Essa documentação foi oferecida, em 1977, ao governo brasileiro e aos colecionadores particulares que, na ocasião, não manifestaram qualquer interesse em adquiri-la.

Recentemente tais documentos foram a leilão na Sotheby's, de Londres, tendo sido arrematados por aproximadamente 1 milhão de cruzeiros, em lance feito pelo Sr. Aloysio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A compra foi realizada em conjunto com a Fundação Pró-Memória, e contou com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e com o financiamento do Banco do Brasil.

Os Autos da Inconfidência ficaram em Portugal durante dois séculos. Foram retirados do Brasil por Martinho Melo e Castro, Ministro da Marinha e Ultramar, atendendo a determinação de Dona Maria I, que desejava manter em sigilo os resultados dos processos a que foram submetidos os réus eclesiásticos. Somente em 1954 a documentação foi descoberta.

Os Autos da Inconfidência Mineira encontram-se reunidos em 12 volumes. Dez deles, entre os quais o depoimento assinado por Tiradentes, acham-se sob a guarda do Arquivo Nacional. O 119 está no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e o último, o que acaba de ser comprado em Londres, no momento sob a custódia do Banco do Brasil, está sendo reivindicado por diversas instituições, entre as quais o próprio Banco do Brasil (que financiou a compra), o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, o Arquivo Nacional e o Museu de Arte Sacra que está sendo criado em Belo Horizonte. Dos cinco lotes adquiridos somente um é original. Os demais são cópias manuscritas feitas na época, isto é, em 1792.

A propósito dessa contenda, o Prof. Mbá de Ferrante, Diretor do Arquivo Público do Paraná, enviou ao Sr. Aloysio Magalhães telegrama cujo texto publicamos a seguir: "Congratulações Instituto e ilustre patrício memorável reconquista documentos Inconfidência pt. Permito-me protestar custódia Banco Brasil valores fogem sua competência e devem ficar guarda Arquivo Nacional pt. Ressarcimento quantia financiada deve caber Caixa Econômica recurso loterias lembrando documentos públicos são propriedade povo que mantém Banco vg. Caixa e loterias pt. Saudações Mbá de Ferrante".

História à Venda

Depois de Londres, onde foram leiloados há três meses dois lotes de documentos relacionados à História do Brasil do século XVIII, chegou a vez de Nova Iorque.

A Christie's está anunciando para meados de outubro um leilão de documentos latino-americanos dos séculos XVII a XIX, que inclui algumas raridades de grande interesse para os arquivos brasileiros, como, por exemplo, mapas de combate do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai e correspondência militar da época.

Como para o leilão da Sotheby's, em Londres, o Governo brasileiro designou o presidente do IPHAN, Aloisio Magalhães, para acompanhar de perto — e arrematar — a venda dos documentos brasileiros, seria interessante que quem de direito começasse a se interessar desde já pelo novo lote de preciosidades que será posto à venda daqui a dois meses nos Estados Unidos.

Em tempo: a papelada que será leiloadada pertencia à coleção de um texano, H. M. Hermann, proprietário de um verdadeiro museu de documentos antigos, já há algum tempo sob a mira de instituições culturais americanas.

Esse primeiro lote de que se desfaz reúne 1 mil 200 documentos, segundo ele, "de

pouco interesse para a história dos Estados Unidos". (Extraído do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1980. Caderno B, p. 13.)

Arquivos de Watergate

A partir do dia 28 de maio, todas as fitas contendo as gravações das conversas entre políticos americanos que deram origem ao caso Watergate estarão à disposição do público no Arquivo Nacional americano, com sede em Washington.

As gravações têm a duração de aproximadamente 13 horas. Nesse primeiro estágio de acesso, cada pesquisador ou usuário terá, apenas, um período de 45 minutos a uma hora para a audição, que deverá ser cobrada.

Está sendo esperada uma grande afluência de público, tendo em vista as implicações políticas contidas nas gravações que suscitaram tanto interesse à época dos acontecimentos que culminaram com o *impeachment* do Presidente Nixon.

Documentos que exigem processamento menos rigoroso, como é o caso de fotografias e fitas magnéticas referentes aos julgamentos dos implicados, terão também seu acesso franqueado até o final do ano.

Ainda com relação a Watergate, uma Corte Distrital americana decidiu permitir ao NARS (National Archives and Records Services) dar o devido tratamento ao material textual existente sobre o assunto, visando libertá-lo à consulta e pesquisa a partir de 1981.

Acesso aos Arquivos

Começou a ser examinada, no dia 26 de maio, por uma comissão mista do Congresso Nacional, proposta de emenda constitucional, de autoria do Deputado Hélio Duque, assegurando aos cidadãos brasileiros o acesso às informações de caráter pessoal que lhes digam respeito, e que se encontrem em arquivos ou bancos de dados de órgãos governamentais ou privados.

O projeto garantirá, ainda, ao cidadão a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas para fins de defesa de direitos e esclarecimento de situações particulares.

Computador x Arquivos

Os arquivos das empresas Honeywell Bull e Philips Informatique, ambos em Toulouse, na França, foram alvo de atentados criminosos por desconhecidos que os incendiaram e destruíram. Telefonema anônimo informou mais tarde à polícia que os atos foram praticados porque "computadores eletrônicos são um perigo para o homem, sendo por meio deles que este é controlado e explorado".

Conselho Internacional de Arquivos

Terá lugar em Londres, nos dias 16 e 19 de setembro, a Assembléia Geral do CIA de 1980, dentro da programação do 9º Congresso Internacional de Arquivos. Os trabalhos serão divididos em duas sessões: no dia 16, das 14 às 15h, e no dia 19, das 14 às 16h.

A primeira reunião será consagrada ao exame das atividades e do orçamento do Conselho, às emendas dos Estatutos, à revisão das taxas de associados e à apresentação dos principais problemas de sua política e programação.

Dentre esses destacam-se: o estudo de temas e projetos a serem incluídos no plano de trabalho para 1981-1984; as Semanas Internacionais de Arquivo; a estruturação, coordenação e programação das atividades do CIA.

Na segunda reunião serão realizadas eleições para Presidente e Vice-Presidentes do Conselho, bem como para membros do Comitê Executivo e membros honorários. A Assembléia deverá encerrar-se com a adoção das resoluções e recomendações do 9º Congresso Internacional de Arquivos e a escolha do local de realização do 10º Congresso.

Congressos e Seminários

1º Seminário Regional de Administração Documental e Informática

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Tecnologia Micrográfica e pela Associação Rio-Grandense de Arquivistas, teve lugar em Porto Alegre (RS), de 28 a 30 de abril, o 1º Seminário Regional de Administração Documental e Informática.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros se fez representar pela Prof.^a Helena Corrêa Machado. Estiveram reunidos arquivistas, bibliotecários, administradores de empresas e profissionais das áreas de microfilmagem e processamento de dados, para juntos buscarem soluções ideais para o pleno desenvolvimento das ciências da informação.

Foram debatidos temas relativos ao que de mais moderno existe sobre a administração documental e as técnicas de recuperação e disseminação da informação, visando sanar as inúmeras dificuldades criadas pelo excesso de medidas burocratizantes e o conseqüente estrangulamento nos sistemas de informação.

5º Congresso Regional de Documentação

A Comissão Latino-Americana da Federação Internacional de Documentação promoveu, de 19 a 22 de maio, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o 5º Congresso Regional de Documentação. O conclave teve como co-patrocinadores o Instituto Colombiano para o Fomento da Educação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Do programa constaram os seguintes temas: Planejamento das Redes e Sistemas de Informação; Tecnologia das Redes e Sistemas de Informação; Operação das Redes e Sistemas de Informação; Recursos Humanos para a Informação; Aspectos Econômicos das Redes e Sistemas de Informação; A Co-operação Internacional.

5ª Convenção Nacional do Microfilme

Tendo como Presidente de Honra o Ministro da Justiça, Ibraim Abi-Ackel, realizou-se, no Centro de Convenções de Brasília, a 5ª Convenção Nacional do Microfilme, de 8 a 15 de junho. O evento, promovido pela Associação Nacional do Microfilme, teve o patrocínio do Ministério da Justiça e a colaboração da Universidade de Brasília.

Os temas centrais foram *A Nacionalização de Equipamentos e Materiais de Consumo para Microfilmagem e O Microfilme e a Modernização Administrativa*.

Na ocasião, foi divulgado o anteprojeto de lei sobre microfilmagem no Brasil com todas as emendas e sugestões recebidas na fase de sua elaboração, a qual deverá alterar a legislação vigente.

Paralelamente ao evento foram realizados quatro cursos e a 5ª Exposição de Sistemas de Microfilmagem, inaugurada pelo Ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna. A sessão de encerramento foi presidida pelo Dr. Syleno Ribeiro de Paiva, Presidente da Convenção, e contou com a presença do Subsecretário de Estudos e Planejamento da Secretaria Especial de Informática da Presidência da República, Jackson Guedes.

Arquivos do Terceiro Mundo

Realizou-se em Berlim Ocidental, de 11 a 16 de junho de 1979, o Seminário Internacional sobre Estratégias para o Desenvolvimento Arquivístico no Terceiro Mundo. Organizado pela Comissão Alemã da UNESCO e pelo Conselho Internacional de Arquivos, o seminário contou com a participação de representantes da Fundação Alemã da Propriedade Cultural Prussiana, dos Serviços de Arquivo das Administrações Federal e Estaduais da República Federal da Alemanha e da Associação dos Arquivistas Germânicos, além de membros representativos dos Secretariados do CIA, da Deutsche UNESCO Kommission (DUK) bem como do CAD (Committee for Archival Development).

O seminário teve como finalidade principal servir de ponto de partida para um intercâmbio de experiências e idéias entre os arquivistas do Terceiro Mundo, definindo uma linha de ação para que seja alcançado um maior desenvolvimento dos arquivos a nível nacional, regional e internacional.

Dezoito recomendações foram o resultado do importante encontro dos profissionais de arquivo de Gâmbia, Peru, Kênia, Índia, Zâmbia, Malásia, Guiana, Porto Rico, Bahamas, Indonésia, Nigéria e Sri-Lanka com seus colegas alemães.

2º Seminário sobre Documentação Automatizada

Realizou-se em São Paulo, no Anfiteatro de Convenções e Congressos da USP, de 23 a 26 de junho, o 2º Seminário sobre Documentação Automatizada. O evento foi organizado pelo Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica e pela Coordenadoria de Atividades Culturais da USP, com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da Biblioteca Regional de Medicina, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias e Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. O Seminário visou dinamizar o intercâmbio entre especialistas brasileiros e franceses no tocante às realizações e iniciativas na área da automação.

Dentre os conferencistas convidados: M. Jacques D'Olier, Diretor de Informascience, do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) de Paris; M. Michel Callon, pesquisador da École des Mines de Paris, do Centre de Sociologie de l'Innovation (laboratório associado ao CNRS) e M. Ph. Gravis, Diretor-Presidente do Bureau de Recherche pour l'Innovation et la Convergence.

Vários terminais de computador estiveram permanentemente ligados aos bancos de dados do Centre Serveur de Valbonne e do Commissariat à l'Energie Atomique-Saclay, permitindo interrogações diretas dos participantes do conclave.

1º Encontro de Profissionais Graduados em Arquivologia

Realizou-se no auditório do Ministério da Fazenda, de 14 a 18 de julho, o 1º Encontro de Profissionais Graduados em Arquivologia, promovido pela Associação dos Graduados em Arquivologia do Rio de Janeiro.

O evento teve como objetivos a avaliação do mercado de trabalho e o aprimoramento da formação profissional. Foram realizados debates sobre os seguintes temas: A Arquivística Moderna; Formulação Profissional; Política Profissional e Mercado de Trabalho.

5º Simpósio de História do Vale do Paraíba

Taubaté foi a sede do 5º Simpósio de História do Vale do Paraíba, que ali se realizou de 21 a 26 de julho.

Entre outros, apresentaram trabalhos os Professores Américo Jacobina Lacombe, Ar-

no Whelling, Eduardo D'Oliveira França, Edgar Carone, Aziz Ab'Saber, Mirian Ellis e Eremildo Luiz Vianna.

Atividades paralelas foram organizadas pela Prefeitura de Taubaté, visando dinamizar o evento, tais como: exposições de arte e artesanato popular, mostras iconográficas sobre *Tropas e Tropeiros a Caminho do Mar e Arte Valeparaibana*. Obedecendo ao temário do simpósio, foram apresentadas, entre outras, as seguintes comunicações: Convênio de Taubaté; Tradicionalismo e transformação no Vale do Paraíba; O tempo e o espaço no Vale do Paraíba; Café e literatura na 1ª República; Colonização italiana na Vale do Paraíba; O Vale do Paraíba na época de Rodrigues Alves; Monteiro Lobato e a cultura brasileira.

Da programação social constaram ainda uma feira de livros, um concerto da Orquestra da Universidade de Taubaté e a finalíssima de um concurso sobre música sertaneja.

Conferência Mundial sobre Arquivos

Reunindo representantes de todas as partes do mundo, realizou-se em Salt Lake City - Utah, de 12 a 15 de agosto, a 2ª Conferência Mundial sobre Arquivos. O tema abordado foi a *Preservação de nossas Raízes*, com ênfase para os arquivos pessoais e familiares. Durante quatro dias foram realizados cerca de 300 seminários, além de assembleias e sessões plenárias, que abordaram desde a história familiar e pessoal até a pesquisa genealógica e os estudos demográficos. A Conferência Mundial sobre Arquivos foi uma promoção da Genealogical Society de Utah.

9º Congresso Internacional de Arquivos

Terá lugar em Londres, de 15 a 19 de setembro próximo, o 9º Congresso Internacional de Arquivos.

Quaisquer pedidos de informações, reservas ou inscrições deverão ser encaminhados ao

ICA IX Secretariat c/o Conference Organization Division, Peter Pengrims Ltd., 2 Savoy Hill, London WC2R 0BP.

O encontro, que terá por tema central *A Utilização dos Arquivos*, marcará o 13º aniversário do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e será o maior acontecimento internacional do ano, quando experiências e informações serão trocadas por arquivistas de todas as partes do mundo. As três primeiras sessões plenárias serão dedicadas ao tema central, dando oportunidade aos congressistas de examinar as transformações pelas quais passaram os arquivos desde que a sua utilização foi objeto de debates no 1º Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Paris, em 1950. Três deverão ser as perspectivas de utilização dos arquivos a serem enfocadas: a científica, a prática e a popular.

O segundo tema será *O CIA, seus realizações e seu futuro*, a ser apresentado na quarta sessão plenária, no dia 19 de setembro.

As comunicações das sessões plenárias ficaram assim distribuídas:

1ª sessão — 16 de setembro

— Relato introdutório: *A Utilização Científica dos Arquivos*

— Comunicações especializadas: Os Arquivos e a História Quantitativa; Os Arquivos e a História Oral; Os Arquivos e a História Contemporânea.

2ª sessão — 17 de setembro

— Relato introdutório: *A Utilização Prática dos Arquivos*

— Comunicações especializadas: Arquivos de Ciências Naturais e Aplicadas; Os Arquivos e o Desenvolvimento Urbano; Os Arquivos de Empresas.

3ª sessão — 18 de setembro

— Relato introdutório: *A Utilização Popular dos Arquivos*

— Comunicações especializadas: Os Arquivos e a Educação; Os Arquivos e os Meios de Comunicação; Os Arquivos e o Homem.

4ª Sessão — 19 de setembro

— Relato introdutório: *O CIA, suas Realizações e seu Futuro.*

— Comunicações especializadas: O CIA e o Desenvolvimento dos Arquivos; O CIA e a Arquivística Individual; O CIA e a Metodologia Arquivística.

No sábado, dia 20 de setembro, haverá uma reunião do Comitê Executivo do CIA. Foram ainda programadas visitas a arquivos e centros de documentação de Londres e das proximidades.

Memória Cultural

X

Segurança Nacional

O Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro promoveu seu 10º Curso de Problemas Brasileiros. *Arquivo & Administração* dá relevo especial à palestra proferida pelo acadêmico Afonso Arinos de Mello Franco sobre *O Plano Nacional de Cultura e a Defesa da Memória Nacional*, da qual destacamos e publicamos alguns trechos:

“Quem não compreende a importância da preservação da memória cultural atenta contra a segurança nacional, porque a personalidade do País pode ser sufocada por uma massa incontrolável de internacionalização da cultura.

“Quando falo em segurança nacional, não me refiro à conceituação clássica, elaborada pela Escola Superior de Guerra. A não-compreensão de que a herança cultural define a personalidade nacional subverte os valores culturais da sociedade e, portanto, a ameaça. Por isso, os países que não preservam a sua memória são facilmente invadidos por técnicas de comunicação que deformam o patrimônio de seus povos.

“A submissão da cultura nacional aos valores importados de outros países deve ser cuidadosamente analisada, porque sem in-

fluência estrangeira não há desenvolvimento da cultura e da educação; o que deve ser procurado é a incorporação dos valores exógenos em benefício do bem comum.

“A atuação do Estado em defesa da preservação da cultura nacional é mais do que uma necessidade, pois se transformou numa consciência firmada por todos.

“A cultura faz parte do bem-estar social e não é apenas a capacidade de criar, mas sim o direito de usufruir do patrimônio coletivo.

“O Estado deve ter a prerrogativa de intervir naquelas manifestações culturais que ofendam o sentimento médio da coletividade. Isto, inclusive, está consagrado na Constituição. Em geral, essas manifestações ofensivas não são culturais, mas da contra-cultura, que é uma forma de repúdio à herança cultural.”

O Prof. Afonso Arinos elogiou ainda o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dizendo: “Se houvesse mais órgãos como esse, a situação da memória cultural no Brasil poderia ser melhor.”

Cursos

Ensino Profissionalizante

● O Secretário Estadual de Educação e Cultura, Arnaldo Niskier, vem implantando progressivamente nas escolas estaduais do Rio de Janeiro o ensino profissionalizante ou pós-técnico.

A iniciativa tem por finalidade suprir o mercado de trabalho com mão-de-obra tecnicamente qualificada, bem como assegurar ao estudante de 2º grau novas opções de carreira.

Cerca de 150 empresas, nacionais e estrangeiras, firmaram convênios com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, no sentido de proporcionar, em suas próprias instalações, 720 horas de aulas práticas. Ao final do curso, os melhores alunos são selecionados e contratados pelas empresas, que lhes garantem um emprego qualificado e com boa remuneração.

Por sua vez, o Ministério do Trabalho, numa iniciativa conjunta com a Secretaria de Educação, presta informações sobre as áreas de atividade onde existe carência de mão-de-obra, para que a Secretaria programe cursos compatíveis com as necessidades de mercado.

Um sistema de orientação profissional, aplicado no decorrer do 2º grau, foi criado com a finalidade de descobrir as verdadeiras aptidões dos estudantes, possibilitando, assim, o seu correto encaminhamento para os cursos correspondentes às áreas de seu maior interesse.

● A Associação dos Arquivistas Brasileiros recebeu, em maio, ofício do Conselho Estadual de Educação, informando que a proposta apresentada pela AAB, relativamente à inclusão da habilitação de técnico de arquivo nos programas dos colégios oficiais, foi

submetida à consideração da Câmara de Ensino de 2º Grau, tendo recebido parecer favorável. A implantação dessa modalidade de ensino profissionalizante nas unidades escolares providas das condições indispensáveis será efetivada em estreita colaboração com a AAB.

Cursos da FESP

A Fundação Escola do Serviço Público, dentro da programação de suas atividades para 1980, realizou no período de abril a julho os seguintes cursos:

● *Técnica de Microfilmagem — Processamento e Duplicação de Filmes.* O curso teve por objetivo formar técnicos em processamento micrográfico, tornando-os aptos em operações de revelação, fixação, lavagem, secagem e duplicação de filmes, bem como a detectar e corrigir problemas ocorridos num laboratório, identificar, operar e conservar os equipamentos.

● *Arquivo e Protocolo* — Focalizando o arquivo como instrumento de informação, comunicação e decisão, o curso abordou ainda a análise geral de documentos, sistema de registros, protocolo, métodos de arquivamento, métodos de pesquisa em arquivo, arquivos especiais, legislação e documentação.

● *Introdução ao Desenvolvimento de Equipe* — Tendo como instrutor o Prof. José Maria Rodrigues Noronha, o curso teve o seguinte tema: identificação da necessidade do desenvolvimento de equipe; coleta de dados, análise e levantamento da situação; diagnóstico e solução de problemas em grupos; planejamento de ação corretiva; implementação, acompanhamento e avaliação; e perspectivas do desenvolvimento de equipe como estratégia de mudança — possibilidade e obstáculos.

● *Temas Atuais da Documentação* — Curso realizado em convênio com a Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro (APB-RJ), de 19 a 25 de maio. Contando com os Profs. Maria Beatriz Pontes de Carvalho, do IBGE, Regina Maria Soares de Oliveira, do IBICT, e Philippe Damian, do DNER, o curso obedeceu à seguinte programação: sistemas de documentação primária, secundária e terciária; produtos documentários e seus serviços; linguagem documentária; organismos de documentação nacionais e internacionais; psicossociologia da transferência da informação documental.

● Também em maio realizou-se, nos dias 28 e 29, um curso sobre *A Utilização da Informação como Elemento no Processo Decisório*, abordando: visão empresarial sistêmica; informação como elemento de integração sistêmica; informação de controle; sistemas de informação; sistemas disfuncionais; estudo de caso a partir da identificação de algum problema de caráter disfuncional, determi-

nação de causas, análise de possíveis consequências e apresentação de soluções alternativas.

● Dando prosseguimento ao *Curso de Técnicas de Microfilmagem* foi realizado em maio o módulo III, abordando o *Sistema Operacional de Microfilmagem*, que versou sobre os sistemas INDEX na microfilmagem; custos operacionais; racionalização na utilização de equipamentos; documentos: importância, tipos, caracteres e sua importância para a microfilmagem; utilização de sinaléticas e flash na microfilmagem de documentos; filmes: tipos, dimensões e formas de utilização, seleção de filmes em função do tipo de documento; produção na microfilmagem; princípios básicos, métodos e técnicas, produtividade x custo operacional e rotinas para a produção de microfilmagem.

● Foram ainda ministrados os seguintes cursos:

Conservação de Documentos, pelo Prof. Edson Mota Filho; *Pesquisa Bibliográfica*, por Relinda Kohler; e *Metodologia da Pesquisa*, tendo como docentes os Profs. Darci Dusilek e Israel Belo de Azevedo.

● De 15 a 24 de julho foi ministrado o *Curso de Arquivo para Secretárias*, com a finalidade de dar uma visão do arquivo como instrumento de trabalho na vida de uma empresa. No programa figuraram o controle da informação; sistemas de registros; protocolo, tramitação e controle; organização e métodos de arquivamento; métodos básicos x métodos padronizados; métodos alfabéticos, geográficos e numéricos; adaptação do arquivo às necessidades do trabalho de secretária.

Curso de Racionalização do Trabalho no Arquivo Nacional

Sob a responsabilidade da Prof.^a Odete Cardoso Contijo, da Secretaria de Modernização Administrativa do Ministério da Justiça, e com a colaboração da Coordenadoria de Cursos de Arquivologia do Arquivo Nacional, foi ministrado aos servidores engajados no convênio UNI-RIO/AN um curso de *Racionalização do Trabalho*.

Perfazendo um total de 50 horas-aula e contando com 20 participantes, 6 da UNI-RIO e 14 do Arquivo Nacional, o curso teve como finalidade fornecer a todos as ferramentas necessárias ao bom desempenho das tarefas que lhes foram destinadas, bem como conscientizá-los sobre as barreiras que fatalmente encontrarão, e como fazer para transpô-las ou eliminá-las racionalmente.

O programa foi dividido em quatro etapas: racionalização do trabalho; estudo do trabalho; estudo dos formulários empregados e estudo dos locais de trabalho.

Curso de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural

A Secretaria de Assuntos Culturais do MEC (SEAC) está estudando a criação, ainda em 1980, de um Curso de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural.

O Curso terá a duração de dois anos, com 1.800 horas-aula, e será ministrado a nível de especialização para a clientela das áreas de arquivologia, museologia, belas-artes, arquitetura e biblioteconomia.

Tratando-se de uma iniciativa de cunho teórico-prático, a SEAC está em entendimentos com vários laboratórios de restauração de documentos, com o objetivo de oferecer aulas práticas aos alunos. Entre outros, podemos citar os laboratórios da Fundação Casa de Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, Escola de Belas-Artes e Museu Nacional.

O currículo do curso será dividido em duas partes (matérias do núcleo comum e habilitações específicas, num total de 1 350 horas-aula; estágio supervisionado, com 450 horas).

As matérias comuns serão: química, física e biologia, aplicadas à restauração; critérios e técnicas de conservação; fotografia; técnicas de documentação; história da arte no Brasil e desenho.

Entre as habilitações específicas estão o estudo do papel, dos têxteis, da pintura e da policromia. Para o futuro, estão previstas as seguintes disciplinas: material arqueológico e etnográfico; mobiliário, cerâmica, vidro, metais e escultura.

É intenção da SEAC oferecer bolsas de estudos aos interessados no Norte e Nordeste do país.

Microfilmagem

O Núcleo de Extensão Universitária do Instituto Metodista Bennett realizou, de 23 de abril a 28 de maio, o *Curso de Microfilmagem e Documentação*, visando o aperfeiçoamento de recursos humanos para atuação nas atividades de microfilmagem, bem como suprir as necessidades de conhecimentos especializados nas áreas de documentação. Ministrado pelo Prof. José Lázaro de Souza Rosa, o curso teve a seguinte programação: definição e conceito de reprografia; introdução à microfilmagem; evolução histórica; o microfilme no Brasil; usos, vantagens, aplicações práticas dos sistemas de microfilmagem; o filme; evolução das técnicas de sensibilização, dimensionamento e capacidade de armazenamento; bitolas e tipos de filmes; padrões de qualidade; definição, densidade, contraste, grau de redução, legibilidade; técnicas e processos de microfilmagem; equipamentos: microfilmadoras, processadoras, revisores, duplicadores, aparelhos de leitura simples e conjugados; a microfilmagem de documentos nos arquivos correntes, intermediários e permanentes; aplicação nos arquivos públicos, institucionais, comerciais e pessoais; preparo da documentação para microfilmagem; arranjo das coleções. Produção do microfilme; filme

com qualidade arquivística; métodos de arquivamento; conservação e tratamento das microformas; procedimentos técnicos; planejamento, organização, administração e direção de serviços de reprografia e/ou microfilmagem; sistema de indexar e codificar microfilmes; processos óticos, sinaléticos e eletrônicos; o microfilme e a legislação vigente; o laboratório de microfilmes; estrutura e funcionamento.

Prestação de serviços a terceiros; análise dos aspectos; sistemas especiais de recuperação das informações: COM, CIM, circuito fechado de TV; o fotocromismo, a holografia, o raio laser.

Além das aulas teóricas, foram promovidos debates, estudos de casos e visitas a centros de microfilmagem.

Índices e Indexação

A Fundação Casa de Rui Barbosa promoveu, de 14 de maio a 23 de junho, um ciclo de palestras e seminários sobre *Índices e Indexação na Área das Ciências Humanas e Sociais*. Objetivando o aperfeiçoamento de indexadores no campo das Ciências Humanas e Sociais, foram programados, sob a forma de seminários, debates e avaliações críticas de índices nacionais e estrangeiros. Tendo como professores Antônio Houaiss, Benedicto Silva, Cecília Oberhoffer, Célia Camargo de Simone, Gilda Braga, Hagar Espanha Gomes, Helena Dodd Ferrez e Jerusa Gonçalves de Araújo, o ciclo de palestras teve, além dos seminários, a seguinte programação:

1. Abordagem Filosófica à Indexação.

1.1. A lógica de uma necessidade: o conhecimento, a ética e aêmica (classificação), a grafosfera. A reserva gráfica e a emergência da ordem alfabética.

1.2. Sistemas ontológicos e sistemas heurísticos. O sistema sem sistema alfabético.

1.3. Problemas genéricos dos índices e índices de índices: profundidade, abrangência e especificidade.

2. O processo de indexação.

2.1. A informação, o usuário e o sistema de indexação.

2.2. Análise e conteúdo. O fator consistência.

2.3. Vocabulário: linguagens naturais e artificiais.

2.4. Pré e pós-coordenação. Da palavra ao tesouro.

2.5. Tipos de índice: organização e editoração.

2.6. Construção manual de índices. Aspectos específicos da indexação de livros (monografias).

2.7. Aspectos específicos de índices de periódicos (jornais, revistas, seriados).

2.8. O material iconográfico e a problemática de sua indexação.

2.9. Indexação automática. Automação na produção de índices.

3. Avaliação de índices.

4. O indexador: qualificações e treinamento.

Arquivo Médico

Promovido pelo Grupo de Bibliotecários Biomédicos do Rio de Janeiro e pelo Centro de Estudos dos Médicos do Banco do Brasil, teve lugar, no auditório da Academia Brasileira de Ciências, de 17 a 26 de junho, um curso sobre *Documentação Médica no Hospital*.

As aulas foram ministradas pelo Prof. Dr. Oberdam Perrone e tiveram a seguinte programação: *Documentação Médica* — sistema de informações médicas; noções de terminologia médica; prontuário médico: conceitualização, conteúdo, composição, arquivamento, movimentação e normalização das fichas; recuperação das informações: classificação internacional de doenças; indexação e avaliação de resultados. *Serviço de Documentação Médica* — estrutura; normas gerais de funcionamento; localização e área; recursos humanos; instalações, equipamento e material; e rotinas de trabalho.

Exposições

Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Morte do Padre José Maurício

● O Arquivo Nacional e o Teatro Municipal realizaram em abril uma exposição comemorativa do sesquicentenário da morte do Padre José Maurício Nunes Garcia, compositor sacro do século XVIII. A mostra foi montada, em *avant-première*, no foyer do Teatro Municipal onde, em seguida, realizou-se um concerto de peças da autoria do notável músico.

Ao acervo documental do Arquivo Nacional vieram se juntar peças raras e diversas partituras, assim como a máscara mortuária do Padre José Maurício, cedidas, respectivamente, pela Prof.^a Cleofe Person de Mattos, especialista e estudiosa da vida e obra do homenageado, Monsenhor Guilherme Schubert, arquivista do Cabido Metropolitano, e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que fez constar ainda da exposição a partitura da Missa de Santa Cecília, executada no concerto.

Exposição Retrospectiva do Rio de Janeiro

● Realizou-se no Arquivo Nacional, durante todo o mês de março, uma Exposição Retrospectiva do Rio de Janeiro. A mostra reuniu documentos, livros e estampas, oferecendo uma panorâmica sobre a história da cidade. Foram expostos à visitação pública documentos datados desde 1712 (Carta autografada por D. João V referente às diligências feitas para a restauração do Rio após a invasão francesa), até a Lei Complementar nº 20, de 1 de julho de 1954, que dispõe sobre a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Exposição de Cultura Popular para Deficientes Visuais

O Instituto Benjamin Constant, na Urca, Rio de Janeiro, foi palco de uma iniciativa inédita no Brasil e poucas vezes tentada no resto do mundo.

Trata-se de uma exposição de cultura popular brasileira para deficientes visuais, idealizada pelos 28 alunos do Curso de Museologia da UNI-RIO, como parte de suas obrigações curriculares.

Se nas exposições comuns o principal é o aspecto visual, nessa o mais importante é o manuseio, o tato.

O Instituto Benjamin Constant acolheu com entusiasmo a idéia dos futuros museólogos, fornecendo-lhes material e subsídios sobre a psicologia e o comportamento do cego.

Os *stands* da mostra foram montados de acordo com as diversas regiões brasileiras e uma passarela fazia o circuito entre eles servindo de orientação ao visitante cego. As peças receberam etiquetas escritas em Braille e cartazes em tipologia graúda para os de pouca visão. Os objetos expostos foram cedidos pela FUNARTE, Museu do Folclore, particulares e pelos próprios alunos.

Artesanato, instrumentos musicais, vestimentas, perfumes e comidas típicas regionais deram a um público para quem o museu sempre foi algo distante e até inatingível uma nova dimensão da cultura de nosso país. Que o exemplo sirva de estímulo a outras iniciativas do gênero.

Museus

Museu de Nova Iguaçu

Em 1963, alguns professores e jornalistas instalaram, nas dependências do Colégio Afrânio Peixoto, o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Logo após a sua criação, o Prof. Waldick Pereira, munido de credencial outorgada pela Câmara dos Vereadores, passou a recolher material para a montagem de um museu, conseguindo juntar cerca de 1 200 documentos que hoje constituem o acervo daquele Instituto.

Além da documentação textual, há inúmeras fotos, jornais e mapas, alguns ainda com o sinete do Barão de Mauá, o qual traz a efígie da locomotiva Baronesa.

Sem contar com ajuda oficial, o Prof. Waldick Pereira realizou coletas entre os fundadores da instituição; com as importâncias arrecadadas, adquiriu peças pertencentes aos descendentes de antigos moradores da região, em geral fazendeiros.

Nomeado para a Assessoria de Museu e Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Iguaçu, o professor obteve da Secretaria Municipal de Educação a cessão de uma pequena sala onde vem guardando e preservando o material adquirido, enquanto espera pela criação do Museu de Nova Iguaçu, já prometida pelo atual Prefeito daquele Município.

Entre os documentos coletados podemos destacar: uma comunicação às autoridades sobre a existência de um "quilombo em Iguassu" (1850), constituído de 25 pessoas, entre elas "a negra Florinda, única mulher"; uma planta da Vila de Iguassu, datada de 1837; uma carta-patente assinada por D. Pedro II, promovendo o sargento Manoel de Souza Ponto e Alferes e, o mais recente (1931), um processo de contravenção de jogo-do-bicho, com os talões anexos, em que o réu foi absolvido "por falta de provas contundentes".

Museu do Lixo

Em Irajá, na Usina de Reciclagem Engenheiro Luiz Eduardo Bahia, um curioso museu foi montado pelo funcionário Rosental Joaquim Pinto, com peças que ele pacientemente vem retirando das 5 mil toneladas diárias de lixo recolhidas pela Comlurb na cidade do Rio de Janeiro.

As prateleiras do Museu do Lixo expõem os mais variados objetos, desde eletrodomésticos que funcionam, até fotografias, dinheiro (cédulas e moedas nacionais e estrangeiras) e jóias.

Os documentos encontrados são enviados para a Administração Regional de Irajá onde ficam à espera de seus donos.

Museu da Fazenda Federal

Criado pela Portaria nº 75, do então Ministro da Fazenda, Prof. Delfim Netto, em abril de 1970, o Museu da Fazenda Federal esteve inicialmente subordinado à Secretaria da Receita Federal. Completando dez anos de existência, o museu, que agora está ligado à Delegacia do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, organizou, para comemorar a data, uma exposição de seu acervo artístico.

O Museu da Fazenda Federal foi instituído, primordialmente, para recolher, classificar, catalogar e expor ao público documentação, mobiliário, equipamentos e outras peças de importância histórica existentes nos órgãos do Ministério da Fazenda e ligados à administração fazendária. Em pouco tempo tornou-se poderoso instrumento de divulgação do processo de evolução tributária, colocando à disposição de pesquisadores e estudiosos seu valioso acervo documental. Desempenhando um papel preponderante didático, o Museu da Fazenda promove, através de debates, conferências e exposições, a divulgação da história fazendária nacional.

Museu Nacional da Quinta da Boa Vista

Marcando a passagem do 162º aniversário de sua fundação, o Museu Nacional da Quinta da Boavista inaugurou, no dia 6 de junho último, uma exposição filatélica sobre a



Parque da Cidade

Chácara do Céu



Quinta da Boa Vista

fauna e a flora mundiais e outra sobre os índios Águas Pretas, com utensílios e peças de artesanato daquela tribo. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos fez o lançamento de um carimbo comemorativo alusivo à data, e o jurista Afonso Arinos de Mello Franco proferiu palestra sobre os *Antecedentes Culturais do Museu Nacional*.

Os Museus do Rio de Janeiro

A inexistência de uma política nacional de preservação do patrimônio histórico e, sobretudo, a falta de divulgação de nossos bens culturais e de campanhas educacionais são a explicação para o pouco interesse da população pelos quase vinte museus do Estado do Rio de Janeiro.

Além da dispersão de acervos, há uma absoluta carência de recursos humanos, resultante do desinteresse das instituições educacionais do país pela museologia.

A transformação do antigo IPHAN em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possibilitará a transferência do controle dos museus para seu âmbito de ação. A confirmação dessa possibilidade foi feita pelo Secretário Aloysio Magalhães, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 7 de junho passado. Na mesma matéria o Delegado Regional do MEC, Marcos Almir Madeira, atribui o estado de desagregação dos museus do Rio a uma proliferação desnecessária dessas instituições que, na maioria das vezes, de museu têm apenas o nome.

Já o Diretor do Museu de Belas-Artes, Professor Edson Motta, é mais otimista em suas declarações. Para ele, o maior problema não é a falta de verbas, e sim a falta de imaginação para contornar ou encontrar soluções capazes de suprir a precariedade de recursos. Diz ele: "É preciso ensinar a contemplar a arte, não basta saber espiar."

Entretanto, nem só de mazelas e tristezas vivem os museus cariocas.

Conferindo o dito popular de "que toda regra tem exceção" o Museu da Chácara do Céu, em Santa Teresa, e o Museu da Fundação Raymundo de Castro Maya, no Alto da Boa vista, oferecem aos visitantes uma perspectiva bem menos sombria no que diz respeito ao futuro do patrimônio artístico-cultural brasileiro. O primeiro ocupa uma das duas residências em que viveu Raymundo Ottoni de Castro Maya, no Rio, e resultou de um projeto feito pelo arquiteto Wladimir Alves de Souza em 1957. O acervo, acompanhando sua ambientação arquitetônica, é constituído de peças do final do século XIX para cá. Localizado em meio a um bem cuidado jardim, o Museu da Chácara do Céu oferece aos visitantes uma coleção bem cuidada de obras nacionais e estrangeiras, havendo, entretanto, uma séria lacuna na parte informativa: cada peça exposta vem acompanhada apenas do número do catálogo, que se acha esgotado.

O Museu da Fundação Castro Maya está localizado numa chácara no alto da Tijuca; e sua construção data do início deste século. Suas paredes abrigam peças de um passado brasileiro mais distante, documentando a vida do País tal como era no século XIX.

Arquivos de Museus

Na tentativa de chamar atenção para a lacuna existente nos programas arquivísticos dos museus americanos, a Archives of American Art Institution organizou, em dezembro de 1979, uma conferência sobre Arquivos de Museus, que reuniu 22 representantes dos mais destacados museus dos Estados Unidos.

O principal resultado do encontro foi o estabelecimento de medidas a serem adotadas para maior conscientização dos profissionais da museologia em relação ao problema da documentação que se encontra sob sua guarda e responsabilidade.

Museologia

Será instalado, até o final de 1980, no Rio de Janeiro, um Centro de Museologia com objetivo de dinamizar as técnicas do ramo em nosso país e, posteriormente, na América Latina. A iniciativa deve-se ao convênio assinado, em 13 de junho, entre a FUNARTE e o Conselho Internacional de Museus. O Centro será, na verdade, um desdobramento brasileiro daquele Conselho, que tem sede em Paris.

Genealogia

O *best seller* americano *Raízes*, de Alex Haley, além do impacto que provocou, desencadeou em todo o mundo, notadamente nos Estados Unidos, súbito interesse pelas pesquisas sobre genealogia. Assim é que o Arquivo Nacional recebeu, durante o ano de 1979, o impressionante número de 200 mil visitantes, interessados em levantar dados sobre seus próprios antecedentes. A par dessa extraordinária cifra, mais de um milhão de pedidos de informações genealógicas foram feitos por carta ou telefone; 450 mil rolos de microfilmes foram requisitados pelos pesquisadores nos arquivos estaduais, e 380 mil deles enviados pelos arquivos às bibliotecas públicas, criando-se, dessa forma, um programa contínuo de intercâmbio para alimentar o novo *hobby* dos americanos, qual seja, a ânsia de reconstituírem suas raízes familiares.

Acordos. Convênios

Arquivo Nacional

- O Arquivo Nacional assinou convênio com a FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, para o fichamento e a microfilmagem de todas as escrituras existentes em seu acervo. O trabalho está praticamente terminado, restando apenas ordenar alfabeticamente as fichas referentes ao 1º e 3º Ofícios de Notas. Todos os demais Ofícios já estão concluídos e o material se encontra à disposição do público para consulta. No decorrer das ati-

vidades desenvolvidas, foram fichadas e conferidas 402.756 escrituras que resultaram na elaboração de 781.168 fichas, abrangendo outorgantes e outorgados. Para a microfilmagem dessas escrituras foram utilizados 1.716 rolos de microfilme. Todo esse material foi processado e catalogado, estando à disposição para pesquisa na Seção de Filmes.

● Com a UNI-RIO — Universidade do Rio de Janeiro, foi firmado, em 17 de dezembro de 1979, contrato para execução de um programa de trabalho de implantação do Sistema Nacional de Arquivo (SINAR), no Distrito Federal, e de serviços a serem realizados na Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional.

Os serviços contratados a serem executados pela Universidade do Rio de Janeiro estão assim especificados:

1. Implantar o SINAR no Distrito Federal, de comum acordo com a Secretaria de Modernização Administrativa da Secretaria Geral.
2. Ordenar, na Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, a documentação nas galerias, consistindo o trabalho na conferência dos documentos das caixas com as relações que acompanharam o recolhimento dos mesmos, e posterior localização nas estantes, com a finalidade de facilitar as buscas e sua guarda após as consultas.
3. Proceder à classificação dos *fundos* já arranjados a que se refere o item anterior.

A UNI-RIO ficará obrigada a desenvolver os mencionados serviços através das Escolas de Arquivologia e Biblioteconomia e Documentação, ambas integrantes de seu Centro de Ciências Humanas, com grupos constituídos por professores, técnicos de seu quadro de pessoal, consultores especialmente contratados e estagiários para isso designados.

Deverá, ainda, prestar à Secretaria de Modernização Administrativa as informações que se fizerem necessárias no decorrer dos trabalhos, mantendo sob sua responsabilidade a documentação relativa às despesas efetuadas e facilitar as inspeções dos órgãos competentes da Administração Federal. O contrato terá vigência até 30 de junho de 1981.

● O Arquivo Nacional assinou, ainda, com a UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, um acordo de cooperação técnica, em 21 de dezembro de 1979. O convênio tem por finalidade proporcionar aos professores e alunos do Curso de História da UERJ a utilização de manuscritos no campo da Paleografia, Arquivística e Pesquisa Histórica. Ao Arquivo Nacional caberá, também, ceder suas dependências para o ensino prático das disciplinas citadas, facilitando, inclusive, a reprodução de documentos, sob as formas mais diversas, sempre que o manuseio direto dos originais trouxer inconvenientes.

Nas aulas práticas sobre levantamento, fichamento e catalogação de documentos serão empregadas as normas técnicas observa-

das no Arquivo Nacional. Os instrumentos de trabalho produzidos no decorrer das aulas poderão ser publicados, caso haja interesse por parte do Arquivo Nacional.

A Divisão de Pesquisa e Atividades Técnicas e a Coordenadoria de Cursos do Arquivo Nacional são os órgãos incumbidos de colaborar com a UERJ para a execução desse convênio, que terá duração indeterminada.

● Raul Lima, à época, Diretor-Geral do Arquivo Nacional visitou as novas instalações da Academia Brasileira de Letras (ABL), onde vêm-se desenvolvendo os trabalhos de classificação dos fundos arquivísticos pertencentes aos diversos imortais que por ali passaram desde a sua fundação. Os serviços descritos são objeto de um convênio assinado em 22 de julho de 1976 entre as duas instituições e vêm sendo executados por funcionários designados pela ABL, aos quais o Arquivo Nacional vem dando assistência técnica. O contrato inicial terá duração de dois anos, prorrogáveis.

Paralelamente à execução dos trabalhos de organização do arquivo está sendo elaborado um inventário geral do acervo.

Patrimônio Cultural de Minas

● Foi assinado, em 17 de junho, um convênio entre a Fundação Roberto Marinho e o Governo do Estado de Minas Gerais.

O objeto do convênio é o desenvolvimento de um Programa de Cooperação destinado à realização de projetos que visem a preservação do patrimônio cultural mineiro.

Com vigência de dois anos, o convênio prevê, em sua cláusula terceira, a participação de outras entidades do setor público e privado, desde que as duas partes estejam de acordo.

Fundação Nacional Pró-Memória

● Em convênio com o Ministério do Trabalho, a Fundação Pró-Memória já pôs em execução seu primeiro projeto. Trata-se da

elaboração de um plano nacional de valorização do artesanato.

O acervo da Fundação Pró-Memória acha-se agora acrescido de todos os bens culturais anteriormente custodiados pelo Centro Nacional de Referência Cultural. A Fundação tem sua agilização garantida por uma verba inicial de 250 milhões de cruzeiros, à qual deverão somar-se recursos de mais de 250 milhões, orçamento destinado ao programa de recuperação das cidades históricas brasileiras, agora em sua órbita de ação.

Preservação e Restauração em São Paulo

Tomou posse, no dia 5 de março último, o Conselho Consultivo da Coordenadoria de Conservação e Restauração de Livros e Documentos do Estado de São Paulo (CORLIDOSP). Dentre seus integrantes destaca-se o ex-Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Dr. Raul do Rego Lima.

Criada por iniciativa do Centro Técnico em Celulose e Papel do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado e do Museu da Universidade de São Paulo, a CORLIDOSP vem, desde a sua fundação, desenvolvendo uma série de iniciativas visando a abertura de novos campos para a pesquisa historiográfica e paleográfica.

A Coordenadoria pretende alcançar seus objetivos por meio da recuperação sistemática da documentação, aperfeiçoando, para isto, as técnicas existentes, tanto para o tratamento de textos manuscritos como para obras impressas.

Em 1979, a CORLIDOSP realizou o 1º Encontro Brasileiro de Conservação e Restauração de Livros e Documentos. Foi, ainda, responsável pela instalação do Laboratório de Restauração de Documentos do Museu Paulista da USP.

A Última Ceia de da Vinci

Uma das mais famosas pinturas religiosas do mundo, *A Última Ceia*, de Leonardo da



Vinci, está sob grave ameaça. Uma rachadura de 2 metros de comprimento por 1 centímetro de largura abriu-se na parede do refeitório do convento de Santa Maria delle Grazie, em Milão, onde foi pintada a obra.

O Patrimônio Artístico da Itália determinou a interdição do recinto para permitir a restauração do afresco, em cuja pintura o artista não usou a técnica comum na época, preferindo utilizar a tinta a óleo diretamente sobre a parede. O fato fez com que, ao longo dos séculos, muitas restaurações tenham sido necessárias. Recentemente, técnicos, munidos de sofisticada aparelhagem, examinaram o mural e verificaram que, da obra original, restam apenas 25%.

O mofo e o fungo não são, entretanto, um perigo tão grande quanto o que agora se apresenta; a rachadura na parede foi causada, provavelmente, por um gradativo afundamento do terreno, agravado pelas intensas vibrações provocadas pelo trânsito pesado de veículos no centro de Milão. O equivalente a cerca de Cr\$ 50 milhões foram destinados para as obras de recuperação da pintura, considerada uma das mais extraordinárias do mundo pelo magistral emprego da perspectiva e do jogo de luz e sombras.

Preservação e Restauração de Arquivos

Lançado pela UNESCO, encontra-se em circulação um texto mimeografado, em 94 páginas, de autoria de Yash Pal Kathpalia e que se intitula *Conservação e Restauração de Arquivos: um panorama dos serviços disponíveis*.

Além de informações sobre serviços de preservação e restauração de arquivos, preparação de pessoal e avaliação de materiais, a obra fornece uma lista selecionada de arquivos que possuem laboratórios ou serviços de restauração e preservação de documentos, abrangendo 55 países.

A Memória da Cidade de Campos — RJ

A dispersão dos documentos que constituem o patrimônio cultural de Campos e, sobretudo, o avançado estado de deterioração em que se encontram levaram um grupo do Liceu de Humanidades da Cidade de Campos a tomar providências no sentido de preservar e colocar à disposição dos pesquisadores fontes primárias de história daquela região.

A iniciativa arrolou, e vem tentando reunir, coleções documentais isoladas, visando a futura criação do arquivo municipal. Tentativas anteriores nesse sentido não encontraram eco junto às autoridades que, seja por falta de verbas, seja por insensibilidade, nada fizeram para transformar a idéia em realidade. A documentação até agora reunida, datada de 1884 até nossos dias, vem sendo registrada e restaurada, na medida das possibilidades. É intenção do Liceu organizar três índices que permitam a pesquisa por assunto, ordem cronológica e onomástica. Em comemoração ao 100º aniversário de fundação

do colégio, em 1980, está sendo programada a realização de uma exposição de documentos relativos à história da instituição.

Publicações sobre Arquivo

● No encontro realizado em Princeton, New Jersey — USA, em 1978, o Conselho Internacional de Arquivos — CIA, aprovou um projeto para publicações seriadas na área da Arquivologia. As obras serão apresentadas sob a forma de brochura e terão de 15 a 25 páginas, cada uma.

As duas primeiras já se encontram em fase de impressão: *The Administration and its Archives*, de autoria de B. Delmas, e *The Conservation and Restoration Policy of Archival Institutions*, de Carmem Crespo.

Aos dois volumes mencionados seguir-se-ão *The Archives and the Rights of Citizens* e *Educational Services*, cujos autores são respectivamente Ralf Nagel e T. Parkhill.

Os textos serão editados em inglês, francês e espanhol.

● Num esforço para intensificar o intercâmbio de idéias e interesses entre os profissionais de arquivo de todo o mundo, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) deu início à publicação de um periódico internacional intitulado *International Journal of Archives*. Tendo como editor o Dr. James E. O'Neill, arquivista dos Estados Unidos, o trabalho vem sendo desenvolvido por uma comissão editorial representativa das mais diversas tendências, nacionalidades e tradições arquivísticas do CIA.

O periódico será publicado duas vezes ao ano, em inglês e francês, sendo que os *abstracts* serão editados também em espanhol e alemão. Os artigos versarão sobre: direção, planejamento, conservação e administração de arquivos, edifícios e equipamentos, automação, reprografia, educação e treinamento profissional.

O primeiro número focaliza: o treinamento de arquivistas na República Federal Alemã; o esforço para centralização dos arquivos da Nigéria; os efeitos da pesquisa histórica nos arquivos estudados pelo Diretor-Geral dos Arquivos de França; a nova legislação arquivística na Austrália; o projeto de publicação sobre documentação conjunta entre EUA/URSS, e ainda a descrição de um arquivista inglês sobre as maneiras de se utilizar os arquivos para o ensino de História às crianças.

● Por solicitação do estudante de Arquivologia Nelson Luiz de Moraes, responsável pela coluna *Arquivística*, publicada mensalmente no jornal *O Lutador*, órgão de divulgação do Instituto dos Missionários Sacramentinos (Contagem, Minas Gerais), informamos que a referida coluna está aberta à colaboração de quantos queiram enviar matérias pertinentes à área.

Arquivistas, museólogos, bibliotecários, documentalistas e técnicos de microfilmagem, que tenham interesse em divulgar trabalhos ou notícias sobre sua atuação profes-

sional, deverão se comunicar com o Sr. Nelson, através da Caixa Postal 2356 — Rio de Janeiro (RJ).

O Arquivo do Subsolo Carioca

A Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, o mapeamento do subsolo da cidade, com vistas à organização de um arquivo completo das instalações de água, esgoto, gás, telefone, drenagem pluvial e de rios, transporte subterrâneo e até de construções clandestinas existentes abaixo da superfície.

A constatação de que o subsolo do município se constitui numa concessionária incógnita deu origem à iniciativa, na qual estão sendo empregadas câmeras portáteis de televisão e uma unidade móvel de *video-tape* para a realização do cadastramento das redes e instalações desses serviços básicos.

Inexistia, até então, qualquer planejamento para o uso do espaço subterrâneo urbano; cada empresa concessionária de serviços possui seus próprios mapas, na maioria das vezes incompletos ou sem atualização. No momento em que se inicia o sistema de mapeamento, único capaz de detectar fissuras da espessura de um fio de cabelo, a Ligth, Telerj, Ceg, Cedae e o Metrô aguardam com ansiedade os resultados que lhes permitirão saber, com precisão, onde e como realizar perfurações e escavações. Março de 1981 é a época prevista para a conclusão do cadastro das áreas que, inicialmente, englobam a bacia do rio Carioca, que corre sob os bairros de Laranjeiras, Catete e Flamengo, e o centro da cidade, na área delimitada pela Avenida Presidente Vargas, Rua da Constituição, Avenida Passos e Largo da Carioca. Assim, naquela ocasião, estarão cadastrados e microfilmados 33 quilômetros do subsolo carioca.

Os próximos bairros serão Tijuca, Copacabana e Botafogo, considerados áreas críticas, recebendo, portanto, prioridade no projeto de mapeamento urbano.

Visitantes

De passagem para a Argentina, onde ministrará curso sobre *Conservação e Restauração* no Centro Interamericano de Desenvolvimento de Arquivos da Universidade de Córdoba, a convite da OEA, esteve visitando o Rio de Janeiro a Profª Carmen Crespo Nogueira, Diretora dos Centros Nacionais de Microfilme e de Restauração de Livros e Documentos da Espanha e Presidenta do Comitê de Microfilme do Conselho Internacional de Arquivos.

Aproveitando a estada de quatro dias entre nós, de 5 a 9 de junho, a Profª Carmen Crespo manteve contatos com a Diretoria da AAB e com os responsáveis pelos laboratórios de restauração da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Museu Histórico Nacional, visando o planejamento de futuras atividades conjuntas, as quais serão divulgadas oportunamente.

Burocracia e desenvolvimento*

*Não existe nada de mais barato
do que confiar nas pessoas*

Hélio Beltrão**

1. A íntima conexão entre burocracia e desenvolvimento parece-me evidente. E torna-se ainda mais gritante e dramática nos países como o nosso, em que, por força da insuficiente capitalização do setor privado nacional, o governo foi sendo progressivamente levado a liderar o processo de desenvolvimento.

Ao longo dos anos, a iniciativa privada vem sendo gradativamente bloqueada, em seu dinamismo e sua produtividade, pelo crescimento incessante e pela interferência excessiva da burocracia em nosso país. Não importa aqui discutir os fundamentos doutrinários que historicamente têm levado o Estado, aqui como em outros países, a expandir constantemente o seu campo de atuação. Mesmo porque, no caso brasileiro, essa ampliação da responsabilidade do Estado tem sido, em muitos casos, absolutamente necessária. O que importa registrar é que, ao longo dos anos, e por um processo até certo ponto inconsciente, o governo foi aumentando seu tamanho, ampliando seus controles e expandindo sua interferência. De regulador da atividade econômica e social, passou a promotor do desenvolvimento e, subsequentemente, a empresário e agente desse desenvolvimento. De investidor e operador de serviços de infra-estrutura — energia, transportes e comunicações — passou a fabricante de matérias-primas essenciais e bens intermediários. De inibidor ou incentivador de investimentos, passou à condição de um dos maiores compradores, contratadores

de bens e serviços do país, com influência decisiva na oferta e na procura. Consequentemente, o empresário acabou por depender do governo não apenas como governo, a quem tem de se dirigir para postular autorizações, licenças, vistos ou aprovação, mas também como um dos principais, e às vezes exclusivo, fornecedor de crédito, serviços, matérias-primas e produtos intermediários.

Se levantarmos as estruturas de custos dos vários setores econômicos verificaremos que uma parcela cada vez maior dos componentes de custos das mercadorias e serviços produzidos pela iniciativa privada está sob o controle do governo. O custo financeiro, os encargos fiscais e sociais, o custo da energia, do transporte e de vários insumos básicos dependem fundamentalmente de tarifas, preços e condições determinadas pelo governo. Isto sem mencionar o controle sobre salários e preços administrados.

Não estou aqui afirmando que isto seja bom ou mau. Como de início declarei, não é meu desejo ingressar na fascinante controvérsia abstrata que consiste em especular sobre até onde deve o Estado interferir no campo econômico. Descrevo apenas uma realidade indiscutível para dela retirar uma consequência inevitável: a de que a produtividade das empresas depende, em escala crescente, não apenas de sua própria eficiência, mas, sobretudo, da eficiência dessa enorme empresa que se chama governo e que, certo ou errado, está atravessada nos caminhos do empresário. E mais: que o desenvolvimento econômico e social depende, essencialmente, da eficácia da máquina governamental.

2. Neste preciso momento, em face da grave crise econômica que estamos atravessando, o processo de desburocratização passou a representar uma necessidade imperiosa. Ainda mais do que uma prioridade, a desburocratiza-

ção constitui hoje realmente um elemento condicionante.

O Brasil está deflagrando a execução de uma série de programas de larga envergadura, destinados a corrigir o desequilíbrio do balanço de pagamentos e controlar o processo inflacionário. Referimo-nos, por exemplo, aos programas prioritários de substituição acelerada da importação de petróleo, aumento substancial da oferta de alimentos e rápida expansão de exportações. Não hesitamos em afirmar que o sucesso desses programas, todos eles absolutamente prioritários, dependerá, em grande parte, do avanço que se puder realizar no Programa de Desburocratização.

De fato, e não obstante o empenho e a dedicação dos Ministérios envolvidos, se não conseguirmos desbravar e simplificar o cipoal burocrático ainda vigente e, simultaneamente, abrir amplo espaço à iniciativa privada, todos esses importantes projetos estarão inevitavelmente sujeitos a riscos de atraso e de encarecimento, incompatíveis com a urgência do problema e a limitação dos recursos disponíveis.

3. O desenvolvimento constitui proposição eminentemente política e depende essencialmente da efetivação de um intenso processo de *liberação*.

O Programa de Desburocratização, afinado com os objetivos globais do desenvolvimento nacional, representa, igualmente, um processo de natureza essencialmente política e cultural, que se destina a *liberar a iniciativa* dentro e fora da Administração. De fato, consideramos tarefa extremamente urgente liberar o país da *asfixia burocrática*, que resulta da interferência excessiva do governo, isto é, da hipertrofia da tutela regulamentar do Estado sobre a atividade econômica e social. É igualmente urgente *liberar a Administração Pública* de uma série de *vícios e hábitos arraigados*, herdados do nosso passado colonial, que são os principais

* Extraído do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1980. Caderno especial, p.1.

** Hélio Beltrão, advogado e *master* em Direito, reorganizou nos anos 1941-45 o IPASE de que seria presidente; reorganizou, como seu presidente, o IAPI, dirigiu (1954-56) a Petrobrás, foi Secretário de Planejamento do Estado da Guanabara, tendo elaborado, na gestão do Governador Lacerda, a reforma administrativa. Atualmente é Ministro com a tarefa de desburocratizar a administração pública.

responsáveis pelo emperramento de nossa máquina burocrática. Nesse particular, desejo ressaltar:

I. *a excessiva centralização das decisões*, que retarda a solução dos problemas de interesse público e tende a dar soluções uniformes e gerais a um país enorme, desuniforme e rico em peculiaridades locais;

II. *o excessivo apego ao formalismo*, isto é, o hábito de conferir mais importância ao documento do que ao fato, *como se a vida fosse feita de papéis e não de fatos*;

III. *a mórbida presunção da desconfiança*, que constitui a marca registrada da maioria das leis, regulamentos e normas que regem a Administração Pública.

A desconfiança no usuário, no contribuinte e no empresário é responsável pela alta tonelagem de certificados, atestados, certidões e outros tipos de comprovação sistemática e formal. Tudo isso é exigido porque, na Administração Pública, ao contrário do que ocorre em nossa vida particular, é *proibido acreditar nas declarações das pessoas*, embora se saiba que tais declarações são em sua maioria verdadeiras e não obstante a declaração falsa constitua crime expressamente previsto no Código Penal.

No Brasil, em vez de se colocar o falsário na cadeia, obrigam-se todas as pessoas a provar, com documentos, que não são desonestas. Com isto, pune-se o honesto sem inibir o desonesto, que é especialista em falsificar documentos. Os atestados falsos são, em geral, os mais perfeitos. As prestações de contas fraudulentas também são, na aparência, as mais perfeitas.

4. O Programa concede prioridade especial ao humilde e ao pequeno, seja ele usuário, servidor, ou empresário, porque sobre ele recai mais pesadamente o peso da burocracia.

Estamos procurando restabelecer dentro da Administração o respeito

pela dignidade do *usuário* do serviço público, legítimo destinatário e financiador de toda a atividade administrativa. Impõe-se, igualmente, restabelecer o respeito pela dignidade do servidor público, cuja palavra também deve merecer fé. Todo servidor deve ter direito a uma parcela de autoridade e responsabilidade, o que só ocorrerá na medida em que conseguirmos desconcentrar o processo decisório. O direito de decidir, e, conseqüentemente, de errar, não pode constituir privilégio dos ocupantes dos cargos públicos mais importantes.

5. O Programa nada tem de inviável. Foi concebido a partir da existência de algumas verdades essenciais:

1º O brasileiro é um povo simples e confiante. A Administração Pública é que herdou do passado e entronizou em seus regulamentos a centralização, a desconfiança e a complicação.

2º Não existe *nada mais barato* do que confiar nas pessoas.

3º Não existe *nada mais eficaz* do que liberar a iniciativa e a capacidade criadora do homem, permitindo que ele se auto-realize dentro da Administração.

6. Por outro lado, o que estamos tentando fazer através de nossa *pregação* é introduzir o brasileiro e a Administração Pública a *redescobrir o Brasil e aterrisar em nossas realidades*. Para isso, será necessário renunciar à excessiva *sofisticação* e restabelecer o apreço pelas *soluções simples, sensatas e baratas*, ajustadas às nossas particularidades regionais e, sobretudo, ao baixo padrão de vida da maioria de nosso povo. Só assim conseguiremos reduzir a alta taxa de *desperdício* embutida em nossas aparatosas estruturas e complicados procedimentos burocráticos, na suntuosidade de nossos edifícios públicos e na realização de investimentos não essenciais. O desperdício e o custo excessivo da máquina burocrática constituem duas poderosas fontes de inflação em nosso país.

7. Estes são, em resumo, os objetivos do Programa Nacional de Desburocratização, que conta com o firme apoio do Presidente Figueiredo. O Programa constitui uma proposição muito mais abrangente que a modernização ou o aperfeiçoamento da máquina administrativa. O que se pretende realmente é *revolucionar* o comportamento da administração, varrendo da cabeça dos dirigentes e do texto das leis e regulamentos toda uma herança cultural secular.

Motivados pela utilidade social de nossa tarefa, trabalhando em tempo integral e a plena carga, com o apoio de um pequeno grupo de aguerridos assessores, temos felizmente recebido desde o primeiro instante o mais amplo e espontâneo apoio dos meios de comunicação social e da opinião pública em todos os quadrantes do país.

Nestes quatro meses e pouco, já recebemos, lemos e respondemos a cerca de cinco mil cartas. De início pungentes e desesperançadas, essas cartas foram aos poucos se transformando em importante fonte de sugestões e contribuições, acompanhadas de mensagens de encorajamento e confiança.

Não há nenhum mérito nosso nesse apoio e nessa resposta positiva da opinião pública. Sucede apenas que a revolução que estamos propondo é *desejada* pela maioria dos brasileiros. Estamos vendendo a *confiança* e atacando de frente aqueles problemas que infernizam o dia-a-dia do cidadão, especialmente o menos favorecido.

Não basta praticar a abertura e assegurar a liberdade política.

A grande liberdade se constrói a partir de uma série de pequenas liberdades e da garantia de uma soma de pequenas coisas: o direito à credibilidade e à dignidade; o direito de não se ver empurrado de uma fila para outra apenas para provar que não se está mentindo ou para receber um serviço ou um benefício legalmente devido; o direito de não ser oprimido pela burocracia.

SÓCIO

*As realizações da AAB dependem de sua pontualidade.
Regularize sua situação*

Os caminhos da desburocratização

- O comércio internacional é uma das metas visadas pela campanha desburocratizante do Ministro Beltrão. Entre as sugestões apresentadas estão as da supressão da guia de exportação para produtos manufaturados e a da redução do limite de Cr\$ 500 mil anuais de exportações, com a finalidade de propiciar aos empresários o fechamento do câmbio num prazo de até 10 dias após o embarque das mercadorias.

Aos Ministros da Fazenda, Planejamento e aos Presidentes dos Bancos Central e do Brasil e da Cacex, foi ainda encaminhada a sugestão de se reduzirem, ao mínimo, o número de vias necessárias ao processamento das exportações, sendo que as novas medidas têm como base o princípio de se substituir, sempre que possível, o controle prévio pelo controle *a posteriori* evitando-se, dessa forma, o entrave nas negociações e maior eficácia na fiscalização.

O Ministro Beltrão recomenda a utilização da delegação de atividades na área da exportação, e mesmo de alguns controles, a terceiros credenciados, tais como: bancos, entidades de classe e outras.

Seguindo-se tal orientação os manufaturados seriam, desde já, incluídos no novo regime da declaração, ficando os produtos considerados críticos para a política governamental (ligados ao abastecimento interno, à segurança nacional e à saúde pública) sujeitos ao sistema usual de prévio controle.

- O Presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH) vem estudando com o Ministro Hélio Beltrão a possibilidade de estender a todos os interessados as medidas desburocratizantes determinadas pela Lei nº 6.748, que vêm sendo postas em prática desde dezembro.

Os atuais benefícios atingem aqueles que se utilizam do sistema de financiamento para a aquisição de unidades habitacionais no valor igual ou inferior a 1.500 UPCs.

Quarenta documentos foram abolidos das antigas exigências, ficando os mutuários de baixa renda obrigados apenas à apresentação, por ocasião da compra, da carteira profissional e do contracheque ou contrato de trabalho, e ao preenchimento da ficha sócio-econômica necessária à determinação da renda familiar.

- Ainda no terreno das simplificações, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) anuncia que, a partir de setembro, a Carteira Nacional de Habilitação terá validade permanente. O Diretor do Denatran, Geraldo Alvarenga, informa ainda que naquela data os prontuários terão numeração única em todo o país. Quanto à renovação das carteiras de habilitação, ficou decidido que será abolido o exame psicotécnico periódico — só se exigindo o inicial, quando da obtenção da carteira — e dilatado o prazo de validade do exame de vista, de quatro para seis anos.

Foram definitivamente abolidos o CPF e o retrato, passando o controle das carteiras a ser feito a nível nacional por meio de computador.

- Os últimos detalhes do projeto de reformulação do *Diário Oficial* foram estudados em fevereiro pelo Ministro, Beltrão e por representantes dos diversos órgãos ligados à Presidência da República. A partir de maio, o *Diário Oficial* passará a ser publicado com um índice que permitirá sua utilização como fonte de referência, sofrerá mudanças gráficas e terá reduzido o número de páginas.

A primeira seção do *Diário Oficial* publicará apenas os atos de interesse coletivo relativos à administração direta e indireta. Atos de interesse individual, tais como nomeações ou vacâncias de cargo, passarão à segunda seção do periódico.

O Diretor-geral do Departamento de Imprensa Nacional, Octaviano Nogueira, declarou que “a reformulação tem por objetivo a redução do volume

de papel gasto e um melhor atendimento ao leitor, que passará a assinar apenas a seção ou volume que lhe interesse”.

A medida tem ainda caráter econômico, uma vez que será bastante reduzido o gasto de papel e a despesa de transporte aéreo, que custa atualmente Cr\$95,00 por quilo.

- Com o objetivo de esclarecer a população sobre as medidas já adotadas pelo Programa Nacional de Desburocratização foi lançada, em março último, uma ampla campanha de âmbito nacional.

Utilizando-se de cartazes, murais e os mais diversos veículos de comunicação, o público vem recebendo explicações de todas as medidas tomadas para o aperfeiçoamento das relações entre a administração pública e seus usuários.

Os funcionários públicos, como medida preparatória para a campanha, receberam, junto de seus contracheques, um folheto sobre o programa, contendo as principais medidas simplificadoras, bem como diversas sugestões sobre como proceder no trato com o público.

Em sua mensagem, o Ministro Extraordinário para a Desburocratização enfatiza a pregação do “princípio da presunção da honestidade e da veracidade”, assinalando também “que desburocratizar significa melhor relacionamento entre o servidor e o público, administração pública mais humana e eficaz e melhores oportunidades para o servidor”.

- O Presidente Figueiredo assinou, no dia 29 de janeiro, decreto abolindo a exigência de certidão de tempo de serviço para os processos de aposentadoria dos servidores federais e autárquicos.

A partir de agora, caberá às repartições públicas a comprovação do tempo de serviço de seus funcionários, recorrendo para tanto aos seus arquivos.

A medida está em consonância com o programa de desburocratização do Ministro Hélio Beltrão e foi tomada de comum acordo com o Diretor-geral do DASP, José Carlos Freire.

Somente aos funcionários que tenham trabalhado em diferentes órgãos da administração federal e àqueles que requererem contagem recíproca de tempo de serviço será exigida a certidão.

- Também na esfera estadual, o Secretário de Administração, Francisco Mauro Dias, baixou resolução, em 1º de fevereiro, que determina que o funcionário público não mais necessitará de requerer sua aposentadoria ao completar 70 anos. Os encarregados de pessoal em cada área da administração estadual, de agora em diante, são obrigados a comunicar o fato à Divisão de Pessoal Inativo, que se encarregará da formação do processo, no prazo de 60 dias antes de o funcionário atingir a idade-limite de 70 anos.

Comprovadas as condições de aposentadoria compulsória, o funcionário ficará dispensado do comparecimento ao serviço a partir da data de seu aniversário. Os responsáveis pelos cartões de ponto farão a anotação nos cartões dos beneficiados, continuando a incluir seu nome na lista de controle de frequência para efeito de pagamento dos vencimentos.

Na mesma data, 2.2.1980, o Secretário de Administração do Rio de Janeiro determinou que, para receber seus proventos, os funcionários inativos estão dispensados da apresentação de atestado de vida com firma reconhecida. A partir de agora terão somente que fazer uma declaração anual.

- Dezessete documentos podem ser abolidos das obrigações acessórias do ICM. A Superintendência Técnica da Federação do Comércio do Estado de São Paulo encaminhou projeto nesse sentido ao Secretário da Fazenda de SP, Afonso Celso Pastore.

O estudo propõe ainda sejam abolidas várias outras exigências relativas ao controle desse tributo.

São os seguintes os documentos que a Federação do Comércio julga dispensáveis: prova de residência, prova de endereço do estabelecimento, alvará do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública, declaração para codifi-

cação de atividade econômica, relação de entrada e saída de mercadorias, declaração de dados informativos para a apuração dos índices de participação dos municípios, declaração do movimento econômico, relação das mercadorias existentes em estoque, guias de recolhimento do ICM anteriores a abril de 1971, talões com autorização de cancelamento e relação discriminada do ativo fixo.

- Dando prosseguimento ao Programa Nacional de Desburocratização, o Ministro Hélio Beltrão solicitou ao Presidente da Fundação CESGRANRIO, Sr. Carlos Alberto Serpa, sua intervenção junto às instituições de ensino superior, no sentido de que seja reduzido o número de documentos exigidos dos candidatos aprovados no exame vestibular.

Atendendo a esta solicitação, os candidatos classificados no próximo vestibular unificado terão que apresentar apenas quatro dos vinte documentos anteriormente requeridos para a efetivação da matrícula. São eles: carteira de identidade, certificado de conclusão do 2º grau, título de eleitor e certificado de reservista.

Na carta enviada ao CESGRANRIO o Ministro Beltrão observa: "Tudo o que for exigido além dos quatro documentos é redundante ou desnecessário, transformando-se em ônus para o candidato e para a própria instituição, que terá que manusear e processar papéis inúteis."

- Os hotéis aderiram à campanha para desburocratização do país, simplificando as fichas de registro que, de agora em diante, dispensarão informações de caráter pessoal anteriormente exigidas por determinação das Secretarias de Segurança.

A medida foi tomada pelo Ministro Beltrão de conformidade com a EM-BRATUR. Os hóspedes agora só precisarão fornecer sua identificação e alguns dados para efeito de estatísticas sobre turismo.

- A Delegacia Regional do Trabalho, a despeito das dezenas de cartazes do Programa de Desburocratização que ostenta em suas paredes, continua exigindo atestado de bons antecedentes para o registro profissional de jornalistas

e professores. Segundo o Sr. Pascoal Leão, da Assessoria de Imprensa daquela Delegacia, as duas profissões estão enquadradas no Art. 2º do Decreto do Ministro Hélio Beltrão, o qual esclarece que, para casos previstos em lei — e aí estão incluídas as duas profissões mencionadas — os documentos continuam a ser exigidos. Em sua opinião, cabe à comissão que estuda a reformulação da CLT propor a suspensão dessa exigência.

- Em Recife, a Campanha de Desburocratização desfechada no ano passado pelo Ministro Hélio Beltrão, declarando guerra ao papelório que emperra a máquina administrativa do País, parece não ter encontrado ressonância. Atestados de bons antecedentes, residência, idoneidade moral e de vida continuam a ser exigidos, tanto na área das empresas privadas quanto nas repartições públicas, como é o caso do Juizado de Menores e da Delegacia Regional do Trabalho.

O programa de desburocratização em Pernambuco só vem obtendo resultados positivos em dois lugares: no Departamento de Trânsito e na Polícia.

O primeiro eliminou a figura do despachante, substituindo-a por um grupo de recepcionistas que orientam o usuário.

Na Polícia, a maior mudança se verificou no Instituto de Identificação, o qual organizou uma unidade volante que, em kombis, percorre os bairros onde vivem as camadas populacionais de baixa renda, recolhendo o material necessário à confecção de carteiras de identidade e distribuindo-as prontas uma semana depois. O uso do computador para dinamizar ainda mais seus serviços é uma das metas do Instituto que, com as medidas até aqui adotadas, vem conscientizando a população para a necessidade de se documentar. Tanto isso é verdade que numa população de cerca de 6 milhões de habitantes, 2 milhões 213 mil possuem documentos de identidade.

- O Poder Judiciário brasileiro é considerado uma das áreas mais burocratizadas do Governo. Visando descongestionar a Justiça, foi criada uma comissão, tendo à frente o desembargador Luiz Antônio Severo Costa, que está elaborando uma série de propostas a

serem encaminhadas ao Ministro Hélio Beltrão.

São as seguintes as principais proposições do grupo de trabalho:

— Que a Justiça seja levada aos bairros, criando-se o maior número possível de Varas especializadas. A sugestão é a de que seja instalado um juiz em cada região administrativa das grandes cidades para atender a uma população marginalizada pela total falta de assistência judiciária.

— Uso de computadores para a distribuição das causas e mandados de citação. A adoção desse tipo de *sistemática empresarial* pelo Poder Judiciário deverá, segundo a comissão, agilizar os processos, bem como dinamizar a arrecadação.

— Incentivo e incremento da distribuição de citações por via postal, com o uso de AR (Aviso de Recebimento). Para a adoção dessa medida, serão necessárias algumas modificações no Código de Processo Civil, cujo artigo nº 222 só permite citações pelo Correio para os réus comerciantes ou industriais, domiciliados no Brasil.

— Adoção do uso do mecanismo da delegação, permitindo que despachos de rotina possam ser feitos por um corpo auxiliar, reservando-se ao juiz a função precípua de *julgar*.

— Retirada do Judiciário das funções de arbitragem, principalmente nos litígios que envolvam o direito comercial.

— Estímulo à fase conciliatória dos processos e adoção da correção monetária para os *casos de dívidas líquidas e certas*. A proposta visa principalmente ao mau pagador que, muitas vezes, se aproveita da lentidão da justiça.

— Instituição de um depósito prévio nos litígios em que a parte se julgue prejudicada por uma decisão judicial. Dessa forma seria evitada a proliferação de recursos interpostos.

— Erradicação de certos termos, bem como do formalismo dos procedimentos judiciais.

— Utilização de gravadores nos casos em que as partes não quiserem optar pelo recurso; esta seria a maneira ideal para eliminar o papelório, fazendo-se realmente o que se chama de processo sumaríssimo.

Se aceitas pelo Ministro Beltrão, essas modificações deverão ser adotadas a nível estadual, ficando as alterações do Código de Processo Civil a cargo do Ministério da Justiça.

● Os benefícios da campanha de desburocratização já atingiram a Polícia Marítima. A Seção de Expedição de Passaportes está liberando o documento em 24 horas, sem a intervenção de despachantes.

● O novo Diretor do Departamento de Trânsito no Rio, Sr. Sérgio Rodrigues, além da campanha que vem movendo contra os veículos irregularmente estacionados, está empenhado em acabar de vez com a burocracia naquele órgão, especialmente no que diz respeito ao atendimento ao público.

Duas foram as decisões tomadas pelo Diretor do DETRAN, nesses dois meses decorridos da sua posse, que poderão trazer resultados positivos à campanha de desburocratização: suspensão da obrigatoriedade de plastificar os certificados de propriedade de veículos e a entrega, a partir de 16 de junho, das carteiras de habilitação no mesmo dia em que forem requeridas.

O fato de não se consultar prontuários para se fazer a pronta entrega de carteiras e de certificados de propriedade significa um voto de confiança depositado nos motoristas.

● Atendendo a uma exposição de motivos do Ministro Extraordinário para Desburocratização, Dr. Hélio Beltrão, o Presidente Figueiredo sancionou, no dia 23 de junho, um decreto-lei que determina ao Poder Executivo não mais ajuizar ações de valor igual ou inferior ao de 20 ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), para com a União, autarquias e empresas públicas.

O Ministro Beltrão alega que os gastos com as cobranças, na maioria dos casos, ultrapassam em muito o valor da dívida. A partir de 1º de junho, 20 ORTNs passaram a valer Cr\$ 12.097,80. As cobranças dessas dívidas passarão a ser feitas por outros meios.

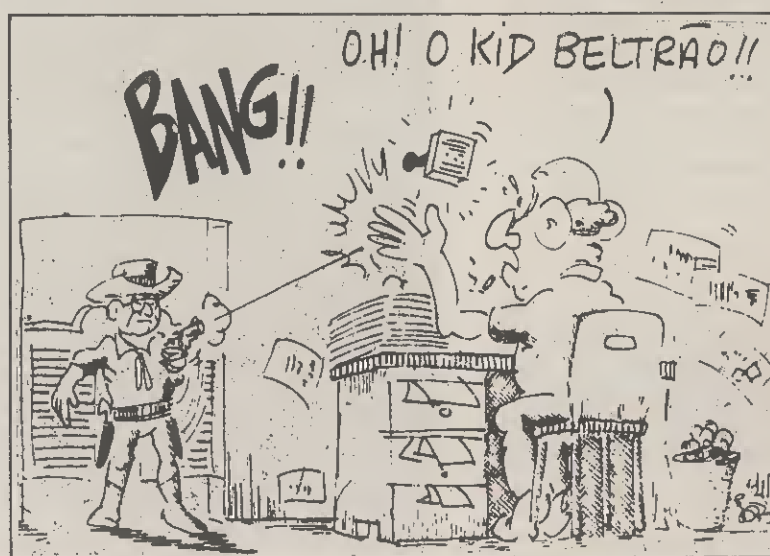
● Ainda no dia 23 de junho, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que estabelece normas para desburocratizar os trabalhos e julgamentos do Tribunal Federal de Recursos e da Justiça Federal de primeira instância.

O projeto, com oito artigos, acaba com a figura do duplo grau de jurisdição em sentenças proferidas contra a União e autarquias federais, em causas de valor igual ou inferior a 100 ORTNs. Nos casos de desapropriações será permitido recurso de ofício apenas quando a sentença condenar o desapropriante (União, autarquias, empresas públicas federais e sociedades de economia mista) ao pagamento de quantia superior a 30 vezes o valor oferecido na inicial.

O duplo grau de jurisdição nas causas referentes à nacionalidade só será aplicado quando, na sentença, houver matéria constitucional em discussão.

Nas reclamações trabalhistas de valor igual ou inferior a 100 ORTNs cujas sentenças forem desfavoráveis à União e às autarquias não caberá recurso de ofício.

O projeto contém ainda outras determinações que visam desentravar a ação da Justiça Federal.



Charge de Ciffrônio, publicada no jornal O Povo, de Fortaleza.

*Ciclo do ouro, dois séculos de história microfilmada**



Vista geral da Casa dos Contos

Com a desativação da Casa dos Contos de Ouro Preto, em 1897, o seu acervo — constituído de documentos da administração fazendária brasileira de 1715 a 1860 — foi considerado arquivo "morto", deixado inicialmente em depósito na antiga Vila Rica e depois disperso entre o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. A microfilmagem, iniciada este mês no Arquivo Nacional, de cerca de 900 mil documentos referentes ao Ciclo do Ouro dá seqüência ao trabalho que o Ministério da Fazenda — através da Escola de Administração Fazendária (ESAF) —, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e a Fundação Roberto Marinho vêm desenvolvendo no sentido de reunir o acervo original da Casa dos Contos, hoje completamente restaurada e sede do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO).

A Casa dos Contos ou casa da contabilidade pública, instalada em 1793 na antiga residência de João Rodrigues de Macedo — avaliada pela Coroa em 125K de ouro —, foi transformada, com a independência do Bra-

sil, em Delegacia do Tesouro Nacional. Transferida em 1897 para Belo Horizonte, a Delegacia levou apenas os seus arquivos operacionais, deixando em depósito toda a documentação anterior a 1860, considerada morta.

No início do século XX, cerca de 70 por cento desta documentação foi doada ao Arquivo Nacional que, não tendo condições de realizar uma seleção arquivística, cedeu parte do acervo à Biblioteca Nacional. O restante do acervo, que por pouco escapou da destruição numa fábrica de papel, foi encaminhado ao Arquivo Público Mineiro, sendo, então, organizado e indexado.

Completamente restaurada pelo Ministério da Fazenda, a Casa dos Contos — transformada em sede do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro — foi entregue, em 1974, ao uso dos estudiosos, pesquisadores e ao público em geral.

Com a microfilmagem dos documentos existentes no Arquivo Nacional, inicia-se uma nova fase para o CECO, que já conta com equipamentos de microfilmagens, processamentos de filmes, reprografia e leitura de microfilmes, uma biblioteca de história do Brasil — composta de oito mil

volumes —, microfilmes de 120 mil documentos relativos ao Ciclo de Ouro e doados pela Caixa Econômica Federal, além da terça parte do acervo original da Casa dos Contos, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, em forma de microfilmes.

São cerca de 900 mil documentos que, através do convênio, assinado ano passado, entre o Ministério da Fazenda, o Arquivo Nacional e a Fundação Roberto Marinho, foram preparados e catalogados e estão, agora, sendo microfilmados, numa média de três mil fotogramas por dia.

Numa fase posterior, será desenvolvido um sistema de indexação com múltiplas entradas, que facilitará a consulta destes microfilmes, como explica José Carlos Barboza, coordenador de Projetos Culturais da Fundação Roberto Marinho.

— Uma equipe, composta por estudantes de História, analisará todos os documentos, destacando *datas, locais, nomes das pessoas envolvidas e assuntos*. Estes dados, submetidos ao computador, constituirão uma espécie de catálogo, que permitirá a consulta imediata de qualquer coisa relacionada a um desses quatro itens, poupando tempo e facilitando o trabalho.

* Extraído de *O Globo*,
Rio de Janeiro, 27 abr. 1980, p.3.

Este sistema de indexação é praticamente inédito e mereceu, inclusive, a atenção de um técnico da Unesco que veio especialmente ao Brasil para ver como ele funciona. Para cada documento serão feitas três cópias microfilmadas: o microfilme original pertencerá ao Arquivo Nacional — resguardando a documentação verdadeira do desgaste causado pelo manuseio constante — e as demais cópias integrarão o acervo do Museu da Fazenda, do Arquivo Público Mineiro e da Casa dos Contos.

O processo de microfilmagem não é desconhecido do Arquivo Nacional que, através de convênios com entidades públicas e privadas, vem microfilmando diversos documentos, escrituras

etc. Recentemente, por exemplo, toda a documentação referente a Joaquim Nabuco foi microfilmada — enriquecendo o acervo do Arquivo Nacional e ampliando as nossas fontes de pesquisa — antes de ser doada pela família do abolicionista ao Instituto Joaquim Nabuco, no Recife.

Dentro deste espírito de cooperação, o CECO — revitalizado em 1979 com a implantação de um Núcleo de Pesquisas da Escola Superior Fazendária na Casa dos Contos — pretende, ainda, microfilmar o restante do acervo da Casa dos Contos, sob a guarda da Biblioteca Nacional.

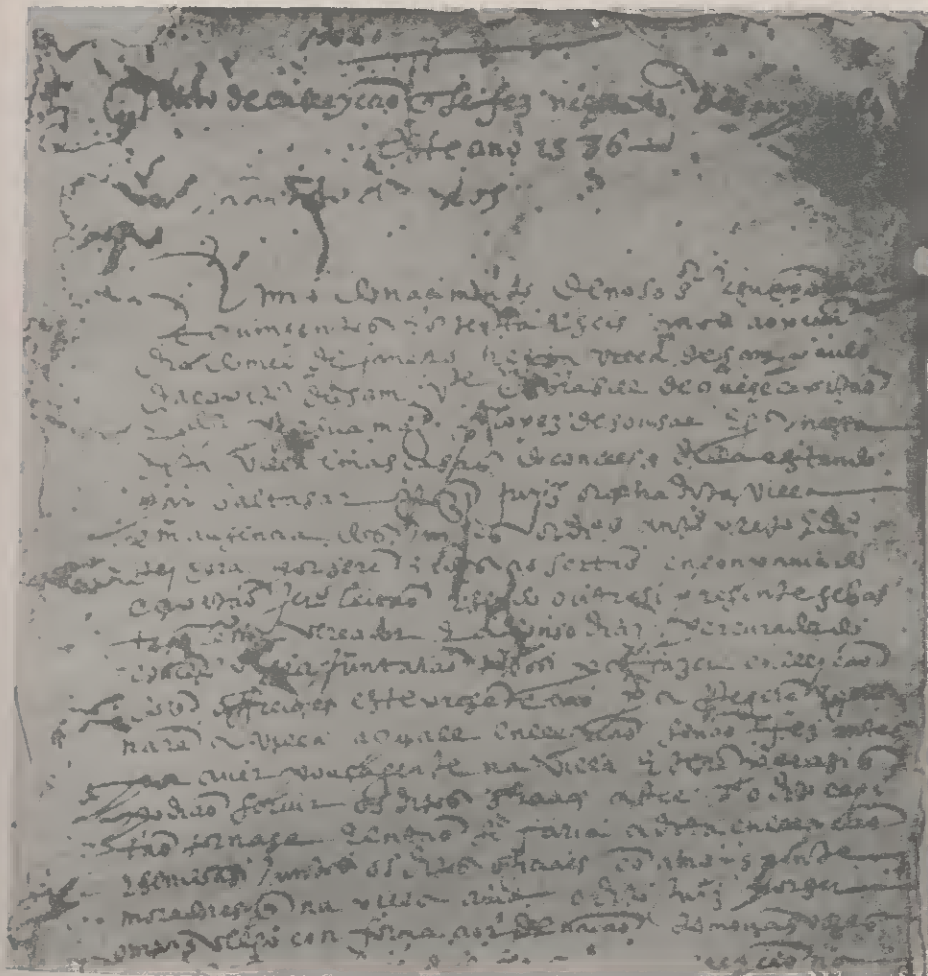
Concluída até o final de 80 a reconstituição de seu acervo original, a coleção da Casa dos Contos, os estudos

e pesquisas a cargo do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro deverão progredir para a análise da documentação reunida, a publicação dos trabalhos realizados e a extensão da microfilmagem e a catalogação da documentação correlata relativa ao mesmo período.

Reintegrado à Casa dos Contos, o acervo documental referente ao Ciclo do Ouro representa dois séculos marcantes não só para a história do Brasil como também para a humanidade: cerca de 70 por cento da produção de ouro deste período, proveniente das Minas Gerais e responsável pelo desenvolvimento industrial europeu e as mutações sociais decorrentes, passou pela Casa dos Contos, de Ouro Preto.

A desordem documental no Brasil*

José Honório Rodrigues



Desde o período colonial perdem-se documentos no Brasil, aos montes. Escreveu Capistrano de Abreu que os portugueses e seus herdeiros nunca foram cuidadosos com documentos. Acrescente-se a isso a idéia do sigilo, que desde a Descoberta, até o Serviço de Segurança, esconde documentos, evita sua publicidade e acaba por perdê-los, pelo menos, do conhecimento público.

Muito se desconhece por falta de documentos ou por excesso de esconderijo. Havia, ainda, a contar, desde o período colonial, os naufrágios, que engoliam e destruíam documentos. Por isso, faziam-se três cópias, e duas iam à Metrópole em navios diferentes. A que ficava no Brasil, quer na Bahia, quer no Maranhão, quer no Rio de Janeiro, poderia sofrer, como sofreu, incêndios destruidores.

Além disso, as autoridades costumavam e costumam levar para casa papéis para despacho, e não os devolvem às repartições públicas. Mais tarde, as famílias desinteressadas por aqueles papéis destroem-nos com ou sem fogueira. Conta-se que Euzébio de Queiroz, autoridade máxima do Brasil dos anos 50 do século passado, desiludido com a política, destruiu seu arquivo. E outros seguiram esse método de evitar o conhecimento da vida

* Extraído de *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1980. Caderno Cultura, p. 16.

pública brasileira, tão cheia de pequenezas, mesquinhas, corrupção, retratados desde o século XVIII na obra-prima *A Arte de Furtar*.

Atualmente, o processo de desburocratização é uma espada destruidora pesando sobre os documentos públicos, desde que não há norma de seleção que presida a inutilização, nem a autoridade do Arquivo Nacional é reconhecida no Brasil como o é nos países em que os Arquivos Nacionais são modelares.

As principais deficiências no Brasil consistem na falta de recolhimento obrigatório dos documentos federais pelas repartições públicas produtoras, a ineficiência do Sistema Nacional de Arquivos, tal como foi criado, a inexistência de cálculos sobre a produção documental pública federal, e a diversidade de depósitos, públicos, quer nos serviços de comunicações, quer nos vários arquivos públicos e privados.

Não há unicidade arquivística, um princípio fundamental que faz a grandeza dos Arquivos Nacionais dos países mais adiantados. No Brasil não há Arquivo Nacional, mas Arquivo do Poder Executivo, pois o Legislativo e o Judiciário possuem seus arquivos e não compreendem que o Arquivo Nacional deve conter todo o documentário nacional selecionado. Sem contar que no próprio Executivo as Forças Armadas criam arquivos próprios, serviços de documentação próprios, nada recolhendo ao Arquivo Nacional. A exemplo destes, outras repartições não recolhem os documentos, possuindo um arquivo ativo e outro inativo. A desordem é geral.

É por isso que para impor ordem e autoridade ao recolhimento obrigatório, Lenin, o reorganizador dos Arquivos da União Soviética, tomou o poder em 1918, punha os serviços arquivísticos sob a autoridade do Soviète Supremo, e fez a grande reforma dos Arquivos Soviéticos.

Essa reforma serviu de exemplo a Franklin D. Roosevelt, quando, na sua Presidência, procedeu do mesmo modo, e o Arquivo Nacional dos Estados Unidos, nascido tão tarde, nasceu bem, sob a autoridade da Presidência da República. Só mais tarde ficou subordinado ao General Services Administration (Administração dos Serviços Gerais). E tornou-se o modelo dos Arquivos Nacionais. Vê-se no exemplar

Arquivo do Canadá a influência americana.

Lenin e Roosevelt seguiam, assim, a tradição de Napoleão e da rainha Vitória, dando aos Arquivos Nacionais a importância que lhes cabia, cada um à sua época, e quando suas nações eram grandes fabricantes de história universal.

A preservação documental está intimamente ligada aos momentos de criação histórica.

A unicidade arquivística não é adotada no Brasil, e o problema se agrava com a documentação isolada, separada, dividida, não recolhida ao Arquivo Nacional, das empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e outras semelhantes.

A doutrina legal dos arquivos originada na Inglaterra estabelece que todo documento existente no Arquivo Nacional é autêntico e fidedigno, porque provém de fontes produtoras diretas.

A guarda dos documentos que merecem custódia da nação, isto é, gastos com a manutenção do arquivo, pessoal técnico, conservação e reprodução, tem ainda, portanto, esta garantia, a de que são, na técnica arquivística e na metodologia histórica, documentos oficiais, de autenticidade e integridade indiscutíveis. Pode-se duvidar da fidedignidade, da versão oficial, e deve-se procurar a versão das oposições, ou dos vencidos. Será que documentos estatais ou paraestatais guardados em arquivos não oficiais podem merecer a confiança que se concede aos depositados no Arquivo Nacional?

Arquivos particulares são comprados ou doados, não ao Arquivo Nacional, que normalmente só deve possuir documentos públicos, mas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ao Museu Histórico Nacional, e ao recém-criado Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. Este começou com os arquivos particulares — provavelmente entre eles muitos papéis oficiais — desde o movimento de 1930, e ampliou dia a dia, sua colheita documental.

O Brasil fez mais no Império que na República para reproduzir e trazer cópias de documentos de arquivos

portugueses, espanhóis, ingleses e franceses. Relatei o que se fez na minha *A Pesquisa Histórica no Brasil* (Brasília, 3 ed., 1978). Mas falta muitíssimo a fazer e nunca se organizou uma comissão permanente de investigação dos arquivos estrangeiros, como fizeram os Estados Unidos, e, em menor escala, a Argentina.

Dizia o presidente Woodrow Wilson que os Estados Unidos nunca seriam independentes se não tivessem colhido todos os documentos estrangeiros relativos à sua história.

Uma única tentativa foi feita pela Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil do Itamaraty, na gestão Macedo Soares. Foi muito pouco, mas foi uma iniciativa meritória, que retomou a tradição imperial, comandada pelo próprio D. Pedro II.

Tivemos compras de grandes coleções, como a de Pedro de Angelis, feita pelo Visconde de Uruguay, Paulino Soares de Souza, ou presas de guerra, como o Arquivo do Paraguai mandado apreender pelo Visconde do Rio Branco, e ambos se encontram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Os Estados Unidos fizeram um planejamento histórico na Segunda Guerra Mundial e apanharam todo o arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Reich de Hitler, bem como o mesmo do Japão. O primeiro encontra-se no Arquivo Nacional dos Estados Unidos e, microfilmado, é hoje vendido em rolos a quem quiser, enquanto o do Japão encontra-se na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (Library of Congress), e embora não seja vendido em rolos, como o do Arquivo Nacional, podem ser solicitadas cópias microfilmadas dos textos de interesse. Ambos são riquíssimos sobre o Brasil pois contêm documentos, relatórios e conversas dos embaixadores alemães e japoneses com Getúlio Vargas.

O Almirantado britânico possui 80 toneladas de documentos apreendidos do Ministério da Marinha do Reich, mas ainda não são acessíveis.

O novo diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, o professor de História da Universidade de Michigan e diretor da Bentley Historical Library, controla documentos que ocupam 13.896.000 metros cúbicos, e ganha a bagatela de 50.113 dólares por ano, o

que revela a importância que o governo dos Estados Unidos dá ao posto.

É preciso deixar claro que o fato de o Arquivo Nacional dos Estados Unidos recolher todos os documentos de todos os três Poderes, estes, a começar pelo Executivo, possuem serviços históricos organizados em todos os Ministérios, e a divisão histórica do Ministério do Exterior, ou do Pentágono, por exemplo são vastas organizações que pesquisam e preparam documentos para conhecimento do povo americano não somente do passado, como da fase anterior a 25 anos, quando os documentos são desclassificados — há casos de desclassificação em 10 anos — como os não-sigilosos, para esclarecimento de questões atuais.

Assim procedia o Ministério do Exterior do Império, quando seu relatório incluía documentos ostensivos esclarecedores de situações sobre as quais a opinião pública exigia uma satisfação. Acabam de aparecer os documentos sobre a invasão do Afeganistão publicados pela própria União Soviética. Visão parcial ou não, é um documento oficial que tenta mostrar as suas razões.

No Brasil nem um pio sobre energia nuclear e todas as questões maiores. Tudo é guardado no mais rigoroso silêncio e não se deve à opinião pública nenhuma satisfação sobre o que acontece e deve ser historicamente importante, porque produz efeitos futuros. Este é mais um fator que ajuda a perda dos documentos. Não são recolhidos ao Arquivo Nacional, passado um certo número de anos, 25, nos Estados Unidos, 30, na França e Inglaterra.

Não há legislação brasileira sobre recolhimento, normas sobre acesso, e o pouco que se fez no Governo Castelo Branco sobre acesso, ou no Governo Costa e Silva sobre exportação de livros e documentos raros e preciosos, é irrisório, inadequado, desatualizado. Tal é o caso do Sistema Nacional de Arquivos, idéia sugerida por mim, quando assumi o Arquivo Nacional, com a assistência de uma comissão competente, e que se transformou numa caricatura ineficiente e inócua decretada pelo general Geisel.

Podem dizer que o Brasil é o décimo país do mundo, ou ocupa nele qualquer outra posição relevante, pelo PNB, pelo índice *per capita*, mas como tudo é dependente das matrizes multi-

nacionais que não estão no Brasil nosso país não é consultado em qual quer emergência mundial grave, simplesmente porque não produz história mundial, e quem não produz história mundial não liga a documentos históricos.

A crise é geral e se comunica a tudo. No momento, existem ameaças graves: uma a da desburocratização, sem regras de seleção documental e sem recolhimento obrigatório; e outra, a da fundação de instituições extravagantes como a Fundação Pró-Memória.

O Brasil é o único país do mundo que criou essa extravagância, em vez de criar um Instituto de Pesquisa Histórica, e o único que acabou com o ensino, nos dois graus, da história nacional, e quer acabar com a própria palavra História e substituí-la pela palavra memória. A memória é um depósito não-crítico de informação, enquanto a história é análise, é crítica. A memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica. Não há memória utilizável sem cultura histórica. A memória é estática, a História é dinâmica e visa revelar a dignidade e o valor da existência humana. A desnacionalização começa, assim, pela morte da História.

Atulhada memória lusa *

Juarez Bahia

Não se espere encontrar uma torre no edifício da Torre do Tombo, o mais importante Arquivo Nacional português e um dos maiores do mundo. Este é o seu nome popular, batizado há séculos pela tradição que ligava o tombamento de documentos a torres de castelos imperiais. Instalada numa das alas do Palácio de São Bento (onde Bocage esteve preso há 200 anos e que nasceu do antiqüíssimo convento dos frades beneditinos que o terremoto de 1755 danificara), ao lado da Assembleia da República e da residência oficial do Primeiro-Ministro (que ocupam as outras alas), a Torre do Tombo

acha-se aqui “provisoriamente” há 222 anos.

Aos que se surpreendem pela designação oficial de Torre do Tombo, o diretor José Pereira da Costa explica: “A comunidade científica mundial conhece-nos precisamente por Torre do Tombo. Foi o povo que lhe deu o nome e só o povo pode mudá-lo, o que não acredito que aconteça. Foi depois de 1378, quando o arquivo da Chancelaria Real ocupou uma das torres do castelo de Lisboa. Ora, o tombo era o livro onde se faziam os assentos, os registros dos documentos oficiais, nesse tempo em pergaminho. Daí o nome.”

Hoje a Torre do Tombo reúne 30 milhões de documentos em conserva-

ção e restauração e outros tantos por recolher, ocupa 35 velhas salas frias e úmidas, com 20 quilômetros de prateleiras — e outros 50 quilômetros seriam necessários para os documentos que se encontram por catalogar, conservar, restaurar e recolher.

Como no caso do mineiro que comprou um bonde no Rio de Janeiro, a Torre do Tombo tem sido objeto de contos do vigário, o mais conhecido, o de um rico homem do interior que comprou em Lisboa, por 150 mil escudos, a famosa Torre do Tombo e só descobriu o logro quando tomava a iniciativa de transportá-la para a Beira Alta. Fora esse folclore que envolve a Torre do Tombo, o que existe de mais dramático em relação a ela é precisa-

* Extraído da *Revista de Domingo*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 (198):25-7, 3 fev. 1980.

mente a sua complexa exigência de espaço, porque quanto mais cresce, mais documentos há a arquivar e, segundo os críticos da preservação do Patrimônio Cultural português, a Torre corre o risco de sepultar-se em São Bento por falta de meios de expansão, e Portugal corre o risco de vir a perder a sua memória.

O que de mais valioso guarda a Torre do Tombo exigiria muito para ser arrolado, pois sua história vem desde os primeiros anos 1300, do tempo do Condado Portucalense e de Dom Dinis, antes mesmo de Portugal ter-se tornado uma nação. Conserva as Chancelarias Régias, desde Dom Afonso II a Dom Pedro IV, tombos e demarcações da Índia, bulas áureas e documentos pontifícios, inventários e forais, documentos dos séculos XII a XVII sobre a África, Índia e Brasil, correspondência, ordens militares, coleções de tratados e convenções e mais uma *livraria* — História, Legislação, Diplomacia — com 18 mil volumes.

É impossível fazer história — e particularmente História do Brasil, por exemplo — a partir do século XV, sem se consultar o arquivo da Torre do Tombo. Sua documentação ganha maior expressão a partir do século XV e então o testemunho da Torre do Tombo sobre a História do mundo moderno torna-se imprescindível. Há documentos completos ou simples referências à expansão ultramarina, aos oceanos, à África, ao Brasil, ao Oriente, ao encontro das duas culturas — do Ocidente e do Oriente — com a viagem de Vasco da Gama. Guardam-se na Torre iluminuras e manuscritos valiosos que dão respostas a questões essenciais da História das antigas e modernas nações. Como dizia Dom Manuel, o Venturoso — o príncipe do Renascimento que encheu o reino português, as ilhas do Atlântico e o Oriente de obras de arte — ao tomar medidas para salvar o acervo documental da Torre do Tombo, “era necessário pôr em ordem as escrituras da Torre que em algum tempo podiam ser necessárias”.

À história da Torre, sobretudo depois do extraordinário período manuelino, juntam-se ainda momentos dramáticos, como os roubos e depredações que sofreu com o domínio filipino, no século XVII. O mais trágico foi o terremoto de Lisboa, em 1755, quando o arquivo ainda ocupava a

Torre do Castelo, que soterrou nos escombros toda a documentação. Enquanto não encontra outro local mais adequado para se instalar e funcionar “condignamente” — como diz o seu diretor em pé de igualdade com outros importantes arquivos nacionais, a Torre do Tombo recebe mais de 1 mil visitantes por dia na ala Oeste do Palácio de São Bento, aberta ao público das 10h30min às 20h, de segunda a sexta-feira e, aos sábados, das 10h30min às 13h. Consulentes de qualquer parte que não podem dirigir-se pessoalmente à Torre do Tombo são atendidos mediante simples solicitações por carta. “Damos respostas a todos os que nos escrevem”, esclarece o diretor, que remete, quando é o caso, fotocópias de documentos e indicações precisas ao seu alcance.

“Estamos provisoriamente aqui há mais de 200 anos e é claro que essa situação se torna cada vez mais angustiosa” — diz o diretor José Pereira da Costa, sucessor de guardas-mores e cronistas que foram seus conservadores, desde João Anes, em 1387, até Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Damião de Góis, Antônio de Castilho.

E pergunta: “Quantos edifícios específicos, de raiz, construíram-se para bibliotecas e arquivos nos últimos 100 anos em Portugal? Pouco mais que a Biblioteca Nacional e a da Figueira da Foz. Temos urgência em sair desta ala de São Bento, para um local próprio, para instalações modernas e eficientes.”

José Pereira da Costa, 57 anos, açoriano de Angra do Heroísmo (lembra, com orgulho, que Vasco da Gama está sepultado lá, no convento de São Francisco), é diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo desde 1952, quando foi admitido como terceiro conservador. É formado em Letras (Filologia Clássica) e autor de ensaios de História. Apesar de nunca ter estado no Brasil — “o que constitui a minha vergonha” — detém a Ordem do Cruzeiro do Sul. Seu gabinete é uma sala ampla com telas e retratos famosos (Visconde de Santarém, Dom Teodósio, Júlio de Castilhos), imagens e objetos raros (Santo Anselmo, tinteiro e armário de Alexandre Herculano) e, à sua direita a cadeira do trono feita pelos frades de alcobaça para Dom Miguel em 1830.



O livro de Horas d'El Rei Dom Dinis, grande entre os grandes trovadores da primeira fase literária, e uma iluminura do Apocalipse do Lorrão são algumas das preciosidades que Portugal tem que ajudar a preservar

Vida nos arquivos capixabas*

Fernando Achiamé**

*Tudo que o Homem registra para
recorrer no futuro é matéria de
arquivo.*

*"O Homem é o maior destruidor de
documentos." (Lema entre os
arquivistas)*

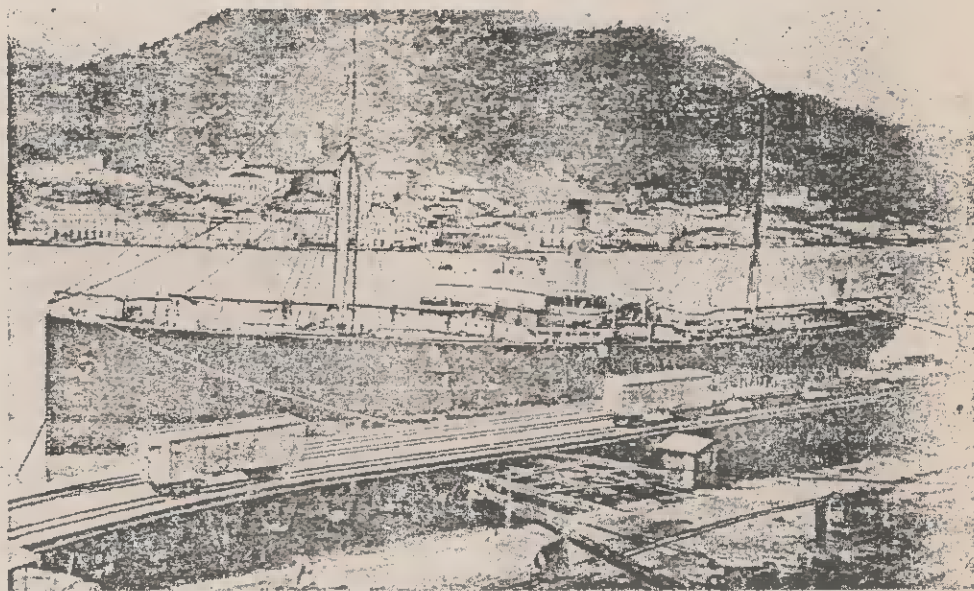
*"Ninguém tem maior know-how de
devastação que o capixaba."
(Paulo Fraga)*

*"Os habitantes desta terra não são
repúblicos (não possuem o sentido
do bem comum)."
(Um cronista do Brasil Colonial)*

Para a História, todo e qualquer tipo de material pode ser considerado um documento, na dependência de se constituir prova de uma atividade cultural do ser humano. Cultural no sentido antropológico do termo. Mas, aqui, trata-se de precisar a situação dos documentos produzidos ou recebidos pelos diversos governos espírito-santenses no decorrer de suas atividades e pelos habitantes e instituições privadas desta terra.

Os índios deixaram registros inconscientes de suas atividades nas pontas de flechas, cerâmicas, enterramentos, objetos vários. Dada a natureza destes objetos e da maneira como se apresentam, existe uma técnica específica, a única habilitada a recuperar as informações neles contidas: a arqueologia.

Os colonizadores portugueses na capitania do Espírito Santo também deixaram muitos registros inconscientes de suas atividades cotidianas. Estas atividades eram de natureza vária, no campo da economia, da sociedade, da política. Mas os registros históricos,



Vitória — 1910

quando autênticos e fidedignos, são inconscientes, no mais das vezes. Os governantes portugueses não elaboravam uma carta de doação ou um foral, pensando nos historiadores do século XX, mas em registrar e fazer valer uma determinação objetiva.

É profundamente lamentável que esta documentação colonial esteja tão pobremente representada em nossos arquivos, sejam estaduais, municipais ou até mesmo privados (eclesiásticos, por exemplo). Por que o Espírito Santo, uma terra que "fabrica história" (para empregarmos uma expressão do historiador José Honório Rodrigues) desde a época colonial detém em seus arquivos pouquíssima documentação deste período? Só recorrendo aos acervos do Arquivo Nacional, do Arquivo do Estado da Bahia e de arquivos portugueses é que se pode recuperar alguma coisa da ação dos governos da então capitania do Espírito Santo.

Recentemente um pesquisador interessado em assuntos filológicos esteve procurando, sem sucesso, o original de um bando da Câmara da Vila de Vitória que em 23 de maio de 1795 conclamava seus habitantes a falarem o português, proibindo assim o uso da língua geral. Semelhante documento, cuja referência é encontrada no livro *História, Descoberta e Estatística da Província do Espírito Santo*, de Basílio Carvalho Daemon, tem importância até hoje, passados quase duzentos anos, para um filólogo provar por quê não falamos mais a língua geral, e sim o português. Nenhum arquivo da Câmara Municipal do Espírito Santo (e temos muitas de provecta idade) manteve-se, não digo intacto, que seria exigir muito, mas ao menos com sua documentação completa e em condições de pesquisa. A única exceção é o arquivo da Câmara Municipal da Vila de Itapemirim que há muitos anos foi recolhido ao então Museu Capixaba e lá organizado. Posteriormente deu entrada no Arquivo Público Estadual onde se encontra.

* Extraído da Revista *Fundação Jones dos Santos Neves*, Vitória, 2 (4):35-7, out./dez. 1979.

** Diretor do Arquivo Público Estadual e do Núcleo Regional da AAB no Espírito Santo.

A Destruição é Comum

O homem é o maior destruidor de documentos. E ele os destrói tanto por ação quanto por omissão, o que é pior, às vezes. Sabemos que, onde se guarda tudo, não se guarda nada. Esta é a realidade de nossos arquivos. Guarda-se tudo numa vala comum, os documentos são enterrados neste cemitério chamado "arquivo morto". Mas o chamado "arquivo morto" não está realmente morto. Se ele perdeu sua utilidade para o movimento corrente da instituição à qual pertence, possui valores outros que precisam ser preservados. Que valores são esses? Valores de pesquisa, valores de prova (que atestam o funcionamento da instituição, os programas nela desenvolvidos, suas funções), valores de informação (sobre objetos, pessoas e fenômenos). Se os documentos não possuem quaisquer desses valores, não há porque gastar dinheiro mantendo-se inutilmente guardados. Assim, a principal tarefa dos arquivistas em nossos dias é a seleção. Nenhum governo do mundo, como bem asseverou Schellenberg, possui verbas suficientes para arquivar todos os papéis que produz. Nos Estados Unidos, por exemplo, só de 3 a 5% da documentação produzida pelo Governo federal anualmente dá entrada no Arquivo Nacional ou nos centros de arquivo, então, ficou muito importante a tarefa de seleção. Selecionar um arquivo é garantir a boa qualidade de sua documentação, conservando somente os papéis possuidores de valores que justifiquem sua guarda permanente. Selecionar arquivos é separar o joio do trigo, eliminando-se o inservível. Sim, porque não podemos deixar que esta tarefa seja exercida pelo tempo, pela água, pelos ratos ou pelo fogo que não sabem distinguir um documento valioso de outro sem importância alguma. Para exemplificar de acordo com nossa realidade: estes elementos não sabem distinguir no arquivo da extinta Secretaria do Governo, na pasta nº 3, do ano de 1951, um processo solicitando quinze dias de licença para tratamento de saúde, de outro que ilumina diretrizes políticas e tentativas institucionais para implantar uma usina siderúrgica em nosso Estado. Arquivo é um serviço-meio, é um problema de administração. Atualmente, devido à

grande massa de documentos produzida diariamente, quer pela máquina estatal, quer pelas poderosas instituições privadas, os documentos devem ser administrados como, por exemplo, se administra patrimônio mobiliário, transportes ou material de consumo.

Mas o homem também destrói muitos documentos por ação. Tem-se notícia que muitas prefeituras do interior capixaba simplesmente tocaram fogo em seus arquivos "para se verem livres daquela papelada velha e imprestável". Também é sabido que muitos incêndios, extravios e perdas de arquivos são realizados com intenção dolosa, para desaparecer com documentos comprometedores que ali existiam. Estas ações dolosas de se destruírem arquivos ou parte deles para encobrir malfeitos, para prejudicar adversários ou para dificultar a ação governamental e da justiça são mais comuns do que se pensa. Como um arquivo reflete a vida e as atividades da instituição à qual pertence, claro está que muitas vezes este reflexo não irá interessar em toda sua prentude a determinadas pessoas. Os documentos podem morrer de duas maneiras:

- por "morte natural", quando os mesmos perdem os seus valores correntes e não adquirem os valores permanentes (históricos, legal, administrativo). Neste caso constituem lixo e devem ser logo eliminados;

- por "assassinato", quando os documentos de valor são destruídos por ação ou omissão da comunidade e/ou de seus responsáveis. Neste caso, por serem únicos, representam uma perda irreparável para a sociedade.

Árvores e Papel

O malbarateamento dos arquivos por parte de prefeituras e câmaras municipais do interior capixaba é um fato (sempre com as honrosas exceções). O jornalista Rogério Medeiros realizou uma excelente reportagem sobre um madeiro capixaba que se auto-intitula "assassino de árvore" (*Jornal do Brasil*, 11/11/79, p.20). Nesta reportagem o ecólogo capixaba Paulo Fraga da FISN afirma que as serrarias na Amazônia "não vão deixar nada, a não ser pastos com boi em cima. Ninguém tem maior *know-how* de devastação do que o capixaba. Eles conseguiram acabar com as florestas do Norte

do Espírito Santo e Sul da Bahia. Desaparece, pela sua ação depredadora, uma infinidade de espécies vegetais do maior valor, inclusive o jacarandá, a mais cobiçada árvore do universo".

Se nós capixabas conseguimos que desaparecesse da face do universo espécies vegetais de existência única, o que dizer dos documentos elaborados por nós mesmos, por sinal também únicos e, ironicamente feitos da mesma celulose?

Uma afirmação precisa ser feita, que todo mundo sabe, mas que é educado dissimular: os arquivos capixabas vêm sendo destruídos. E esta situação, não sendo exclusiva dos arquivos, constitui fato mais triste ainda: os restos arqueológicos aqui existentes vêm sendo sistematicamente aniquilados; o Espírito Santo é uma terra que em pleno ano de 1979 não possui um museu digno deste nome, com a única exceção do Museu do Colono, em Santa Leopoldina.

Podemos explicar historicamente o posicionamento da comunidade capixaba perante os seus documentos. É um processo que tem suas raízes na vida colonial. Já se disse que o mais difícil de ser mudado é a mentalidade de um povo. De modo geral, o povo capixaba não conhece o que seja verdadeiramente arquivo. Não sabe que é dono dos arquivos públicos, que os governos administram em seu nome.

A própria documentação privada vem sendo destruída. Quando um empreendimento privado atravessa uma fase de graves dificuldades, é comum que os seus responsáveis se interessem pelo desaparecimento de muitos papéis, geralmente com intenção criminosa. Mas também se percebe que se uma empresa vai de vento em popa, os seus proprietários gostam de manter organizados os arquivos. Sentem orgulho de documentar o seu início, procuram exibir os papéis como prova de suas atividades passadas, tentando recuperar mesmo aquelas porventura extraviadas.

Documento é Documento

Mas é preciso dizer que o capixaba, mesmo destituído de maior cultura formal, escolar, dá um certo valor ao documento. Em nossa terra são encontradas expressões como "documento

é documento", "pode escrever o que estou dizendo", "palavras o vento leva, mas o que está escrito, não". São expressões indicadoras da importância que o povo confere ao documento estito. Na ânsia de fixar no papel informações importantes, o povo mitifica o documento. É certo que a comunidade só fixa em documento o que considera importante. Pode-se afirmar, pedindo licença aos profissionais da psicologia social, que os capixabas destroem documentos por ignorância, e vergonha. Ignorância, analfabetismo existem de um lado e são fatores preponderantes nesta destruição. Administradores e pessoas têm geralmente ojeriza, repulsa a tudo que é documento velho. Mal comparando, é como um indivíduo que tem vergonha do seu passado, que procura esquecê-lo. Temos também a mitificação do documento, que nos nossos dias também contribui, paradoxalmente, para destruí-lo. Como já ficou dito antes: onde se guarda tudo, não se guarda nada.

Quando um funcionário público, por exemplo, não procura selecionar os seus processos, não abre mão de sua papelada inútil, está contribuindo para malbaratar a documentação valiosa que junto como ela existe.

Modernamente, os arquivos vêm assumindo novas tarefas, o que fatalmente irá se refletir no Espírito Santo. Aqui cabe uma citação do Dr. Raul Lima:

"No caso das transmissões televisonadas, o *tape* nos permite ver mais tarde o que foi visto horas antes, ver de novo daqui a anos. A geração futura poderá igualmente ver o que a atual está vendo se houver um bom arquivamento de *tapes*".

"Ora, o que ocorre agora com os instrumentos da avançada tecnologia eletrônica vem ocorrendo, há séculos, com o material mais difundido e abundante — o documento escrito em papel, para não falar nos outros que o precederam, desde o mais vetusto — a pedra. É a guarda do documento, dos documentos em séries e coleções, para uso intenso e imediato das atividades cotidianas ou para o sereno e metucioso estudo do ontem, num e noutro caso com assegurado préstimo para amanhã, que caracteriza o arquivo como fonte e, além de fonte, como veículo de comunicação. (*Da Problemática da Documentação Histórica* — Rio de Janeiro — 1974.)

Sabemos todos que, no País, graves problemas (sobretudo em áreas prioritárias como a saúde e a educação) têm sido enfrentados pelos diversos governos e muitos destes problemas estão longe de ser resolvidos. Então não podemos exigir de nós mesmos que os arquivos (durante tantos anos abandonados) funcionem às mil maravilhas, num simples toque de magia. Nem podemos exigir que a comunidade coloque o arquivo como centro de suas atenções. Mas também não se admite os papéis servindo somente como lixo ou para escárnio geral. E papéis produzidos pelos que, antes de nós, deram muito de si por este Espírito Santo.

Perigo do Comodismo

Não se pode assumir a posição de pessoas que afirmam: "Se os capixabas destroem documentos, não importa! Pelo menos ficará como traço característico de nossa época que fomos destruidores de documentos!" É uma posição comodista e perigosa.

Comodista porque se conforma com a realidade presente e não cuida

de modificá-la para melhor. Não é por mera coincidência que dois grandes estadistas espírito-santenses, dois administradores dinâmicos e de visão, como o foram Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos, valorizaram os documentos capixabas com as soluções da época. O primeiro criando o Arquivo Público e encarregando sua organização a ilustres homens públicos. O segundo, quase vinte anos após, dotando a instituição de sede própria e encarregando sua reorganização a outros ilustres homens públicos. Estes dois presidentes do Estado, ou pelo menos suas equipes de governo, sabiam o quanto é importante preservar e organizar o patrimônio arquivístico capixaba. Se eles tivessem se omitido, possivelmente estaríamos hoje a lamentar a perda de valiosos documentos que as gerações passadas nos legaram.

E tal posição, além de comodista, é perigosa porque, hoje em dia, preservar os arquivos é questão de sobrevivência para nossa comunidade. Se parte substancial dos documentos capixabas for destruída, as atividades públicas e privadas em nosso Estado não poderão ser exercidas a contento. Guardadas as proporções, é como se uma pessoa perdesse sua memória, a história de sua existência, com todas as passagens que servem de pontos de referência, que formam sua personalidade.

Então, se o Espírito Santo perder, mesmo em parte, seus documentos de valor, estará condenado a possuir uma história mutilada, quer dizer, terá desfigurada sua própria identidade. E se tivermos desfigurada nossa identidade, de nada adiantarão todos os esforços em prol do desenvolvimento. Em outras palavras: se a vida que existe nos documentos for perdida, estaremos sofrendo um grande revés na luta pelas nossas vidas e pela construção do futuro.

ANUIDADES A PARTIR DE 1981

PESSOA FÍSICA — Cr\$ 720,00
QUANDO PAGA ATÉ 31 DE MARÇO DE
CADA EXERCÍCIO, Cr\$ 600,00

PESSOA JURÍDICA — Cr\$ 1.800,00
QUANDO PAGA ATÉ 31 DE MARÇO DE
CADA EXERCÍCIO, Cr\$ 1.500,00

Do ouro à arte sacra*

Um catálogo da vida musical do Brasil Colônia

Não só ouro produziram as Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Nessa época próspera para a economia mineira, as manifestações artísticas também encontraram solo fértil. A mais religiosa de todas as artes, a música, teve lugar marcante nessa sociedade, onde a Igreja, além de sua significação espiritual, teve a missão de integrar socialmente um povo de várias procedências e etnias que chegavam às Minas Gerais em busca da riqueza da terra.

Remanescentes deste período atuam até hoje em Minas, sobretudo na região de São João del Rei, Prados e Tiradentes, orquestras e liras, constituídas de músicos amadores, que prosseguem preservando o valioso patrimônio da música sacra mineira.

No intuito de contribuir para esse esforço de preservação, a PUC do Rio de Janeiro e a Funarte, com o apoio da Xerox do Brasil e da Fundação Roberto Marinho, desenvolveram um projeto de levantamento, microfilmagem e catalogação dos acervos das agremiações musicais, Confrarias, Irmandades e Ordens Terceiras da região.

O catálogo foi lançado no dia 17 de junho em solenidade realizada no Salão Rio de Janeiro do Rio Pálace Hotel. Da programação constou um concerto da Orquestra de Câmara de Niterói e do Coral da PUC, sob a regência do maestro Roberto Duarte. Foram apresentadas obras do barroco mineiro de autoria do padre Maurício Nunes Garcia, Manuel Dias de Oliveira, José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita e padre José Maria Xavier.

Houve uma exposição fotográfica sobre arte sacra e uma homenagem foi prestada a todos os regentes de orquestras e liras de Minas Gerais.

Um coquetel encerrou a comemoração durante a qual foi lançado o terceiro disco da Orquestra Ribeiro Bastos, de São João del Rei, intitulado *Novenas do Carmo*.

Até a década de 40, um grande mistério envolvia a vida musical do Brasil Colônia. Acreditava-se que a história da música brasileira começasse somente a partir do século XIX, e alguns musicólogos afirmavam mesmo que qualquer composição anterior a este período não poderia ter, de antemão, qualquer valor.

* Extraído de *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1980, p. 31.



A Lira Sanjoanense, de São João del Rei, tem um dos principais arquivos de música sacra da região

Quando o musicólogo Francisco Curt Lange, que a partir de 1944 iniciou uma pesquisa sistemática sobre o período colonial brasileiro, revelou ao mundo a existência de uma importante escola de composição na Capitania das Minas Gerais, a notícia surpreendeu a todos.

Mas a música sacra mineira sempre esteve presente em cidades como Prados, Tiradentes e São João del Rei, preservada pela atuação de suas orquestras e liras, seus documentos e partituras seculares.

A idéia do catálogo "O ciclo do ouro — o tempo e a música do barroco católico" nasceu em 1951, quando o professor Elmer Corrêa Barbosa apresentou o seu projeto para a preservação da música sacra mineira à direção da PUC/RJ, onde leciona História da Arte.

Mineiro de São João del Rei, Elmer Corrêa Barbosa sempre esteve em contato com a criação musical da região e há muito sabia da existência de preciosos acervos — partituras e documentos — distribuídos entre as orquestras e entidades religiosas locais.

Trabalho pioneiro que incluía levantamento destes acervos, pesquisa minuciosa de toda a documentação existente, sua microfilmagem e posterior edição de um catálogo desse arquivo de microfilmes, o projeto não teve acolhida imediata, por falta de verbas. Mas, em 75, com recursos provenientes da PUC/RJ e Funarte, teve início a fase de pesquisa e microfilmagem que durou dois anos e meio. Com o apoio da Xerox do Brasil, editando o catálogo, e da Fundação Roberto Marinho, copiando para cada orquestra o seu acervo microfilmado e fornecendo os respectivos leitores de microfilmes, o projeto pôde ser finalmente, concluído.

A presença da Xerox do Brasil no projeto se deve, segundo seu presidente, Sr. Henrique Sérgio Gregori, ao estreito vínculo que a empresa criou, desde sua implantação no Brasil, com a preservação da cultura nacional.

— A Xerox do Brasil sempre se considerou uma empresa de comunicação. E como tal tem a convicção de que deve participar de iniciativas de interesse comunitário. Nos empenhamos,

por exemplo, na reedição reprográfica de vários livros que, não obstante seu valor cultural, não despertam o interesse de editoras comerciais.

A pesquisa e a microfilmagem desenvolveram-se nos mais importantes arquivos existentes na região, pertencentes às orquestras e liras ainda atuantes: a Lira Ceciliansa, de Prados, a Orquestra Ramalho, de Tiradentes, a Orquestra Ribeiro Bastos e a Lira São Joanense, ambas de São João del Rei. Do catálogo, com prefácio de Otto Lara Resende, consta um estudo histórico sobre as artes do barroco católico e, mais especificamente, sobre a música sacra mineira e seus principais compositores dos séculos XVIII e XIX, além de reproduções de algumas das peças musicais e documentos microfilmados das orquestras, Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras.

Fora os arquivos pesquisados, parcialmente microfilmados, acredita-se que existam, ainda, outros arquivos, embora menores e desorganizados.

— De qualquer maneira, diz Elmer Corrêa Barbosa, o catálogo “O ciclo do ouro — o tempo e a música do barroco católico” não é, em si mesmo, um objetivo, mas um ponto de partida para outros trabalhos. A nossa preocupação não foi apenas divulgar as obras da música sacra mineira, mas principalmente conceituar este período. Daí o subtítulo “Catálogo de um arquivo de microfilmes — elementos para uma história da arte no Brasil”.

O aparecimento das vilas do Vale do Rio das Mortes remonta à época das bandeiras que, a partir da segunda metade do século XVII, penetraram na região em busca de escravos índios e pedras preciosas. No final do século XVIII, Minas Gerais já se tornara a região mais densamente povoada do Brasil: cerca de 300 mil pessoas viviam

em cidades como Mariana, Ouro Preto, São João del Rei (atual Tiradentes), Sabará, Prados, Diamantina, Congonhas, etc.

Pela primeira vez na História do Brasil, surgia um quadro social completamente diferente do litoral, onde a sociedade se dividia em duas classes — latifundiários brancos e escravos negros — sem a menor chance de mobilidade social. A sociedade mineira surgiu espontaneamente da atração exercida pelo ouro. Nas cidades, praticamente grandes acampamentos, apareceram os brancos livres, mas não latifundiários, e os escravos alforriados. Ao sabor da descoberta de novas pepitas de ouro e de pedras preciosas, grandes fortunas se formavam e, às vezes, mudavam de mãos.

Neste contexto, as Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias desenvolveram o papel fundamental de ordenar verticalmente a sociedade, evitando os conflitos sociais latentes. Estas entidades, apoiadas pelo Rei de Portugal através do Patronato-direito, reconhecido pelo Vaticano, de interferência nos assuntos da colônia, procuravam atrair para as atividades da Igreja o interesse dos diversos grupos sociais. Cada escravo, cada mulato, enfim, cada parcela da sociedade pertencia a uma Irmandade ou Confraria que, nos dias de festa, muito freqüentes, se esmeravam em preparar a festa mais bonita, mais rica. Nesta ocasião todos os escravos tinham folga e os músicos eram contratados para comporem conjuntos completos de obras especialmente para a solenidade. Os espetáculos litúrgicos eram como grandes acontecimentos para os quais convergia toda a vida social da comunidade. Dentro deste espírito surgiram as belíssimas igrejas barrocas e as peças de

inestimável valor da música sacra mineira.

Por tudo isso, qualquer informação sobre as manifestações artísticas das Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX é, segundo o professor Elmer, “impressionista”, se não recorremos à documentação eclesiástica da época.

— As obras, tanto a arquitetura como a música — ele explica — eram encomendadas por estas entidades religiosas cujos acervos têm, portanto, valiosa documentação: recibos e contratos assinados pelos mais renomados pintores, músicos e arquitetos deste período. É importante citar o Museu da Música da Arquidiocese de Mariana que, inegavelmente, tem o acervo mais completo e bem organizado de Minas Gerais.

Durante a pesquisa destes acervos foram surgindo dúvidas e descobertas, como o documento que prova ser de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, o risco original das Igrejas de São Francisco de Assis, em São João del Rei.

Estimulada e bem paga, a atividade musical gerou, nas Minas Gerais do século XVIII, o aparecimento de cerca de 15 mil músicos e 1.500 compositores.

Com a independência do Brasil e a queda do patronato, as irmandades, já empobrecidas pela extinção do ouro, desapareceram e condicionaram o desaparecimento gradativo das orquestras.

— Pouco a pouco — explica o maestro José Maria Neves, da Orquestra Ribeiro Bastos — a atividade musical deixou de ser profissionalmente: foram amadores, no melhor sentido da palavra, os músicos que asseguraram desde o século passado a sobrevivência das orquestras da região, mantendo esta extraordinária herança cultural.

NOSSA ÚNICA FONTE DE RENDA É A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.
SE VOCÊ JÁ É SÓCIO E NÃO ESTÁ EM DIA, ATUALIZE SEU PAGAMENTO.
A AAB DEPENDE DE SUA PARTICIPAÇÃO.
PARA OBTER A CARTEIRA DE ASSOCIADO DA AAB
BASTA QUE O COLEGA REMETA A NOSSA SECRETARIA UMA FOTOGRAFIA 2x2
E A IMPORTÂNCIA DE Cr\$ 20,00

Banco de dados de música clássica

Nossa reportagem teve sua atenção despertada pela matéria publicada em *O Globo*, seção Discos Clássicos, assinada por Zito Baptista Filho e intitulada "Um banco de dados para a música clássica", em que o colunista menciona trechos da carta que lhe foi remetida pelo engenheiro Procópio Gomes de Oliveira Belchior. Como a matéria pudesse interessar nossos leitores, procuramos o Prof. Procópio que, às suas atividades na Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) da Fundação Getúlio Vargas, junta a de aficionado de música erudita e de música popular e folclórica latino-americana.

Ficamos sabendo, através da coluna de Zito Baptista Filho, de sua proposta para a criação de um banco de dados sobre música. Gostaríamos que o Sr. nos desse maiores esclarecimentos sobre como pretende pôr em prática essa idéia.

— A idéia surgiu quando adquiri um disco de operetas contendo 28 temas, todos com os títulos em alemão e sem identificação dos autores. Iniciei, então, um trabalho de pesquisa e consegui identificar 26 das 28 operetas, com os respectivos autores. Ficaram faltando, porém, duas delas. Aí comecei a minha *via crucis*.

Consultei obras de referência, publicações periódicas especializadas, *experts* em música, seções de música das bibliotecas da FGV e da Universidade Santa Úrsula, Fonoteca Estadual, Escola Nacional de Música, Biblioteca Nacional e a Seção de Arquivo Sonoro do Arquivo Nacional. A busca resultou infrutífera.

Através de leitura da mesma coluna, Discos Clássicos, percebi que outros estudiosos ou entusiastas da música escreviam com frequência procurando respostas para problemas semelhantes ao meu.

Trocando idéias com um colega de trabalho, contei que possuía uma discoteca com mais de 4.000 discos e

uma fitoteca com cerca de 1.200 fitas gravadas. Disse-me ele que também possuía um acervo musical de proporções semelhantes. Pensamos então em formar um grupo de apreciadores de música erudita, na FGV, para organizarmos um catálogo coletivo de nosso material, gerando, dessa forma, uma possibilidade de intercâmbio — utilizando uns os acervos de outros, recuperando composições fora de catálogo e criando, quem sabe, uma prestação de serviços efetiva nessa área tão carente, devidamente legalizada para que não caísse no gênero *pirata*.

E isto já está sendo posto em prática? Existe público para tornar o projeto realizável?

— A organização de um catálogo coletivo é um trabalho exaustivo e que, no meu caso, tomaria um tempo infinito que — confesso — não tenho condições de despendar. Quanto ao público, creio que iria aparecendo na medida em que os primeiros interessados fossem atendidos em suas solicitações e divulgassem o fato. É claro que teríamos que iniciar com um pequeno grupo, o qual forneceria uma lista de seus interesses básicos: gravações desejadas, identificações de música e/ou autores, biografias de músicos e intérpretes, com uma escala de prioridades. Essas listagens ficariam à disposição dos adeptos do grupo que procurariam suprir, entre eles próprios, as deficiências de cada um.

Se o grupo crescesse demais, criar-se-ia problema para saber quem estaria atendendo quem?

— Pensando nisso, imaginei que poderíamos tentar sensibilizar organizações já existentes tais como a Academia Santa Cecília ou até gravadoras, no sentido de criarem um veículo informativo modesto, prestando informações, respondendo a consultas, editan-

do séries culturais e até cassetes personalizados. Outra possibilidade seria a prestação de serviços pagos por pesquisas musicais solicitadas. Minha experiência me diz, embora sem intenção de auferir lucros, que só o idealismo nem sempre obtém bons resultados. Quando o dinheiro entra em cena as possibilidades crescem.

Além do mais, a prestação de serviços abriria um campo de trabalho para estagiários da área de Arquivo, Biblioteca e Música.

Só para ilustrar melhor: recorde-me de que certa vez encomendei ao antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação uma bibliografia sobre uréia na alimentação animal, cobrindo determinado período e certos idiomas; recebi mais de 100 referências, pagando uma taxa módica por referência fornecida e colhida no catálogo coletivo daquele Instituto.

Professor, na resposta anterior, o Sr. mencionou a Academia Santa Cecília. Poderia nos dar maiores esclarecimentos sobre aquela instituição?

— A Academia Santa Cecília foi fundada pelo Padre José Hein e está vinculada à Igreja do Cristo Redentor, da Congregação dos Padres do Verbo Divino. É uma gravadora e chegou a editar 196 gravações em discos, reproduzidos em fitas cassete.

Sua característica básica está na escolha do repertório gravado; restringe-se a músicas populares alemãs (15), marchas militares alemãs (4), música popular brasileira de Babi de Oliveira (10), candomblé baiano, e o restante, à música erudita com predominância do período barroco e clássico (Haendel, Vivaldi, Bach, etc.).

O Padre Hein viajava à Alemanha, onde contratava a edição de selos alemães; recebia as matrizes, prensava os discos no Brasil, revendendo-os no mercado interno e exportando o res-

tante da produção. Criou, dentro da Academia, o Clube do Disco, que congregava os compradores habituais das obras editadas e que por isso mesmo o faziam por preços especiais.

Com a morte do Padre José Hein, em junho de 1979, a Igreja parou o trabalho, suspendendo os discos em processo de edição e passando a liquidar o estoque a preços reduzidos.

Nessa ocasião procurei entrar em contato com os padres, oferecendo meus préstimos no sentido de ajudá-los a desativar a gravadora de maneira racional (procurando evitar que ficasse com um estoque invendável) ou mesmo para dar continuidade ao trabalho do Padre Hein.

Não obtive resposta, o que é uma pena, pois as gravações da Santa Cecília são de excelente qualidade. Aliás, aproveito a oportunidade para dar início ao nosso banco de dados através de *Arquivo & Administração*, prestando a seguinte informação: possuo 194 dos 195 discos editados pela Academia Santa Cecília. O único que me falta é o

— Ano litúrgico — Academia de Discos Santa Cecília, ASC-40. O possuidor de tal obra pode me procurar para combinarmos uma maneira de realizar um intercâmbio musical.

O colunista Zito Baptista Filho menciona "outras idéias e sugestões bastante interessantes". Poderíamos saber quais são?

— A primeira delas é a organização do Círculo de Intercâmbio Musical, embrião do banco de dados. Basicamente minutamos algumas normas específicas para a padronização do uso de fitas de uma única marca nas gravações realizadas, identificação das músicas, autores e intérpretes em folha anexa à fita, e tentamos estabelecer um formulário-padrão a ser preenchido por todos os interessados. Eu mesmo estarei à disposição para fornecimento de maiores informações na sala 830-K — 8º andar da FGV-EIAP.

A outra idéia é de caráter institucional. A EIAP congrega alunos e profes-

sos oriundos de toda a América Latina. Por duas vezes, e por iniciativa dos próprios alunos, o corpo docente e administrativo da Escola, foi brindado com apresentações de grupos musicais de alguns países latino-americanos.

Essas duas manifestações culturais nos levaram a pensar na enorme perda que representa para todos nós da EIAP não colocar à disposição dos interessados uma coleção de fitas gravadas em que estivessem contidos os hinos nacionais, músicas eruditas, músicas populares e folclóricas e hinos ou marchas militares e patrióticos representativos de cada um dos 20 países. Para tanto estamos pedindo a colaboração de quantos possuírem esse material que nos ajudem a preencher lacunas existentes, especialmente da América Central, Haiti e Equador. A coleção *Passeio musical pela América Latina* ficará permanentemente à disposição de interessados, para a tiragem de cópias, na sala 826 — Coordenação de Informação e Intercâmbio — EIAP.

arquivo & administração

— você está precisando com urgência atualizar-se através de **Arquivo & Administração**.

Assine **Arquivo & Administração** — Cr\$ 120,00 veja algumas vantagens: você fica por dentro do que se passa na "aldeia global" arquivística; não vai mais denominar arquivo permanente de arquivo morto; envie os seguintes dados: nome; endereço; cidade; profissão; CEP. inclua Cr\$ 120,00 através de cheque nominal à Associação dos Arquivistas Brasileiros e receba imediatamente **Arquivo & Administração**.

Basta que você preencha e nos devolva prontamente a autorização abaixo.

Autorizo uma assinatura de **Arquivo & Administração**:

NOME _____
ENDEREÇO _____
ESTADO _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

Correspondência para **Arquivo & Administração**: Praia de Botafogo, 186 sala B-217 22.253 — Rio de Janeiro, RJ

O Brasil perdeu a guerra

A recente atitude do Governo brasileiro arrematando em leilão, em Londres, alguns volumes dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira seria, sem dúvida alguma, uma agradável prova do despertar da consciência nacional para a legítima necessidade de preservar a memória do país, se não tivesse sido precedida por um gesto que deitou por terra essa esperança.

Referimo-nos à doação de documentos relativos à Guerra do Paraguai feita pelo nosso Presidente ao Governo paraguaio por ocasião de sua recente visita àquele país. Tais documentos faziam parte do acervo da Biblioteca Nacional. Em flagrante desrespeito à legislação, que, proíbe, sob qualquer pretexto, a saída de livros e documentos raros do território nacional, o Governo fez presente ao Presidente Stroessner não somente da espada que pertenceu a Solano Lopez, como de uma parte dos documentos referentes ao conflito que envolveu os dois países, sob a frívola alegação de que não nos pertenciam, tratando-se de **presas de guerra**.

Enquanto essa troca de amabilidades tinha lugar, o povo — único e legítimo dono do patrimônio cultural da nação — assistiu impassível à dilapidação e à espoliação de que era vítima, sem um laivo sequer de compreensão para o que realmente se passava.

É preciso, é imprescindível, a formação de uma nova mentalidade para que fatos como esse não se repitam. Ao Presidente da República, aos Diretores do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional ou a quaisquer outras autoridades investidas de cargos de direção de órgãos de documentação não cabe deliberar sobre o destino de objetos que não lhes pertencem, que são da nação como um todo. O Governo e os que estão à frente das instituições que custodiam a memória cultural do Brasil têm a obrigação moral de zelar por um bem que é comum.

Não é justo, nem compreensível, nem coerente, que, concomitantemente a campanhas nacionais pela preservação de nossa Memória, essa mesma Memória venha sendo desintegrada para atender a interesses políticos ou individuais.

A persistir essa ignorância coletiva, essa total desinformação do povo em relação à legitimidade de seus direitos no que se refere à propriedade dos bens culturais, dentro em breve poderemos dispensar as campanhas em prol da conservação de nossa História, pois seremos um país desmemoriado.

Considerando a atual política desenvolvida por nossas autoridades, é uma sorte que a Bíblia de Mogúncia não tenha ido enriquecer o acervo da Biblioteca Vaticana, numa régia manifestação de apreço por Sua Santidade, o Papa João Paulo II.

Sempre ouvi dizer que o exemplo deve partir de cima. Se assim é, que espécie de atitude pode o Governo esperar de seus comandados, quando ele é o primeiro a dar testemunho do descaso que vota ao patrimônio nacional? Cento e oito anos são passados da assinatura do tratado de paz que pôs fim à Guerra do Paraguai e, de repente... o Brasil é o grande derrotado.

Maria Amélia Gomes Leite

Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

Cnos dezessete dias do mes de junho de mil no-
centos e oitenta, perante o Senhor Doutor Ibrahim
Abi-Rickel, Ministro de Estado da Justica, compareceu a
Doutora Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco
e, após prometer bem e fielmente cumprir os seus deveres
foi impossada na funcao de confianca de Diretora-Geral
do Arquivo Nacional, código LT-DAS 101.4, deste Mi-
nistério para a qual foi designada pela Portaria Mi-
nisterial nº 508, de 28 de maio de 1980, publicada
no Diário Oficial de 29 do mesmo mes e ano.

Ibrahim Abi-Rickel
Mina do Amaral Peixoto Moreira Franco

A quem chega

Sra. Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, sócia-honorária da Associação
dos Arquivistas Brasileiros, os mais calorosos votos de boas-vindas e a certeza de
nosso apoio e colaboração.

**Sugestão aos
arquivistas:
peguem parte
do seu dinheiro
todo mês
e arquivem
na letra P**

Poupança, Caderneta de
Quem poupa conquista o que
a vida tem de melhor.